



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

ADELAIDE SUELY DE OLIVEIRA

**RECONSTITUINDO HISTÓRIAS SOBRE O FEMINISMO
BRASILEIRO NA ESFERA DO GOVERNO: Um olhar
sobre as décadas de 1970 e 1980**

**Programa de
Pós-graduação em Psicologia -
UFPE**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
9º andar - Recife/PE
CEP 50670-901
Fone: (81) 2126 8730

**RECIFE/PE
2015**

Adelaide Suely de Oliveira

**RECONSTITUINDO HISTÓRIAS SOBRE O FEMINISMO
BRASILEIRO NA ESFERA DO GOVERNO: Um olhar sobre as
décadas de 1970 e 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Professor Doutor Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca

Recife, 2015

O48r Oliveira, Adelaide Suely de.
Reconstituindo histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo: um olhar sobre as décadas de 1970 e 1980 / Adelaide Suely de Oliveira. – Recife: O autor, 2015.
109 f. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós–Graduação em Psicologia, 2015.
Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Feminismo. 3. Feminismo de governo. 4. Feminismo de Estado. 5. Movimentos feministas. I. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (Orientador). II Título.

150 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-98)

ADELAIDE SUELY DE OLIVEIRA

**Reconstituindo histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera
do governo: Um olhar sobre as décadas de 1970 e 1980**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 27/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca
(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Márcia Reis Longhi
(Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Dedicatória

Dedico este trabalho dissertativo à Alice,
com esperança que você logo compreenda que
feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente.

AGRADECIMENTOS

Registrar os agradecimentos é uma tarefa difícil quando se trata da finalização desta dissertação de mestrado, não somente pelo número de pessoas que ao longo dos anos e em diferentes momentos contribuíram para que ela acontecesse, mas também pelas instituições envolvidas e pelo que representa para mim todo o processo e, especialmente, esse momento.

Quero inicialmente agradecer a Henrique e Júlio, filhos feitos de amor, por serem quem são, porque sempre estiveram e estão comigo, me apoiando em todas as minhas viagens e projetos de vida. Acho que jamais vou conseguir agradecer o suficiente tudo que vocês representam pra mim.

Ao meu orientador Jorge Lyra, que despertou em mim a vontade de voltar a academia, de fazer pesquisa e de sistematizar o conhecimento. Agradeço pelo muito que você contribuiu e influenciou no meu crescimento pessoal e profissional. Obrigada pela confiança e por acreditar em mim.

A Benedito que me mostrou que pesquisa, ciência e produção do conhecimento podem e devem ser feitos de forma leve, prazerosa e apaixonada. Obrigada pelas provocações, pelas críticas e pelo cuidado.

A Sérgio e Guilherme, meus irmãos. Cada um do seu jeito e a sua maneira, sempre estiveram por perto, me incentivando e me apoiando.

À Giovanna, por saber ouvir, por estar junto e por ser uma super parceira.

Um agradecimento muito especial às entrevistadas, que logo se prontificaram a participar da pesquisa, que foram tão generosas contando suas histórias, vivências e percursos no movimento feminista.

Agradeço também às feministas e amigas com quem dialoguei sobre a pesquisa ao longo desses dois anos, especialmente Albertina Costa, Betânia Ávila, Carmen Luiz, Hulda Stadtler, Jô Meneses, Jussara Costa, Márcia Larangeira e Rita Quadros, cujos comentários, sugestões, críticas e questionamentos foram fundamentais para o resultado final desta dissertação.

Às companheiras e companheiros do Gema, onde aprendi a compartilhar, dividir e multiplicar: o cuidado com o outro, as experiências, a produção do conhecimento, a fazer pesquisas e a arte de conviver com as diferenças.

À turma do mestrado, o meu muito obrigada pela acolhida, por dividir comigo os momentos de dúvidas e angústia e o prazer da descoberta. À Fernanda um agradecimento especial, por ter sido uma anja divertida, amiga e companheira. Juntas demos boas risadas!

Às (aos) componentes da Banca – Ana Alice Alcântara Costa (In Memoriam), Benedito Medrado e Márcia Longhi pela disponibilidade com que aceitaram participar desse momento e das etapas da minha formação como pesquisadora, junto com meu orientador, Jorge Lyra. À Rosineide Cordeiro e Marcos Nascimento, suplentes interna e externo, respectivamente, esperando novas oportunidades de trabalhar juntos.

Ao Programa de Pós-Graduação como um todo, professoras, professores e funcionários (as), especialmente a João pela atenção, carinho e profissionalismo com que recebe cada uma (um) de nós, prontamente resolvendo tudo que está ao seu alcance.

À turma de graduação em Psicologia, pela paciência e acolhimento ao meu Estágio à Docência na disciplina Processos Psicossociais (2013/2).

À Mariana Olívia pela leitura crítica a esta dissertação e pelo estímulo.

À Jalusa que me acolheu em sua casa, nos três meses em que estive morando em Salvador, fazendo a Mobilidade Discente. Agradeço especialmente a confiança, as longas conversas que adentraram a madrugada e as gargalhadas. Saiba que o tempo vivido em terras soteropolitanas não teria sido o mesmo não fosse aquela convivência.

À Flavinha pela amizade, presença e companheirismo.

À Tereza Lyra, amiga de longas datas, por acreditar neste projeto, pela confiança e incentivo permanente.

À Cleide Silva e Maria Laura, amigas que vivem em Brasília e com quem compartilho alegrias, dores e aprendizado.

À Teresa Leitão pelo apoio, amizade e confiança.

À Lia, que de alguma maneira compreendia que aqueles meses diante do computador, de livros espalhados pela casa e cuidadosamente recolhidos,

de silêncio e de choro eram cheios de importância. Obrigada também pelo cafezinho no meio da tarde. Foram revigorantes e acolhedores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA, especialmente à professora Ana Alice Alcântara Costa (In Memoriam). Essa experiência foi fundamental para o enriquecimento de minha formação acadêmica e para a qualificação desta dissertação.

À Facepe, que me proporcionou a Mobilidade Discente no PPGNEIM/UFBA.

A minha mãe, Maria José, que embora não esteja mais entre nós, desde cedo me ensinou os valores que formam o meu caráter e que me fazem ser quem eu sou.

Responder a perguntas

Responder a perguntas não respondo
Perguntas impossíveis não pergunto
Só do que sei de mim aos outros conto:
de mim, atravessada pelo mundo
Toda a minha experiência, o meu estudo
sou eu mesma que, em solidão paciente,
recolho do que em mim observo e escuto
muda lição, que ninguém mais entende.
O que eu sou vale mais do que o meu canto.
Apenas em linguagem vou dizendo
caminhos invisíveis por onde ando.
Tudo é secreto e de remoto exemplo.
Todos ouvimos, longe, o apelo do Anjo.
E todos somos pura flor de vento.

Cecília Meireles

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as condições materiais e simbólicas que levaram grupos organizados de mulheres feministas à institucionalização no âmbito do Estado e/ou governo no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Adotamos como base o entendimento do feminismo como uma prática e pensamento crítico – é uma prática política e um pensamento com suas ideias, teorias e posições políticas – que critica a ordem como o mundo está organizado (ÁVILA, 2013). Argumentamos que o movimento feminista brasileiro não somente propôs, criou, idealizou organismos, serviços e equipamentos públicos. Ele foi, paulatinamente, para dentro dos três níveis de governo, a partir dos anos oitenta, passando a partícipe e a executar, ele mesmo, as políticas públicas. **Metodologia** - Trata-se de um estudo de base qualitativa, no qual foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas com mulheres feministas: a) Que vivenciaram os primeiros momentos de institucionalização nos governos; b) Que entraram nos governos (ou defenderam que as feministas tomassem parte nos governos); feministas que estiveram contra por um determinado período e depois entraram nos governos. A caracterização inicial do problema é feita a partir do marco conceitual de gênero que dialoga com teóricas feministas e se organiza em três eixos, a saber: 1) o conceito de patriarcado; 2) o sistema sexo-gênero e, 3) o conceito de feminismo de Estado. Como metodologia de análise nos inspiramos na técnica de análise de conteúdo temático-categorial de Laurence Bardin (2000). **Resultados** - Em linhas gerais, as análises do material apontam que o que inaugura a relação institucionalizada do movimento feminista com o Estado é a criação dos conselhos de direitos para as mulheres; que o feminismo está influenciando transformações no aparelho do Estado, ainda que seja no contexto de um Estado patriarcal.

Palavras-chave: Feminismo. Feminismo de governo. Feminismo de Estado. Movimentos feministas.

ABSTRACT

This mastership dissertation aims to analyse the material and symbolic conditions that lead organized groups of feminist women to institutionalisation in the scope of the State and/or governments in 1970's and 1980's Brazil. We adopted as basis the understanding of feminism as a praxis and a critical thinking - it is a political praxis and a thought with its ideas, theories and political positions - which criticizes the disposition the world is organized (ÁVILA, 2013). We maintain that the Brazilian feminist movement not only proposed, created, idealized organisms, services and public equipment. It went slowly within the three levels of government, from the 1980's on, becoming a main participant and executing, the movement itself, the public policies. **Methodology** - this is a study of qualitative basis, in which six semi-structured interviews have been carried through with feminist women: a) That have experienced the first moments of government institutionalisation; b) That took part in governments (or that defended that feminists should take part on the governments); feminists that were against their participation but later took part in governments. The initial characterization of the problem is held on the conceptual mark of gender that dialogues with feminists theorists and that is organized in three axis, namely: 1) the concept of patriarchy; 2) the system sex-gender and, 3) the concept of State feminism. As methodology of analysis we were inspired by Laurence Bardin's (2000) technique of analysis of the thematic-categorical content. **Results** - Concisely, the analysis of the material indicates that the creation of the council for women's rights has inaugurated the institutionalised relationship between the feminist movement and the State; that feminism is influencing transformations in the State institutions, although it is still the context of a patriarchal State.

Keywords: feminism; government feminism; State feminism; feminists movements

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	21
3 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA.....	25
3. 1 Objetivos do estudo	25
4 MARCO ANALÍTICO METODOLÓGICO	26
4.1 Uma leitura feminista sobre o conceito de gênero e relações sociais de sexo: situando nosso conhecimento	26
4.2. O conceito de Patriarcado	28
4.3 O sistema sexo-gênero	37
4.4 State Feminism: Feminismo de Estado ou Feminismo de Governo.....	39
5 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA: O PASSO-A-PASSO	45
5.1 Desenho e análise do estudo	47
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
6.1. Tramas e enlaces de um labirinto	53
6.2 Histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo: entre articulações e tensões	55
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
8 REFERÊNCIAS	102

APRESENTAÇÃO

Foi a minha formação feminista quem me trouxe até aqui, o retorno ao espaço da academia, e me inspirou a investigar os caminhos do feminismo e a sua relação com o Estado. Sou uma ativista do movimento feminista desde 1980 e durante dez anos (1997-2007) fui gestora pública. Se por um lado, a minha vida profissional esteve voltada para a sociedade civil e organizações não governamentais, por outro, desde 1997 tenho construído uma trajetória pautada na gestão pública. Durante seis anos (1997-2003) fui Secretária de Desenvolvimento Social e Econômico da Prefeitura de Camaragibe¹. Também trabalhei na Secretaria de Políticas para as Mulheres, na primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), na qual fui sub-secretária de Articulação Institucional.

Por outro lado, comecei a participar do movimento feminista quando ainda estava na universidade, em 1978, primeiro em grupos de discussão e depois no Partido dos Trabalhadores. Era ainda ditadura militar quando eu fazia movimento estudantil, participava desses grupos na UFPE e ensaiava as primeiras conversas sobre feminismo, lendo Alexandra Kollontai, Rosa de Luxemburgo e Simone de Beauvoir.

Em seguida, iniciei uma atuação em organizações não governamentais, como o Centro das Mulheres do Cabo (CMC)² e o Grupo Curumim³. Foi

1

Camaragibe é um município do estado de Pernambuco, situado na Região Metropolitana do Recife (RMR).

² Organização não governamental feminista fundada em 1984 localizada no município do Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco. Maiores informações consultar o site: www.mulheresdocabo.org.br

³ O grupo Curumim é uma organização não governamental feminista fundada em 1989, que desenvolve projetos de fortalecimento da cidadania das mulheres em todas as fases de suas vidas. Para maiores informações consultar o site: www.grupocurumim.org.br

também nessa década que passei a participar do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE)⁴, tendo inclusive contribuído para a sua fundação.

Portanto, a minha trajetória política se confunde – ou se imbrica – com a minha trajetória profissional. O objeto de estudo, os espaços investigados e as pessoas formam um lugar que me é ao mesmo tempo conhecido e familiar. A militância política e compromisso com a gestão pública dão um sentido a essa pesquisa.

Segundo Michaelis (1998), imbricação significa disposição de objetos colocados em parte, uns sobre os outros, como as telhas de um telhado. Estou ciente das imbricações que mantenho com a pesquisa, levando em consideração a estreita relação que tenho com o objeto de estudo.

No entanto, tenho convicção de que este é outro momento e um novo lugar. Foi o meu olhar de observadora e a condição de pesquisadora que prevaleceram no contato com as interlocutoras e colaboradoras do estudo, um exercício cuja prática foi me apontando o que acreditei ser o melhor caminho.

Por isso, considerei desde sempre o que nos ensina Maria Cecília Minayo (1992)⁵, quando diz que um dos obstáculos – o primeiro deles – para uma análise eficiente é a ilusão do pesquisador em ver as conclusões, à primeira vista, como transparentes, isto é, quanto maior a familiaridade que o pesquisador tenha em relação àquilo que ele está pesquisando, maior poderá ser sua ilusão de que os resultados sejam óbvios numa primeira visão.

Em relação à justificativa e relevância da pesquisa, a revisão bibliográfica nos mostrou que os trabalhos e a literatura existentes sobre feminismo no Brasil não abordaram as tensões, impasses e especificidades do

⁴ Segundo Mariana Azevedo de Andrade Ferreira (2012) o Fórum de Mulheres de Pernambuco, fundado em 1988, é uma articulação feminista que reúne mais de 70 representações de organizações não governamentais, fóruns, associações e grupos de mulheres, mulheres de núcleos universitários, de secretarias de mulheres, de sindicatos, de partidos políticos e feministas sem vínculos institucionais. Ao mesmo tempo em que congrega em uma rede estadual, tendo um papel fundamental na dinamização do movimento localmente, o FMPE se articula e integra redes feministas nacionais e internacionais como é o caso da Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Feminista de Saúde e a Marcha Mundial de Mulheres.

⁵ Desinência de gênero: Adotamos nesta dissertação de mestrado o uso do nome do/a autor/a na sua primeira citação com o objetivo de nomear se a autoria é de mulher ou de homem.

feminismo de governo⁶. Por outro lado, a pergunta sobre a ligação entre movimento feminista e Estado⁷ não foi formulada no campo da reflexão acadêmica, portanto, a institucionalização do movimento feminista por dentro do Estado é uma questão a ser perseguida e investigada no Brasil.

Destacamos, ainda, a importância da pesquisa para o feminismo, em especial pela sintonia que mantemos com as características da pesquisa feminista propostas por Sandra Harding (1993), a saber: (a) o problema de pesquisa é sempre um problema de alguém ou para alguém; (b) as indagações formuladas pela pesquisa feminista nunca estão desvinculadas do propósito de mudar as condições de vida das mulheres; (c) por último, ressaltamos a perspectiva situada do conhecimento, a enfatizar que o sujeito deve ser abordado criticamente e os resultados de sua investigação devem ser confrontados com seu pertencimento político.

Neste sentido, essa dissertação de mestrado foi estruturada em sete itens, a saber: uma Apresentação, na qual descrevo os caminhos por mim trilhados até chegar a esta dissertação. No item 1 que é a Introdução, situamos o lugar de onde falamos e como entendemos a crítica feminista à ciência. No item 2, descrevemos o marco analítico metodológico - uma leitura feminista sobre o conceito de gênero e relações sociais de sexo, situando nosso conhecimento. Neste capítulo explicamos qual o nosso entendimento sobre feminismo e movimento feminista e reafirmamos quem é o sujeito político do

⁶ As mudanças na postura do movimento de mulheres, quanto a relacionar-se ou não com o Estado, estão, muitas vezes, relacionadas com o perfil político dos governos. Assim, a ausência de uma distinção entre Estado e governo pode confundir o debate sobre a reorientação política do movimento de mulheres (Silvana Aparecido Mariano, 2001).

⁷ O feminismo não tem uma teoria de Estado. Na verdade, o que se tem visto nos últimos anos é uma preocupação muito grande em trabalhar com o Estado tal qual ele é, porém no sentido de incorporar propostas de transformação que contemplem demandas feministas (Ana Alice Alcântara Costa, 2004). Segundo Virginia Vargas (2000): "... o Estado não é uma entidade homogênea nem unitária, se não um conjunto de arenas, discursos, instituições, produto de lutas políticas e conjuntura específica, cuja coerência é estabelecida tanto no discurso como em circunstâncias temporais, porém mutáveis, de conexão de indivíduos (as), políticas e instituições. E é justamente esse conjunto de campos diversos e heterogêneos onde as feministas têm encontrado possibilidades de diálogo ou influência" (Tradução nossa). Para Catherine A. MacKinnon (1989), "Formalmente o Estado é masculino no sentido feminista: a lei vê e trata as mulheres como os homens vêem e tratam as mulheres". Para a autora, o Estado liberal constitui com coação e autoridade a ordem social a favor dos homens como gênero, legitimando normas, formas, a relação com a sociedade e suas políticas básicas. Ainda, de acordo com Vera Soares (2004): "O papel do Estado é determinante na construção da igualdade mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça".

feminismo e de quem tratamos nesta dissertação de mestrado. Por fim, destacamos três componentes que nos ajudaram na perspectiva analítica empregada nesta dissertação: 1) o conceito de patriarcado; 2) o sistema sexo-gênero; e, 3) o conceito de “State Feminism” – feminismo de Estado ou feminismo de governo.

No item três descrevemos o percurso metodológico e os procedimentos adotados. O item quatro é a análise dos resultados. É o momento no qual fazemos a descrição do contexto em que se insere o feminismo brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980. Ali apresentamos também os caminhos que levaram o movimento feminista brasileiro a institucionalizar-se por dentro do Estado. Neste capítulo descrevemos as principais atoras envolvidas, o perfil da militante feminista das referidas décadas e quais as suas principais bandeiras de luta.

É na análise dos resultados que abordamos e dialogamos com as teorias da revisão bibliográfica, com as autoras e com as entrevistadas. Também nesse item destacamos acontecimentos importantes das décadas de 1970/1980 com ampla repercussão no país e com reatamento nos tempos atuais.

Por fim, abordamos as tensões que marcaram o feminismo naquele momento histórico, especialmente com as primeiras eleições no final da década de 1970, a partir de questões como luta específica *versus* luta geral e o surgimento dos primeiros conselhos de direitos da mulher. Encerramos no capítulo cinco, com as considerações finais.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar constitui uma atitude e uma prática teórica de constante busca e, por isso, tem a característica do acabado provisório e do inacabado permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamento e ação (Minayo, 2010).

Ao criticar a visão de mundo dominante da ciência como teoria totalizante, a filósofa feminista Sandra Harding em seu instigante texto “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”⁸ nos ensina que naturalmente há um outro mundo – das emoções, sentimentos, dos valores políticos, do inconsciente individual e coletivo, dos eventos sociais e históricos explorados nos romances, teatro, poesia, música e arte em geral, e o mundo no qual passamos a maior parte de nossas horas de sonho e vigília sob a constante ameaça de reorganização pela racionalidade científica. Ainda segundo Harding, um dos projetos das feministas teóricas é revelar as relações entre esses dois mundos – como cada um modela e informa o outro.

Durante o curso do Mestrado como integrante de um Núcleo de Estudos de Gênero e também por ocasião da Mobilidade Discente⁹ tive a oportunidade de entrar em contato com várias teorias feministas e estudos de gênero que me

⁸ Publicado originalmente com o título “The Instability of the Analytical Categories For Feminist

⁹ Mobilidade discente é um estágio de curta duração em centro de pesquisa sediado no país, para realizar parte do trabalho de dissertação em cooperação com grupo de pesquisa diferente do qual o/a aluno/a está vinculado/a, com o objetivo de enriquecer a formação acadêmica, qualificar a dissertação e incentivar a colaboração interinstitucional. Para isso contei com o apoio institucional da FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – e durante três meses – sob a orientação da Profa. Dra Ana Alice Alcântara Costa – assisti aula, compartilhei ideias referentes ao meu estudo e pesquisei no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM) da Universidade Federal da Bahia, especialmente junto à linha de pesquisa “Gênero, Poder e Políticas Públicas”. A parceria interinstitucional se deu entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal da Bahia, nos Programas de Pós-Graduação destas instituições de ensino e pesquisa, por meio do Núcleo de Estudos em Gênero e Masculinidades (GEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o NEIM (UFBA). Para mais detalhes consulte o site: <http://agil.facepe.br/modalidades/amd.php>

fizeram pensar, refletir e questionar sobre a noção de universalidade e neutralidade da ciência¹⁰.

E nesse diálogo com as teorias feministas, inclui pensar e questionar uma universalidade que é marcadamente androcêntrica, branca e heteronormativa. Refletir sobre as relações de dominação e poder que dividem o mundo em masculino e feminino – com uma associação da mulher à natureza. Questionar essa ordem sexual tida como natural. Como bem afirma Lucila Scavone (2008, p.176):

Marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias, os estudos de gênero e feministas mostraram-se comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associando-as a um contexto mais abrangente.

Para Laura Duque Arrazola (2002), a crítica feminista questiona as ciências pelo seu caráter androcêntrico, desvelando que elas não são neutras do ponto de vista do gênero, da classe e da raça. Há uma corrente de pensamento para o qual as ciências seriam objetivas e neutras por constituírem um conhecimento independente da classe, raça, sexo e outras características dos indivíduos e grupos sociais – leis universais. Assim sendo o desenvolvimento e a avaliação das ciências não estariam sujeitos a explicações sociais e políticas.

Em contraponto a esta perspectiva, é Harding (1993) quem nos diz que tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos analisar a experiência de outro tipo de mulher, ou seja, aplicamos o mesmo olhar crítico em relação a desconstrução da condição masculina às relações sociais entre mulheres.

É inegável a importante contribuição do feminismo no sentido de desconstruir esse homem essencial, universal e genérico e trazer a discussão de homens e mulheres marcados pelo gênero e em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura (Harding, 1993).

¹⁰ Nomeando algumas dessas importantes teóricas de variadas correntes: Joan Scott, Donna Haraway, Gayle Rubin, Nancy Fraser, Françoise Collin, Sylvia Walb, Heleieth Saffioti, Cecília Sardenberg, entre outras.

Segundo Terry Lovell¹¹, esse olhar sobre as próprias mulheres, a crítica feminista negra do feminismo branco surgiu no fim dos anos setenta do século passado, acusando as feministas brancas de classe média de etnocentrismo, racismo e dos mesmíssimos erros que elas tinham atribuído aos homens, principalmente no que diz respeito a generalizações e teorizações a partir de sua própria situação. Portanto, pressupor um sujeito universal – seja homem ou mulher – nos parece ser uma prática autoritária, verticalizada e elitista. Por isso, ao falarmos sobre as mulheres, procuraremos na medida do possível, localizar o sujeito político do qual falamos.

De forma bastante elucidativa, Mary Jane Spink (1999) afirma que a pesquisa feminista e a de gênero têm trazido importantes contribuições no sentido de desmistificar a ciência e situá-la como prática social, atravessada por questões de poder que têm como consequência a hierarquização por gênero e a cristalização da diferença.

É Lourdes Bandeira (2008) em seu provocativo artigo intitulado “A contribuição da crítica feminista à ciência”, quem nos fala sobre as contribuições e mudanças trazidas à ciência com o surgimento da crítica feminista e com o acesso das mulheres à ciência, especialmente no campo da teoria social. Segundo a autora, alguns pressupostos fundadores da produção científica na história da ciência moderna giram em torno de argumentos naturalistas – condição de neutralidade da ciência com perspectiva masculinista e linguagem androcêntrica; e, uma dimensão universal atribuída ao conhecimento científico e uma crença no caráter progressista da racionalidade científica. O pensamento crítico feminista questiona exatamente esse conhecimento totalizante, nos dizeres de Bandeira (2008), que também nos ensina que não existe uma teoria crítica – geral e única – do pensamento feminista.

A produção que trata deste assunto é imensa e não nos cabe aqui aprofundar a discussão, apenas pontuamos algumas questões que nos parecem significativas e pertinentes no contexto desta dissertação, citando algumas autoras contemporâneas com as quais nos identificamos.

¹¹

LOVELL, Terry. Teoria Feminista. Mimeo.

É, portanto, compartilhando desse pensamento e situando o lugar de onde falo – e falamos¹² – que escrevo esta dissertação de mestrado.

¹² Escrevo essa dissertação de mestrado utilizando a 1a. pessoa do plural – nós, porque entendo que trata-se de uma construção coletiva, construída ao longo de dois anos junto com o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades. Para maiores informações consulte o site: www.genero.org.br

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Várias pesquisadoras têm se dedicado a estudar os movimentos sociais, especialmente o feminismo no Brasil dos anos setenta e oitenta com vistas ao processo de institucionalização no Estado, algumas, inclusive, ampliando suas pesquisas para a América Latina¹³. Na revisão bibliográfica fizemos um levantamento dos estudos relacionados especificamente às duas décadas que são objetos da nossa pesquisa – anos 1970 e 1980.

Foram objetivos da revisão da literatura existente: conhecer a forma como esse assunto foi abordado e analisado em estudos anteriores, fazer um levantamento do que já foi publicado, especialmente em relação à institucionalização do feminismo no Estado¹⁴ e entender os elementos que contribuem para a compreensão do problema por nós destacado.

No decorrer da dissertação buscamos dialogar com algumas das autoras que têm trabalhado e estudado o assunto, explicitando em alguns momentos a nossa concordância (ou divergência) com a ideia apresentada e outras vezes, tentando entender os aspectos que se relacionavam ao problema – a conformação do feminismo no âmbito do Estado e/ou governo como um campo que constitui o feminismo brasileiro.

Vários estudos reportam à ditadura militar no país – período que vai de 1964 à 1985 – destacando o peso que o regime militar teve na configuração do feminismo no país, assim como na América Latina. O contexto político da ditadura tornou difícil, quando não impossível as articulações políticas, organizações mais sistemáticas de movimentos sociais e atos reivindicatórios (PEDRO, 2012).

13

Entre elas, podemos citar: Ana Alice Alcântara Costa (2010), Anette Goldberg (1987), Cynthia Anderson Sarti (1988, 1998), Mirian Goldenberg (1988), Celi Pinto (1994), Daniela Manini (1996), Maria Lygia Quartim de Moraes (1996), Rachel Soiet (2010), Joana Maria Pedro (2006, 2010, 2012), Mila Cisne e Telma Gurgel (1988), Sonia Alvarez (1992, 1997), Virgínia Vargas (2000), Sonia Montañó (2003), Margareth Rago (2003), Maria do Carmo Godinho Delgado (2003), Marlise Matos e Clarisse Paradis (2010), entre outras.

14

Na última década do século XX passou-se a privilegiar a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivo e, concomitantemente, a transferir para a sociedade civil a responsabilidade com o atendimento das demandas sociais. Essa ofensiva neoliberal e as respectivas contra-reformas no Estado representaram, para os movimentos sociais e, em particular para o feminismo um período de grandes mudanças em sua identidade organizativa (Cisne e Gurgel, 2008).

Uma característica observada nos estudos sobre feminismo nos anos 1970–1980 é o tratamento dado aos chamados “grupos de consciência” – organizações de mulheres originários da segunda onda¹⁵ do feminismo, não somente no Brasil, pelos textos eles são referidos também no exílio. Um dos objetivos desses grupos estava relacionada a solidariedade entre as mulheres e a compreender que muitos dos problemas vividos individualmente por elas, constituíam na verdade, uma questão coletiva.

Além disso percebemos que o feminismo da segunda onda que surgiu no Brasil durante a ditadura militar, esteve vinculado às organizações e/ou grupos de esquerda, de oposição ao regime militar (GOLDENBERG, 1987; MORAES, 1996; ÁVILA, 2008; PEDRO; WOLF, 2010; PEDRO, 2012; COSTA, 2010).

A revisão bibliográfica nos mostrou também que muitos estudos feministas sobre o período 1970 – 1980 retratam a experiência vivenciada por muitas mulheres durante o exílio, considerando que devido à ditadura militar, aquelas pessoas que se opunham às diretrizes do regime ditatorial tiveram que sair do país: foram banidas ou fugiram para não serem presas, torturadas e assassinadas.

A narrativa de origem do feminismo aparece com frequência tendo o ano de 1975 como um marco do ressurgimento do movimento feminista organizado, com a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher e, posteriormente, a Década de Mulher (1975-1985). O impacto da Década da Mulher no cenário político brasileiro, o crescimento das organizações femininas e feministas no período, os espaços para legitimar os direitos da mulher em plena ditadura militar são referências frequentes nos estudos.

As primeiras reuniões sob a chancela da ONU são narradas e analisadas por diversas pesquisadoras como a inauguração de um novo momento para a organização feminista no país e também como resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas e entre estes e diferentes personagens da ditadura militar (GOLDBERG, 1987; SARTI, 2004; PEDRO; WOLF, 2010).

Algumas questões pontuais como “luta geral *versus* luta específica” e “verdadeiramente feministas e não-feministas” e “autonomia do movimento” são frequentemente relatadas nas memórias, narrações e entrevistas como tendo

¹⁵ É chamado feminismo de “Segunda Onda”, o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, que deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (PEDRO, 2010). No decorrer da dissertação, vamos aprofundar esse conceito.

consumido boa parte das discussões na segunda metade da década de 1970 (PINTO, 1994; SCHUMACHER; VARGAS, 1993)¹⁶.

Observamos também que no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, vários estudos mostram setores populares organizados em ações massivas como greves e ocupações do solo urbano, luta por creches, por saúde entre outras, tendo o movimento feminista como impulsionador de mudanças culturais e de lutas pelos direitos das mulheres – salário igual para trabalho igual, por exemplo (SARTI, 1988; 2004; RAGO, 2003; ÁVILA, 2008).

A revisão da literatura também nos mostrou a grande influência da imprensa feminista alternativa, através principalmente dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Foram os primeiros jornais produzidos por mulheres e dirigido às mulheres. Esses jornais serviram como porta-vozes das feministas divulgando bandeiras de luta como eleições (1978–1982), anistia, campanha contra a carestia e a favor das creches, e temas considerados mais específicos como pílulas anticoncepcionais, aborto, planejamento familiar e violência doméstica.

Além disso, os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* também foram importantes porque romperam com o tratamento dado às mulheres pela imprensa tradicional reafirmando a sua identidade feminina. A história desses jornais torna-se fundamental para compreendermos a trajetória do movimento feminista, suas principais polêmicas e bandeiras de luta, especialmente na década de 1980 (MORAES, 1996; LEITE, 2003; TELES; LEITE, 2013).

Observamos também que na década de 1980 outros periódicos feministas surgiram, alguns de curta duração como *Mulher Liberta Mulher* (1980) e *Chana com Chana* (1981 – 1987), esse último produzido pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista, como forma de dar visibilidade às questões das mulheres lésbicas e a luta contra a discriminação vivenciada por elas. Considerando o nosso objeto de estudo, optamos por não aprofundar sobre esses jornais, fazendo apenas aqui uma menção a eles.

Também nos parece relevante destacar que a revisão bibliográfica nos mostrou que as mulheres negras – em muitas narrativas tendo como grande

¹⁶ Várias narrativas descrevem a delicada relação do movimento feminista com a Igreja Católica, importante aliada contra a ditadura militar e inimiga política em bandeiras de luta como divórcio, aborto, planejamento familiar e sexualidade (ALVAREZ, 1990; MORAES, 1990; SARTI, 2004). Como se sabe, o tom predominante era o confronto contra o regime militar e, nesse sentido, estavam juntos organizações femininas ligadas à Teologia da Libertação, grupos de esquerda e Igreja Católica (SARTI, 2004). Optamos por não aprofundar essa questão por entendermos que essa discussão não faz parte do nosso objeto de estudo.

liderança dos anos setenta e oitenta a feminista Lélia Gonzalez – já apontavam as contradições na relação com o movimento feminista branco:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero*, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no próprio interior do movimento feminista as contradições e as desigualdades que o racismo e discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil (BAIRROS, 2000).¹⁷

A revisão da literatura também nos apontou que há uma narrativa sobre o papel do movimento feminista brasileiro no processo de implementação de organismos de políticas por igualdade e/ou pelos direitos das mulheres. Esse movimento pautou o poder executivo nos três níveis – federal, estadual e municipal – e influenciou o desenvolvimento das políticas sociais do país, sugerindo a criação de conselhos, coordenadorias, secretarias e outros órgãos (GODINHO, 2003, GUZMÁN, 2001, 2002, 2008; MONTAÑO; PITANGUY; LOBO, 2003).

A ampla bibliografia sobre o assunto nos mostra que o movimento feminista com o fim do bipartidarismo e apesar de dividido investiu nas eleições de 1982, participando ativamente das várias campanhas e em muitos estados reivindicando a criação de um órgão específico de direitos da mulher – no caso Conselho Estadual da Condição Feminina, tendo sido o primeiro deles em São Paulo no governo de Franco Montoro (MORAES, 1996; GUZMÁN, 2001; SANTOS, 2006). Esse foi um dos caminhos que levou o movimento feminista a institucionalizar-se por dentro do Estado.

Por fim, ressaltamos também que a revisão bibliográfica nos mostrou que o conceito de feminismo de Estado tem sido objeto de vários estudos, ainda que sejam usadas nomeações distintas como “institucionalidade de gênero”, “feminismo estatal”, “feminismo e Estado”, por exemplo (GUZMÁN, 2001; MATOS, 2014).

17

Grifos da autora.

3 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

Diante do exposto é que se coloca o problema norteador dessa pesquisa, no qual procuramos trazer novos elementos para se compreender os percursos galgados pelo movimento feminista nos anos setenta e oitenta em direção ao Estado e/ou governo. Quais os caminhos trilhados pelo movimento feminista no Brasil para atuação por dentro do governo, a partir dos anos oitenta, momento em que acontece a redemocratização no país?

A caracterização inicial do problema é feita a partir do marco conceitual de gênero que dialoga com teóricas feministas e se organiza em três eixos, a saber: 1) o conceito de patriarcado; 2) o sistema sexo-gênero e, 3) o conceito de feminismo de Estado.

3. 1 Objetivos do estudo

3.1.1 Objetivo Geral

Analisar as condições materiais e simbólicas que levaram grupos organizados de mulheres feministas à institucionalização no âmbito do Estado e/ou governo no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

3.1.2 Objetivos específicos:

- Descrever o contexto no qual se insere o feminismo no âmbito do Estado e/ou governo no período estudado – anos setenta e oitenta.
- Entender os caminhos que levaram o movimento feminista brasileiro a institucionalizar-se por dentro do Estado.

4 MARCO ANALÍTICO METODOLÓGICO

4.1 Uma leitura feminista sobre o conceito de gênero e relações sociais de sexo: situando nosso conhecimento

O feminismo nunca sucumbiu diante da ilusão dos ‘grandes’ relatos, mas foi e permanece urdido por relatos que pretendem irrigar a teoria e a prática (COLLIN, 1994).

Para alcançarmos os objetivos propostos por este estudo adotamos como base o entendimento do feminismo tal como colocado por Betânia Ávila (2013),¹⁸ para quem o feminismo é prática e pensamento crítico – é uma prática política e um pensamento com suas ideias, teorias e posições políticas – que critica a ordem como o mundo está organizado.

É um movimento de transformação social, um movimento voltado para a emancipação das mulheres e não há uma sem a outra é, portanto uma dialética porque uma não existe sem a outra – não há emancipação sem transformação social e de fato não há transformação social se ela não tem uma perspectiva emancipatória (ÁVILA, 2013).

Como movimento político, o feminismo nasce confrontando a relação entre liberdade pública e dominação privada – o que já traz uma exigência de radicalidade, de pensar a democracia, não só como um sistema político, mas como uma forma própria de organização da vida social (ÁVILA, 2005).

É um movimento político, libertário, capaz de defender a igualdade de condições, oportunidades e direitos entre mulheres e homens em todos os campos da vida e do trabalho, seja no âmbito privado ou público (Teles; Leite, 2013).

O movimento feminista se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais. É um movimento que luta contra a exploração e a dominação vivida pelas mulheres, criado, conduzido e sustentado por mulheres, é, portanto, um movimento de mulheres. Assim, “o movimento de mulheres faz o feminismo, ao

¹⁸ Exposição feita por Betânia Ávila durante mini-curso: Caleidoscópio “Os movimentos históricos e Teóricos do Feminismo”. Outubro, 2013, em Recife.

mesmo tempo em que é construído por ele. Um alimenta o outro” (SILVA; CAMURÇA, 2010),

O movimento feminista é plural, diverso, heterogêneo e desigual. Possui uma infinidade de articulações, bandeiras, organizações e lutas. É especialmente desigual em relação à classe social e raça, mas no Brasil podemos acrescentar as desigualdades regionais. Em sua composição estão mulheres negras, brancas (e não brancas), lésbicas, bissexuais, heterossexuais e transexuais, rurais, indígenas, trabalhadoras domésticas, estudantes, sindicalistas, portadoras de necessidades especiais, mulheres de várias gerações, entre outras.

Aqui destacamos o seguinte ponto: o sujeito político sobre quem falamos e de quem tratamos nesta dissertação. Tomamos como referência para esse estudo, as reflexões de Betânia Ávila¹⁹ (2014) sobre o sujeito político do feminismo. O sujeito político do feminismo no sentido filosófico, político, e sociológico é a mulher – o sujeito que é oprimido, que se rebela e que questiona essa ordem, é a mulher.

Esse sentimento de mal-estar com esse mundo que aí está e que constitui esse sujeito político veio das mulheres, dessa subjetividade reprimida, enquadrada, desse feminino que estava colado a essa ideia de ser mulher. É esse o sujeito fundador do feminismo e que se instaura pela negatividade, se funda e se constrói historicamente. E a construção desse sujeito político produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por essa condição (ÁVILA, 2005).

Há hoje em dia, no pensamento das mulheres e das feministas, mais informado do que formulado, mais bordas do que centro, mais excluído do que incluído. O pensamento pensado não recobre o pensamento pensante. O movimento de liberação das mulheres – o feminismo – é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce (COLLIN, 1994).

A partir destas reflexões, destacamos três componentes que nos ajudaram a elaborar a perspectiva analítica empregada nesta dissertação: 1) o conceito de

¹⁹ Exposição na Roda de Conversa: Feminismos e Constituição de Sujeitos Políticos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFPE. Recife, Outubro, 2014.

patriarcado; 2) o sistema sexo-gênero; e, 3) o conceito de “State Feminism” – feminismo de Estado ou feminismo de governo.

4.2. O conceito de Patriarcado

Existem vários estudos sobre a histórica condição de subordinação e exploração das mulheres e, nesse sentido, algumas autoras são para nós, referência teórica: Heleieth Saffioti (1992, 2005), Teresita de Barbieri (1993) Sylvia Walby (1990) e Christine Delphy (2009), entre outras. Como sabemos, a base dessa opressão é o patriarcado.

Delphy (2009) afirma que “Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas e, muda novamente de sentido, com a segunda onda do feminismo surgida nos anos setenta, no Ocidente.

O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente o poder é dos homens, ou considerado como algo masculino. Existem várias teorias que explicam essa condição de subalternidade da mulher na sociedade para além da biologia. Karl Marx e Friedrich Engels foram os primeiros a contribuir para pensar sobre a origem da opressão das mulheres e do desenvolvimento da família, a partir dos conceitos de produção, reprodução, da divisão sexual do trabalho e da propriedade privada (DELPHY, 2009). Nesse sentido, é interessante o que nos diz Terry Lovell²⁰:

“Patriarcado” tende a ser usado como um termo guarda-chuva para referir-se a todos os sistemas de “dominação masculina sobre a mulher”. Feministas marxistas como Juliet Mitchell (1974) e Michèle Barrett (1988) preferiram comumente manter o significado mais específico: o domínio do pai sobre mulheres, crianças e outros dependentes, incluindo homens jovens, no grupo doméstico.

Essa concepção recebeu inúmeras críticas de feministas, mas também de muitos que usam a perspectiva marxista de análise social. Uma das críticas tem a ver com a atribuição da origem da opressão das mulheres à questão da propriedade privada, uma vez que em experiências socialistas ocorridas na Europa e Ásia onde

²⁰

LOVELL, Terry. Teoria Social Feminista. Mimeo.

foi abolida a existência de propriedade privada não houve de fato mudanças significativas na condição feminina. (COSTA, 1998).

Mesmo em sociedades primitivas onde não havia propriedade privada as mulheres estavam submetidas a uma estrutura de dominação masculina. Por outro lado, a concepção de uma divisão “natural” do trabalho doméstico, como algo inerente às mulheres, como parte da natureza e não resultado das relações sociais de produção foi fortemente criticada (COSTA, 1998). Todavia, não nos cabe aqui aprofundar sobre a concepção desenvolvida por Marx e Engels nem explicitar as várias críticas sobre tal teoria.

A corrente de pensamento feminista radical²¹, a qual voltaremos a falar mais adiante, define o patriarcado como um sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. Para as feministas radicais, o sistema sexual de poder está fundamentado mais na biologia do que na economia ou na história (MIGUEL, 2000).

Apesar da grande contribuição do feminismo radical na construção da teoria do patriarcado, que apontou para uma estrutura hierárquica masculina do poder ao qual estão submetidas todas as mulheres, independente de sua condição de classe ou raça, recebeu muitas críticas pelo seu caráter biologista e não-histórico (COSTA, 1998).

Acreditamos ser fundamental para a nossa análise integrar plenamente os efeitos conjugados de várias relações de poder: de sexo, de classe e de raça, principalmente quando pensamos no nível das ações coletivas no campo das políticas públicas²² (FALQUET, 2008).

Saffioti (1992) defende a ideia – com a qual concordamos – de que as condições materiais que estruturam a subordinação das mulheres têm a sua origem fincada no tripé patriarcado-racismo-capitalismo. A autora nos diz que, no que se refere aos estudos sobre as discriminações sofridas pelas mulheres, há que se usar conceitos subversivos, capazes de desvendar as relações de poder político e econômico nas relações sociais de produção e nas relações sociais de reprodução.

²¹ Kate Millet, Sulamith Firestone são autoras de referência em relação ao feminismo radical.

²² As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ação do Estado orientado por determinados objetivos, traduzindo ou atendendo um jogo de interesses (REIS, 1989).

Para Saffioti (2005) o patriarcado está enovelado com classes sociais e racismo, o que apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo; traz em seu bojo uma contradição de interesses:

Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc. tradicionalmente reservada aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração das mulheres pelos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma (SAFFIOTI, 2005, p.43)

A divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher ao homem, relação de dominação que coloca o fenômeno da reprodução como subordinado da produção. Nesse sentido, o patriarcado proporciona a ordem hierárquica na sociedade para o controle político e como um sistema político não pode ser reduzido a sua estrutura econômica e o capitalismo, como sistema econômico de classes, alimenta a ordem patriarcal (SAFFIOTI, 1992). Dessa forma, patriarcado e capitalismo são consideradas faces distintas do mesmo modo de produzir e reproduzir a vida.

Nesse sentido, nos parece importante destacar é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos. A dominação-exploração constitui um único fenômeno de duas faces (SAFFIOTI, 2005), conforme nos assegura a autora:

Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar estes projetos. (SAFFIOTI, 2005, p. 42)

O patriarcado é um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres – é, portanto, um sistema contínuo de dominação masculina. Segundo Sylvia Walby (1990) o patriarcado estaria presente mesmo em sociedades modernas e contemporâneas através de um conjunto sistêmico marcado por seis elementos estruturais: 1) um modo de produção de exploração pelo trabalho doméstico; 2) as relações de exploração no mundo do

trabalho remunerado; 3) as relações patriarcais no Estado; 4) a violência masculina; 5) a sexualidade e, 6) a cultura. A autora nega qualquer papel à biologia – o patriarcado pertence totalmente à ordem social (WALBY, 1990).

Para os objetivos desta dissertação interessa-nos especialmente como Walby (1990) explica as relações patriarcais no Estado. Segundo a autora, a estrutura relacionada às relações patriarcais é responsável pela onipresença do caráter patriarcal do próprio Estado. Entendemos que a autora nos explica que essa estrutura patriarcal – o Estado – legitima e reproduz o domínio dos homens sobre as mulheres, a divisão sexual do trabalho e as históricas desigualdades entre mulheres e homens.

A discussão sobre patriarcado é ainda bastante atual, embora exista quem acredite que esse conceito faz parte de um passado longínquo. Como já observamos, é um conceito que tem sido usado por várias teóricas feministas. Marlise Matos (2014) sustenta que:

Nos dias de hoje, podemos afirmar que o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: (1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e (2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (MATOS, 2014, p.64).

Pateman (1992) nos diz que contar histórias de todos os tipos é a principal forma desenvolvida pelos seres humanos para atribuírem sentidos a si próprios e a sua vida social. No entanto, a mais famosa e influente história política dos tempos modernos tem sido contada pela metade. Pateman (1992) está se referindo ao contrato social: “A autoridade legal do Estado, a legislação civil e a própria legitimidade do governo civil moderno são explicadas como apreensões de nossa sociedade de referenciais desse contrato”.

Para Pateman, a história está incompleta porque além do contrato social é preciso incluir o contrato sexual – que legitima o poder dos homens sobre as mulheres e o contrato de escravidão – que legitima o domínio dos brancos sobre os negros. No Contrato Sexual, Pateman (1992) faz uma releitura (feminista) do contrato social e traz o conceito de patriarcado como um sistema de poder que em sua origem tem aspectos que precisam ser considerados.

Destacamos aqui alguns desses aspectos:

- A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal;
- A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal;
- O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno;
- A diferença sexual é uma diferença política;
- A diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição;
- O contrato sexual é o meio segundo o qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil;²³
- Os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento²⁴.

²³

A história nos ajuda a compreender os mecanismos através dos quais os homens reivindicam os direitos de acesso sexual e de domínio dos corpos das mulheres. A autora assinala que o exemplo mais dramático da dimensão pública do direito patriarcal é o fato dos homens exigirem que os corpos das mulheres estejam à venda como mercadorias no mercado capitalista; a prostituição é uma importante indústria capitalista (PATEMAN, 1992).

²⁴

Claro que nem todos casais – referindo-se aos casais heterossexuais, explicamos – se comportam da mesma maneira como “esposas” e “maridos”, mas a história do contrato sexual ajuda elucidar a *instituição* do casamento; não importa o quanto um casal evite reproduzir as relações matrimoniais patriarcais, nenhum de nós consegue escapar completamente das consequências sociais e legais do ingresso no contrato de casamento (PATEMAN, 1992). Grifos da autora.

Pensamos ser importante comentar aqui sobre algumas reticências em relação ao uso do conceito de patriarcado²⁵. Por um lado, nos estudos feministas este conceito tem sido usado, com várias acepções, como um contraponto ou até mesmo substituindo o conceito de gênero, o sistema de gênero e até relações sociais de sexo²⁶.

Pateman (1992) diz que se pode inventar um termo para servir aos mesmos propósitos que “patriarcado” e que há vários candidatos para substituí-lo, tais como falocracia e outros termos a ele relacionados, como androcentrismo e relações de gênero. E termina afirmando que é urgente que se faça uma história feminista do patriarcado.

Segundo Delphy (2009), com a qual concordamos, esses três termos – ou conceitos – patriarcado, gênero e relações sociais de sexo, têm em comum o fato de pretenderem descrever não atitudes individuais ou de setores precisos da vida social, mas um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. Para ela, os termos podem ser tanto opostos como tomados como sinônimos ou ainda complementares, cada um deles, quando são todos utilizados, esclarecendo e enfatizando de modo um pouco diferentes o mesmo fenômeno.

Por outro lado, existem também muitas críticas de teóricas feministas em relação ao uso do conceito, porque seria inadequado falar em tempos atuais em uma “sociedade patriarcal”, uma vez que as relações de gênero e as estruturas e formas de organização do Estado mudaram. No entanto, para nós, esse conceito tem sido fundamental para pensarmos nas relações políticas estatais e

²⁵ Rapidamente, a visão totalizadora do patriarcado se estendeu e se incorporou ao discurso político e à academia. Porém não se precisaram – porque evidentemente não havia informação, nem reflexão, nem tempo para fazê-la – os elementos constitutivos do sistema: núcleo do conflito, componentes, dinâmica, desenvolvimento histórico, variações, períodos etc. A categoria patriarcado resultou um conceito vazio de conteúdo, plano, desde o ponto de vista histórico, que nomeava algo, mas não transcendia essa operação, de tão vago que virou sinônimo de dominação masculina, porém sem valor explicativo. Desde o ponto de vista político pode ser útil para a mobilização, mas não resistiu a polêmica com os críticos do feminismo nem permitiu dar conta dos conflitos imediatos a resolver na prática do movimento (BARBIERI, 1993). Tradução nossa.

²⁶ Quando falamos de gênero, fazemos referência a um conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina. A teoria afirma que entre todos os elementos que constituem o sistema de gênero – também denominado “patriarcado” por algumas correntes de pesquisa – existem discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual (PULEO, 2004).

governamentais (MATOS, 2014)²⁷. Não há um consenso quanto ao seu significado e sim muitas controvérsias em relação ao patriarcado (PATEMAN, 1992).

Apesar destas controvérsias, para o nosso estudo patriarcado é um conceito útil e muito importante. Assinalamos que o primeiro exercício para este componente do nosso marco conceitual consiste em afirmar que o Estado é patriarcal, legítima e reproduz as históricas desigualdades entre mulheres e homens. Ou dizendo em outras palavras, o Estado não é neutro em relação às desigualdades presentes na sociedade.

E, para nos ajudar a pensar sobre esse processos de desigualdades recorreremos à filósofa e cientista política estadunidense Iris Marion Young (1990), que traz a discussão da opressão como um conceito estruturante, no seu instigante texto sobre As cinco faces da opressão²⁸. Para a autora, essas faces seriam a exploração, marginalização, falta de poder, imperialismo cultural e violência. Segundo Young, na sociedade capitalista, a exploração da classe trabalhadora, as diferenças de classe, a força de trabalho tratada como mercadoria, as leis de mercado e os baixos salários, são formas de dominação e opressão.

Em relação às mulheres, torna-se ainda mais grave se pensarmos que a exploração de gênero – nas palavras da autora – tem dois aspectos: a transferência aos homens dos frutos do trabalho material e a transferência da energia sexual e o cuidado com as crianças e com a casa. As mulheres experimentam formas específicas de exploração de gênero nas quais consomem suas energias e poder, geralmente em benefício dos homens, liberando-os para que se ocupem de trabalhos mais importantes e criativos, além de oferecer os serviços sexuais e emocionais (YOUNG, 1990).

Dizendo de outra forma: o capitalismo aproveitou a força de trabalho para a economia pública – apropriação material dos corpos – e remeteu as mulheres para as atividades ligadas à família e à reprodução como forma de não remunerar as tarefas ligadas à formação da mão de obra do futuro: a prole dessas mulheres (FERNANDES, 1981).

²⁷ Marlene Matos ressalta no instigante texto “Desafio à despatriarcalização do Estado brasileiro” (2014, p.69) a urgência de se rememorar (e se reconstruir) o processo genealógico de enraizamento do patriarcado no Estado e considera igualmente urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado estatal, “afirmando ainda que abandonar o conceito agora significaria a perda de uma história política que ainda está sendo mapeada”.

²⁸ Las cinco caras de la opresión (Young, 1990). Tradução nossa.

Essa apropriação se manifesta no tempo (trabalho sem horários, sem folga e não remunerado), nos produtos dos corpos (os filhos e os cuidados com eles) e a existência de um contrato jurídico que inclui obrigações sexuais.

Nesse mesmo sentido, Young (1990) faz a discussão sobre a questão racial, como estruturante das relações sociais, ainda mais vigorosa do que classe e gênero. Além da exploração capitalista, da exploração da mão de obra, trabalhos segmentados, os piores trabalhos são reservados à população negra. Em contrapartida, os trabalhos mais qualificados, de melhor remuneração e inclusive com organização sindical são destinados aos brancos. Além disso, todo o trabalho servil, mal pago e sem autonomia na qual a pessoa está sujeita a receber ordens de muita gente tem sido ocupado por pessoas negras.

Uma segunda face da opressão é a marginalização. Cada vez mais nas sociedades capitalistas do ocidente existe uma subclasse em crescimento de gente confinada à marginalização social, em sua maioria marcadamente negra ou indígena. Todavia, aí também se incluem as pessoas da terceira idade, desempregados (as), mães solteiras, pessoas com deficiências físicas (YOUNG, 1990).

A terceira face da opressão é a falta de poder. A ideia marxista de classe põe em evidência a estrutura da exploração, uma vez que se algumas pessoas têm poder e riqueza isso acontece porque se beneficiam do trabalho de outra gente. A maioria das pessoas não participa regularmente da tomada de decisão que afeta a sua própria condição de vida.

A falta de poder ainda, de acordo com a autora, designa também uma posição na divisão de trabalho, na falta de oportunidades e na pouca possibilidade das pessoas usarem a sua própria capacidade, criatividade e autonomia. Nesse sentido, a exploração, a marginalização e a falta de poder são estruturantes, delimitam a vida material das pessoas e se referem todas elas a relações de poder e opressão e acontecem devido à divisão social do trabalho (YOUNG, 1990).

A quarta face da opressão é o imperialismo cultural que se expressa quando há a universalização da experiência e cultura de um grupo, incluindo valores e produtos culturais dominantes sobre o outro e sua imposição como norma. Os produtos culturais dominantes – que estão mais amplamente disseminados – de uma determinada sociedade sendo impostos sobre o outro. Em consequência, as

diferenças entre mulheres e homens, urbanos e rurais, judeus e cristãos, homossexuais e heterossexuais acabam servindo para acentuar as desigualdades e reconstruindo em grande parte como desvio e inferioridade (YOUNG, 1990)

Por fim, a última face da opressão – a violência. De acordo com Young (1990) muitos grupos sofrem a opressão sistemática da violência e, embora ela esteja falando da sociedade norte-americana, cremos que é possível estender a outras sociedades, inclusive se pensarmos no Brasil. Segundo pesquisa DataSenado (2010) a maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil atinge pessoas jovens: do total de vítimas em 2010, cerca de 50% tinham entre 15 e 29 anos. Desses, 75% são negros.²⁹

Para Young esses grupos, cuja violência física é surpreendentemente comum, seriam: as pessoas negras, asiáticas, árabes, os gays e as lésbicas. No texto a autora aponta ainda que o centro de assistência a mulheres estupradas³⁰ estima que mais de um terço das mulheres norte-americanas experimenta um ataque sexual ou uma tentativa de ataque ao longo de suas vidas.

Existe um silêncio muito grande de teorias de justiça a respeito dos atos de violência em relação a esses grupos, ainda que isso aconteça com muita frequência. Para a autora, esse silêncio deve-se ao fato de que essas teorias, em geral, não levam em consideração que tais episódios de violência ou atentados sejam injustiças sociais.

Mas o que faz da violência um fenômeno de injustiça social – e não só uma ação individual e moralmente errada – é exatamente o seu caráter sistemático e sua existência como prática social. É considerada uma violência sistemática porque está dirigida a membros desses grupos. Qualquer mulher, por exemplo, tem razões para temer ser violentada. Da mesma maneira, um homem negro, vive sujeito a ataques racistas e a perseguições (YOUNG, 1990).

A violência, portanto, é uma prática social. Um fato social reconhecido, que todos sabem que acontece e que, possivelmente voltará a acontecer. Para Young (1990) – com a qual nós concordamos – a opressão da violência consiste não somente na perseguição direta, mas também no conhecimento diário que é

²⁹ Para maiores informações consulte o site: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pesquisa-datasenado-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil>

³⁰ Rape Crisis Center

compartilhado por todos os membros dos grupos oprimidos de que estão predispostas as vítimas de violação, apenas em razão de sua identidade de grupo. E o fato de viver sob constante ameaça – sobre si mesma, sobre sua família ou amigos, privada de liberdade e de dignidade – a pessoa oprimida desperdiça energias (YOUNG, 1990).

Por fim, a autora ainda destaca um aspecto importante que acompanha a violação, o assédio e assassinato de mulheres, de pessoas negras, gays e outros grupos já citados: o medo ou ódio em relação a esses grupos. Às vezes o motivo pode ser o simples desejo de poder, de vitimizar essas pessoas marcadas como vulneráveis, pelo próprio fator social de que estão sujeitas à violência (YOUNG, 1990).

4.3 O sistema sexo-gênero

Um segundo aspecto que nós incluímos em nossas análises, diz respeito ao sistema sexo-gênero. Como sabemos Gayle Rubin é uma das principais referências sobre a formulação do marco analítico nomeado como sistema sexo/gênero, com seu Ensaio “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo”, publicado originalmente em 1975.

De acordo com a autora:

Não podemos limitar o sistema sexual à ‘reprodução’ nem no sentido social do termo, nem no seu sentido biológico. Um sistema sexo/gênero é o conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1993).

O sistema sexo-gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas – gênero é, portanto, o sexo socialmente construído (RUBIN, 1993).

Em outras palavras, os sistemas de sexo-gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à

satisfação dos impulsos sexuais, a reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas (BARBIERI, 1993).

Portanto, os sistemas sexo-gênero são o objeto de estudo mais amplo para compreender e explicar o duo subordinação feminina – dominação masculina (BARBIERI, 1993).

A partir das formulações de Lèvi-Strauss, Gayle Rubin afirma que gênero não é apenas uma identificação com um sexo, ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho está implicada nos dois aspectos do gênero: ela os cria homem e mulher, e os cria heterossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais, é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem a mulher (RUBIN, 1993).

Adriana Piscitelli (2003), em comentário sobre a entrevista de Judith Butler a Gayle Rubin afirma que ao desenvolver a ideia de sistema sexo-gênero, Rubin mostra como essa relação entre reprodução e gênero perpassa certos marcos analíticos e como ela se ancora num pressuposto que tende a aparecer de maneira mais velada: o pressuposto da naturalidade da heterossexualidade.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a dicotomia entre natureza e cultura apontada muitas vezes como a base do sistema sexo-gênero também carrega alguns problemas:

Para além da complexidade que têm assumido os (ab) usos do conceito de “gênero” nas Ciências Humanas e Sociais, a distinção que coloca de um lado sexo-biológico e do outro gênero-cultura tem sido também questionada. A própria diferenciação sexual (macho-fêmea) tem sido colocada em suspeição, não sendo considerada como algo definitivo a-histórico e determinado exclusivamente pelos conhecimentos e verdades oriundas das medidas e instrumentos produzidos pelas ciências da natureza. (LYRA; MEDRADO, 2008).

Portanto, para este estudo o que destacamos do sistema sexo-gênero não é a concepção binária sexo-biologia-natureza-cultura e sim, a complexa trama que define e reproduz as relações de gênero: papéis, definições, símbolos, sentidos e significados que se expressa no plano da cultura, das instituições normativas, da representação e construção da subjetividade. Assim, o segundo componente do nosso marco referencial consiste em reafirmar a necessidade de desnaturalizar a opressão e exploração vivenciada pelas mulheres.

4.4 State Feminism: Feminismo de Estado ou Feminismo de Governo

Por fim, o terceiro e último componente, que nos auxiliou em nossa análise, o Feminismo de Estado ou Feminismo de Governo. Consideramos que esse novo conceito nos ajudou a pensar sobre o processo de institucionalização por dentro do governo – caminhos trilhados pelo movimento feminista no Brasil desde os anos oitenta. Encontramos em Costa (1998) Pateman (1989, 1996), Alvarez (2000; 2004), Vargas (1999; 2000), Godinho (2000), Guzmán (2001; 2002; 2003; 2008), Walby (2000) entre outras pesquisadoras feministas, as referências teóricas entre feminismo, o papel do Estado e a sociedade civil.

Como dito anteriormente, na América Latina dos anos sessenta e setenta, muitos países viviam sob a ditadura militar e, embora com características próprias os movimentos feministas da segunda onda guardavam a semelhança na luta contra o Estado repressor. As instâncias de gênero foram sendo criadas em circunstâncias específicas nos países em que houve uma mudança significativa do clima político nacional, alternâncias parlamentares ou de governo e campanhas de forte pressão por parte de grupos de mulheres (GUZMÁN; JANNOTI, 2008).

A década de oitenta nos países da América Latina para o movimento feminista foi também um período marcado por muitas incongruências, uma vez que com o processo de redemocratização foram ampliados os espaços de participação política da sociedade civil organizada, inclusive na formulação e na implementação de políticas públicas como veremos mais adiante.

Considerando os interesses antagônicos entre Estado e sociedade civil, isso significou um certo estranhamento e provocou uma onda de contradições. Autoras como Alvarez (2000); Guzmán (1994); Cisne e Gurgel (2008) descrevem o período como de muito tensionamento no interior do movimento feminista na Região com repercussões que perduraram por muito tempo.

O movimento feminista brasileiro não somente propôs, criou, idealizou organismos, serviços e equipamentos públicos. Ele foi, paulatinamente, para dentro dos três níveis de governo, passando a partícipe e a executar, ele mesmo, as políticas públicas. Desde os anos oitenta, o movimento de mulheres no Brasil reivindica que os governos elaborem e atuem na construção de políticas públicas tendo como foco as mulheres como cidadãs. Nesse sentido, parece-nos importante

destacar o que pontua Tatau Godinho (2000) sobre o desafio de participar das políticas do Estado. Segundo a autora, é possível entrever três pontos centrais:

O primeiro deles é garantir que o Estado desenvolva políticas que incidam efetivamente sobre a desigualdade estrutural entre homens e mulheres. O segundo, que obviamente não pode ser assumido de forma individual, é pensar na alteração da lógica do Estado, de forma que ele passe a ser efetivamente um agente de construção da igualdade social geral, e não apenas das mulheres. E o terceiro é incidir sobre a democratização do Estado (GODINHO, 2000)

Como veremos mais adiante, com a abertura política na América Latina na década de oitenta e os processos de redemocratização, os governos da região iniciaram uma ampliação dos espaços de participação política e promoveram uma ressignificação do conceito de sociedade civil:

A partir de meados da década de oitenta, houve uma forte iniciativa dos governos, em âmbito continental, e no Brasil em particular, quanto à incorporação das relações sociais de gênero, como base ou como “tema transversal”, em suas ações e políticas públicas (CISNE; GURGEL, 2008).

Tudo isso, também repercutiu em outros países da Região, como podemos observar no seguinte comentário de Virgínia Vargas (2000)³¹:

O que havia sido uma audácia pioneira no Brasil em meados da década de oitenta, começou a converter-se nos anos noventa em uma realidade na maioria dos países da Região. A criação de instituições governamentais para as mulheres, logo se juntou às agendas feministas e as agendas do governo. Em alguns casos, podemos falar de um “sistema institucional” dirigido às mulheres, destinado tanto à ação normativa – os Ministérios são basicamente normativos – como à ação habilitadora, para facilitar o acesso de oportunidade para as mulheres ou para enfrentar determinadas situações como a pobreza ou a reprodução (VARGAS, 2000).

31

Tradução nossa.

Novos espaços institucionais, criados nos governos com o fim da ditadura militar e a partir da abertura política, vão sendo criados na Região, com forte influência do movimento feminista brasileiro, como observa Sonia Montañó (2003):

A importância capital dos processos políticos brasileiros sobre a América Latina aumentou sua influência e, ainda que o movimento feminista da América Latina tenha mostrado uma grande vocação política, era a primeira vez que, na região, feministas autônomas – no sentido de atuar a partir de uma identidade coletiva sem subordinar-se aos partidos políticos – ocupavam os espaços públicos estatais para propor, formular e executar políticas inspiradas na visão feminista e desenvolveram estratégias de ação positiva em benefício da igualdade entre homens e mulheres (MONTAÑO, 2003).

Embora seja uma passagem que não se dá sem conflitos, tensões, impasses e desafios para o movimento feminista, ela aconteceu logo nas primeiras eleições no final dos anos setenta e, com mais força, nas eleições de 1982, com a abertura política e o fim do bipartidarismo, mas ainda na ditadura militar e segue até hoje, como a exemplo do que temos visto no governo federal desde os primeiros anos da década de 2000 com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003 e a consequente ocupação de cargos por muitas feministas.

No primeiro momento, com a criação dos conselhos estaduais de direitos da mulher, casas-abrigo e centros de referência. Depois, nas eleições seguintes, com as coordenadorias da mulher e também com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)³². Ao longo dos anos e com o apoio das feministas, equipamentos públicos foram sendo criados e muitas ativistas foram para dentro do governo, por indicação (ou não) do movimento de mulheres, nos três níveis – municipal, estadual e federal. Por outro lado, é importante lembrarmos que com o surgimento desses órgãos muitas ativistas do movimento passaram à institucionalidade governamental. Isso significou também que o feminismo se deparou com um dos “nós” do tensionamento da década de oitenta: a questão da autonomia³³.

³² Conta-se que o Conselho das Mulheres foi a fórmula imaginada para conciliar a necessidade de ter um órgão no mais alto nível possível do processo decisório com o desejo de colocar na sua direção Ruth Escobar, líder feminista nascida em Portugal e que por razões legais associadas a sua nacionalidade não poderia exercer o título de ministra. História que foi confirmada pela própria Ruth Escobar em 2002. (MONTAÑO, 2003).

³³ O feminismo na América Latina tem teorizado sobre a autonomia levando em consideração três aspectos: 1) o reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão e dominação da mulher; 2) a autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo; e, 3) a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista (CISNE; GURGEL, 2008).

Narrativas de várias autoras (ALVAREZ, 2000; 2014; GODINHO, 2007; CISNE; GURGEL, 2008; MONTAÑO, 2003; PITANGUY, 1999) dão conta que as discussões que sustentaram o debate sobre autonomia *versus* participação nos governos nos anos oitenta, transitava, resumidamente entre:

- Participar do (s) governo (s) e abrir canais de interlocução do feminismo com o Estado – com possibilidade de interferir nas políticas públicas e nas ações governamentais;
- Integrar-se de forma a contribuir com a burocracia do Estado³⁴ – o que colocaria o movimento numa condição de subordinação, ferindo a autonomia do movimento e a sua resistência frente um Estado patriarcal, racista e classista;
- Executar a política numa relação de parceria direta com o Estado – por meio de convênio ou projetos sociais e,
- Um certo questionamento sobre qual seria o papel do movimento diante dos novos governos e dos equipamentos/mecanismos criados (inclusive) por reivindicação do próprio movimento feminista.

Diante disso, podemos afirmar que no Brasil, a criação dos Conselhos de Direitos das Mulheres, das primeiras delegacias especializadas de atendimento à mulher, a proposta inicial do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), demandaram, em muitos casos, a presença de ativistas do movimento na institucionalidade governamental (CISNE; GURGEL, 2008).

Ao transformar as bandeiras de luta em propostas de políticas públicas, as feministas demandam do Estado a promoção de ações para eliminar as desigualdades de gênero, objetivando a igualdade entre homens e mulheres. Uma posição política que carrega controvérsias e algumas contradições. Muitas vertentes ainda podem ser identificadas dentro deste mesmo movimento e algumas delas,

³⁴ Em geral, quando pensamos na ação do Estado, devemos partir de dois pontos de vista que não necessariamente são predominantes nessa ação. O primeiro é o papel do Estado na organização do bem-estar social dos indivíduos, dos cidadãos, da sociedade como um todo. O segundo, que embora menos presente tem sido importante, dependendo da perspectiva, é o de que o Estado é um mecanismo importante para forçar uma distribuição de riqueza e de bens na sociedade. Esses dois pontos de vista, no entanto, são conquistas do movimento social, a partir, fundamentalmente, de um processo organizado que pressiona o Estado e o vê como responsável por políticas sociais e, assim, lhe cobra essas políticas de melhores condições de vida para a população em geral (GODINHO, 2000).

embora minoritárias, parecem ainda defender a postura de isolamento em relação ao Estado para implantar políticas de cunho feministas em virtude de sua estrutura ao mesmo tempo engessada e fragmentada (MARIANO, 2001).

Em contrapartida outras reflexões começaram a conceber uma ideia para sistematizar estas diversas e diferentes iniciativas nomeada como "feminismo de Estado", ainda com forte herança das origens deste debate em alguns textos é usado sua versão em inglês, *Feminism State*.

O conceito de *Feminism State* tem suas origens nos estudos feministas sobre o Estado de Bem-estar Social na década de oitenta e, embora hoje em dia seu significado seja muito variado, não está isento de controvérsias. As autoras afirmam que no âmbito da América Latina há o surgimento de “atoras”³⁵ feministas que devido as suas pressões e demandas cada vez maiores de despatriarcalização do Estado, até forjar o começo daquilo que podemos definir como um tipo recente e específico de “feminismo estatal” (MATOS; PARADIS, 2014).

De acordo com a socióloga e militante feminista Virgínia Vargas (2000), é preciso reconhecer que o Estado não é uma entidade homogênea e unitária, mas um conjunto de arenas, discursos, instituições, produto de lutas políticas e conjuntura específica, cuja coerência é estabelecida tanto no discurso como em circunstâncias temporais, mas mudando, conectando indivíduos, política e instituições. E é justamente nesse conjunto de campo diverso e heterogêneo que o movimento feminista tem encontrado possibilidades de diálogo ou influência (VARGAS, 2000).

A relação das mulheres com o Estado – ou de outros setores com diferentes níveis de exclusão – é complexa, contraditória e tem muitos aspectos mutuamente determinantes. Por outro lado, conclui a autora, os feminismos latino-americanos são heterogêneos segundo seus espaços de atuação, de identidade e também segundo as diferentes estratégias frente o Estado (VARGAS, 2000).

Há na América Latina um processo em curso de institucionalização e legitimação da desigualdade de gênero como uma nova problemática na sociedade e no Estado. Essa legitimação e institucionalização não se dão no vazio. Tem lugar em sociedades concretas, com distintos graus de diversidade cultural, de densidade organizativa e de sistema político; com culturas políticas e desenvolvimento

³⁵ Reproduzimos a tradução feita pelas autoras da palavra “atrizes” por “atoras”, para, segundo elas dar pleno sentido à institucionalidade proposta.

específico e com diferentes níveis de desenvolvimento e modernidade. Assim, as possibilidades de legitimar as desigualdades de gênero como problema político estão, dessa maneira, condicionadas econômica, política, legal e institucionalmente (GUZMÁN, 2001).

A partir dos anos noventa, a criação da institucionalidade de gênero no Estado responsável por abordar os problemas derivados da discriminação de gênero, como já detalhado anteriormente, é uma demanda compartilhada pelo movimento feminista na Região, influenciado certamente pelas recomendações das distintas conferências das Nações Unidas sobre a Mulher e pelos debates em torno da modernização do Estado e da redefinição de suas relações com a sociedade (GUZMÁN, 2001).

Portanto, o conceito de feminismo de Estado é o último componente a contribuir para as nossas análises.

5 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA: O PASSO-A-PASSO

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa (BOSI, 2012).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantitativo. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2010)

A pesquisa foi realizada levando em considerações os pressupostos feministas e o percurso para execução da pesquisa levou em consideração o fato de que para estabelecer o diálogo com as questões propostas foi necessário reunir uma série de informações pouco sistematizadas, disponíveis somente na memória daquelas que vivenciaram o período:

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar, ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito (BOSI, 1994)

Embora não tenha sido a nossa pretensão realizar um estudo sobre memória, durante a pesquisa, quando ouvimos, anotamos e gravamos as narrativas das nossas interlocutoras, de certa maneira, estávamos também registrando uma reconstituição de fatos vividos: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994).

Ao entrevistarmos ícones feministas que marcaram a história dos feminismos no Brasil, de certa forma, buscamos também resgatar a nossa memória coletiva. Acreditamos, com Halbwachs (1990), que as memórias são construções dos grupos sociais e, portanto, a memória tem um fundo social, coletivo. Mesmo que se trate de

acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos:

A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desse meio, cada um tomado à parte e em seu conjunto.

Ao colhermos os relatos de feministas históricas que de forma generosa recuperaram suas mais longínquas recordações, remetendo a memória a um passado vivido, procuramos dá sentido ao tempo presente, como ensina Margareth Rago (2013) sobre as feministas que militavam nos anos setenta:

Com suas práticas concretas e com seus modos de pensar feministas, produziram importantes rupturas e sucessivos deslocamentos no imaginário social, especialmente no que tange às questões da moral, da sexualidade e dos modelos de feminilidade e corporeidade que lhes deveriam ter servido de referência. Criticaram e desconstruíram os modos tradicionais de produção da subjetividade e propuseram outros. Contribuíram e contribuem decisivamente para a construção de um pensamento crítico (RAGO, 2013)

O estudo foi realizado em três etapas para o trabalho de campo, a saber:

1. Levantamento de material documental, bibliográfico, instrucional.

Levantamento bibliográfico, revisão da literatura e análise documental. Portanto, no primeiro momento, tratamos de constituir um corpus documental, através de textos e documentos de diversas naturezas, como jornais/periódicos, artigos acadêmicos e outros documentos de referência – que nos permitiu o primeiro esforço de reconstituição do cenário cujas questões postas ganham forma.

2. Entrevistas. Com a análise preliminar dos dados e aprofundamento do objeto, pudemos definir com mais assertividade uma cadeia de interlocutoras-chave, atendendo ao critério de que fossem feministas militantes, gestoras e acadêmicas que vivenciaram o referido momento histórico e que ajudaram a recuperar essa memória do movimento feminista. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujas questões foram definidas a partir da análise dos documentos e textos arregimentados no momento anterior. As perguntas foram previamente formuladas, mas novas perguntas foram incluídas a partir das narrativas das colaboradoras.

3. Análise do material coletado. Num terceiro momento, realizamos a análise do material com base referenciada pelo diálogo com o arcabouço epistemológico e teórico-metodológico adotado pela investigação, com o cuidado de salientar que este não foi acionado apenas neste momento, mas transversalizará todos os momentos constitutivos da pesquisa.

5.1 Desenho e análise do estudo

Para elaboração deste estudo, como dito anteriormente, utilizamos uma abordagem qualitativa e a metodologia de análise baseada na técnica de Análise de Conteúdo temático-categorial de Laurence Bardin (1977). Para Bardin, a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativo ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977).

A finalidade da análise de conteúdo é produzir inferências sobre o texto objetivo o que confere ao método relevância teórica implicando pelo menos uma comparação onde a informação puramente descritiva sobre o conteúdo é de pouco valor. Um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria. Nesse sentido, produzir inferência na análise de conteúdo, significa não somente produzir suposições subliminares, mas embasá-las com pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e com as situações concretas de seus produtores ou receptores (FRANCO, 1986; CAMPOS, 2004). Vejamos o que nos diz Minayo (2013):

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura do primeiro plano das falas, depoimentos e documentos para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material. Para isso, geralmente todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados do texto com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais,

contexto cultural e processo de produção de mensagem (MINAYO, 2013).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantitativo. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2010). De certo modo, a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação (MORAES, 1999).

Para este estudo realizamos as seguintes etapas recomendadas por Bardin (1977): a) preparação das informações; b) leituras flutuantes do conteúdo coletado; e c) identificação das unidades de análise que deram origem às categorias temáticas.

Passaremos, agora a descrição de cada uma dessas etapas.

a). Preparação das Informações

Como já dissemos anteriormente, embora o nosso objeto de estudo não tenha sido a memória³⁶ – individual ou coletiva – muito do que nos foi contado nas entrevistas foram experiências vividas e histórias reconstituídas pela memória das mulheres que viveram as duas décadas por nós estudadas como militantes, como ativistas do movimento feminista.

Essas mulheres – de diferentes regiões do Brasil – viveram a ditadura militar, a clandestinidade, o exílio, a anistia, a década da mulher, as primeiras eleições com a abertura política e o fim do bipartidarismo e participaram do processo de criação dos primeiros organismos de políticas de direitos das mulheres. Essas ativistas contaram suas histórias, suas trajetórias políticas e de vida com detalhes, reconstituindo décadas de militância. Não é uma experiência fácil, como diz Rago

³⁶ Sobre a memória individual: “Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também. Mas esses limites não são o mesmo. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também” (Halbwachs, 1990, p.54).

(2013), rememorar esses anos de sofrimento e dor na vida social brasileira, principalmente para aquelas que viveram diretamente a perseguição política dos militares e o exílio. São, portanto, narrativas históricas. Por tudo isso, fazemos uma observação que acreditamos ser pertinente, a partir da fala de Beatriz Sarlo (2005):

Os documentos existem e são citados, mas não rompem a intimidade que o narrador tem com aquilo que conta. Não estamos, portanto, forçando demasiadamente as coisas, quando falamos em testemunho (SARLO, 2005)

Nessa etapa também selecionamos o material a ser analisado, incluindo as entrevistas, os textos da revisão bibliográfica que incluiu a pesquisa ao Jornal Mulherio, os diversos blogs e sites pesquisados.

Ainda, sobre o objeto de estudo³⁷, nos reportamos a Ecléa Bosi (2012) para destacar que:

Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças. (Bosi, 2012).

b) Leitura flutuante do conteúdo coletado

A primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Essa fase é chamada de leitura “flutuante”, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco a leitura vai se tornando mais precisa em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (BARDIN, 1977, p.96).

Momento de tomar contato direto e intenso com o material de campo, permitindo a impregnação do conteúdo, deixar-se invadir pelas impressões. Foi a dedicação à escuta - ouvir, ler e reler as entrevistas transcritas, relacionar a revisão

³⁷ Sei que a expressão “objeto da pesquisa” pode repugnar aos que trabalham com ciências humanas, se essa objetividade é entendida como tratar o sujeito à maneira de coisa, como redução de suas qualidades individuais para torná-lo objeto compatível com o método experimental (BOSI, 2012, p. 38).

bibliográfica ao objeto de estudo (MINAYO, 2013). Em seguida, com o material organizado, foram sistematizadas as ideias iniciais.

c) Unidades de Análise que deram origem às categorias temáticas.

No primeiro momento, a constituição do corpus, seguindo as regras de validade qualitativa. Entre elas: a exaustividade – cuidando para que o material contemple todos os aspectos levantados no roteiro; a representatividade – para que ele contenha as características essenciais do universo pretendido e pertinência – para que os documentos analisados sejam adequados para dar respostas aos objetivos do trabalho.

Quanto aos critérios usados na escolha: sobre as interlocutoras-chave que nos concederam entrevistas – quem são essas mulheres?³⁸ Como mencionamos anteriormente, são ativistas do movimento feminista, são referências teóricas, ícones feministas brasileiras e, como diz Márcio Seligmann-Silva (2013):³⁹

Elas fazem parte de uma geração de mulheres que introduziu no Brasil, em larga escala, o ideário e as bandeiras feministas, responsáveis por mudanças gigantescas em uma sociedade arquipatriarcal, ainda predominantemente machista, mas que aos poucos referendou importantes conquistas em tremos da universalização da igualdade de direito (SELIGMANN-SILVA, 2013)

Entre as nossas informantes-chave estão ativistas que pertenceram a organizações de esquerda, que viveram na clandestinidade, que viveram no exílio durante a ditadura militar, que foram influenciadas pelo feminismo na França, que participaram do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que fundaram jornais alternativos feministas como o Brasil Mulher e o Nós Mulheres, que participaram do Centro da Mulher Brasileira, que atuaram no *Lobby* do Batom, que participaram da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que atuam em

³⁸ A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (Bosi, 2012, p.37)

³⁹ O autor escreveu o prefácio *Viver no feminino – uma mais sete histórias de vida*, no livro *A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, de Margareth Rago (2013).

partidos políticos e, que integram importantes organizações e articulações feministas.

Portanto, foram realizadas seis entrevistas⁴⁰ individuais semi estruturadas e que organizamos da seguinte forma: a) Feministas que vivenciaram os primeiros momentos de institucionalização nos governos; b) Que entraram nos governos (ou defenderam que as feministas tomassem parte nos governos) e, c) feministas que estiveram contra por um determinado período e depois entraram nos governos.

A coleta foi realizada conforme a disponibilidade das nossas interlocutoras-chave. As entrevistas foram pré-agendadas e gravadas após o consentimento por escrito e assinado por cada uma das entrevistadas. Os objetivos da pesquisa foram lidos e explicados detalhadamente para as nossas colaboradoras, seguidos da leitura do Termo de Consentimento Livre⁴¹ (TCLE) (ANEXO 01).

As entrevistas tiveram uma duração média de uma hora e meia. Seguimos um roteiro prévio (ANEXO 2), com perguntas norteadoras que funcionou como um guia geral que focalizou alguns temas, como: movimento feminista nos anos setenta-oitenta, movimento feminista e as eleições de 1982, participação das feministas nos governos eleitos (1983), criação dos primeiros organismos de direitos das mulheres, concepção de feminismo de governo e/ou Estado. Todas as entrevistas foram transcritas. O roteiro serviu apenas de apoio à entrevistadora, não impedindo que outras questões fossem incluídas quando necessárias.

Importante lembrar que para esta dissertação fizemos um recorte no tempo, correspondente às décadas de 1970 e 1980. Do referido período destacamos especialmente a Década da Mulher instituída pela Organização das Nações Unidas (1975-1985), as primeiras eleições com o fim do bipartidarismo (1982) e a ênfase ao período entre 1975-1985.

Para esta dissertação, foram preservadas as identidades de nossas interlocutoras-chave, que a partir de agora serão nominadas: Sara, Núbia, Maria, Ana, Perla e Xênia. A seguir, o quadro 1 com uma breve apresentação das nossas entrevistadas:

⁴⁰ Entendemos que a entrevista é um jogo discursivo que se desenvolve num processo interativo, no qual se produzem sentidos em um contexto argumentativo situado (SPINK, MEDRADO, 1999).

⁴¹ Número do protocolo do Comitê de Ética: 26869414.5.0000.5208

N	Nome	Breve descrição das entrevistadas
1	Sara	Nos anos setenta fazia movimento estudantil, fazia parte de discussões de oposição sindical. É militante do movimento feminista. Desde os anos oitenta, trabalha numa organização feminista. É militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras. É socióloga.
2	Núbia	Nos anos setenta fazia movimento estudantil. Começou a atuar no movimento feminista em 1981. É militante feminista. É militante do Partido dos Trabalhadores. Trabalha numa organização feminista e também é militante da Marcha Mundial de Mulheres. É psicóloga.
3	Maria	Nos anos setenta viveu em Paris, fez parte do Círculo de Mulheres Brasileiras. No Círculo atuava no sub-grupo de Imprensa e Relação com o Brasil, que era responsável pela conexão com o Brasil. Voltou para o Brasil em fins de setenta e nove, começo dos anos oitenta, com a Anistia, Fez parte do Ação Mulher, onde conheceu Maria Áurea Santa Cruz, Suzana Maranhão, Aída Novelino e Edileuza Rocha. Desde 1980 atua no movimento feminista no Brasil. É militante do movimento feminista e trabalha numa organização feminista. É socióloga.
4	Ana	É militante feminista desde os anos setenta. Viveu em Paris durante o exílio. Voltou ao Brasil com a anistia, Barroso, Ruth Cardoso, Fátima Jordão e Rosiska Darcy de Oliveira. Atua em uma organização feminista. É socióloga, editora e ativista do movimento feminista.
5	Perla	Nos anos setenta participou de uma organização de esquerda, a Ação Popular – AP. Iniciou a militância no movimento feminista em 1972 quando conheceu Irma Passoni, Rachel Moreno, Amelinha Teles, Beatriz Bargieri, Regina Estela, Bete Lobo, Maria José Araújo – Mazé, Angela Borba e Rosalina Santa Cruz. Em 1977, como parte das suas atribuições na AP integrou o Jornal Brasil Mulher. Participou do Congresso da Mulher Paulista, em 1978. Fez parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985). É militante do movimento feminista desde os anos setenta. É militante do Partido dos Trabalhadores. É física e professora universitária. Atua na gestão pública, em um organismo de política para as mulheres.
6	Xênia	É militante feminista desde 1976, participou do Centro da Mulher Brasileira, onde conheceu Danda Prado, Malu Heilborn, Regina Estela. Participou do Encontro preparatório ao Congresso da Mulher Paulista. Fez parte do Conselho nacional dos Direitos da Mulher (1985). Trabalha em uma organização feminista e é militante da Articulação de Mulheres Brasileiras. É pedagoga.

Quadro 1 – Breve Descrição das entrevistadas

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Tramas e enlaces de um labirinto

Labirinto é um tipo de bordado, típico do artesanato paraibano. É uma tradição têxtil, mantida de geração em geração pelas mãos delicadas de mulheres que sobrevivem deste fazer artesanal. Elas desfiam, torcem, perfilam e engomam, através de um longo e trabalhoso processo manual, peças de inigualável beleza e riqueza de detalhes⁴². Bordar é ornar de desenhos em relevo à agulha, com fio de lã, seda, ouro etc. (Michaelis, 1998).

Tentar compreender os caminhos trilhados pelo movimento feminista no Brasil para atuação por dentro do governo, a partir dos anos oitenta, momento em que acontece a redemocratização no país, foi um dos desafios desta dissertação. Analisar a conformação do feminismo no âmbito do Estado e/ou governo, como um campo que constitui o feminismo brasileiro permeou toda a construção do nosso marco teórico referencial.

Buscamos entender o feminismo brasileiro nos anos setenta-oitenta, a partir da conjuntura política e dos principais momentos que marcaram essas duas décadas. Para fazer essa leitura foi preciso um intenso mergulho sobre o passado, inicialmente com uma ampla revisão bibliográfica, situando o movimento e a inserção das mulheres – a luta das mulheres contra a ditadura militar, o exílio, a década da mulher, a imprensa alternativa feminista, o movimento negro e as mulheres negras, as polêmicas e conflitos, as divisões provocadas por questões como luta gera/luta específica, autonomia do movimento, as ondas do feminismo, o fim do bipartidarismo, as eleições de 1982 e o surgimento dos primeiros organismos de direitos da mulher.

Para entender a complexa trama que forma esse labirinto, construímos o texto de análise dos resultados, da mesma maneira que se faz um bordado – alinhavando com cuidado, com idas e vindas, de forma a unir cada ponto e arrematando os nós que integram o desenho. Construímos este texto a partir do diálogo que estabelecemos com as autoras e com as entrevistadas. É um ir e vir a partir da

⁴² Para maiores informações acessar o site: <http://www.paraibatotal.com.br/a-paraiba/cultura/artesanato>

revisão bibliográfica e das entrevistas com as interlocutoras e por nós realizadas. Por isso, o capítulo dedicado aos resultados é um longo e cuidadoso entrelace, no qual procuramos unir a trama que compõe esse universo.

Determinamos a unidade de registro tomando como base a revisão bibliográfica, as entrevistas e o foco no nosso objeto de estudo. A partir das seguintes categorias temáticas construímos a análise dos resultados, em um denso diálogo com as teorias e as nossas interlocutoras-chave, a saber:

- **Movimento feminista nos anos setenta-oitenta.** Mergulhar nos primeiros anos do movimento feminista no Brasil, um feminismo da Segunda Onda, em plena ditadura militar e resgatar da memória das nossas interlocutoras o que foi vivido por elas nas décadas de setenta-oitenta. Dialogar com as autoras e refletir sobre os primeiros conflitos, entender a origem do ressurgimento do feminismo no Brasil.

- **Movimento feminista e as eleições de 1982.** Entender os caminhos do feminismo rumo à institucionalização por dentro dos governos. Entender como foi a criação dos primeiros organismos de direitos das mulheres. Refletir sobre as estratégias usadas pelo movimento feminista na relação com o Estado. Buscar entender como o movimento feminista transformou suas bandeiras de luta em propostas de políticas públicas para um Estado cuja estrutura é organizada segundo uma lógica que reitera as desigualdades de gênero.

- **Autonomia.** Essa foi uma das palavras-chave que marcou o movimento feminista no Brasil nas duas décadas estudadas. Consideramos que para entender os caminhos que levaram as feministas a institucionalizar-se por dentro do Estado, foi preciso resgatar os meandros das discussões sobre autonomia.

- **Feminismo de governo, feminismo de Estado, feminismo de governo.** Essa é uma nomeação recente que tentamos entender e refletir com as autoras e interlocutoras-chave, o que elas entendem do referido conceito, se ele faz sentido?, se ele é útil? Se é possível?

6.2 Histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo: entre articulações e tensões

6.2.1. “Diferentes, mas não desiguais” – reafirmando a necessidade de uma sociedade igualitária.⁴³

O Brasil, como em vários países da América Latina, África e Oriente Médio viveu o tenebroso período de Ditadura Militar, marcado pela supressão dos direitos constitucionais, de repressão, censura e perseguição política a todas as pessoas que se opunham ao regime militar. No Brasil, esse período durou vinte e um anos – de 1964 a 1985 – e o país viveu liderado por militares a partir de um golpe de Estado no dia 1º de abril de 1964 quando o governo de João Goulart foi deposto e deu-se início o regime militar. O golpe de Estado levou o general Humberto de Alencar Castello Branco ao governo militar que se seguiu com uma sucessão de generais até 1985.

Foi uma época marcada por grande exploração da classe trabalhadora, por uma política de arrocho salarial, por ação violenta do Estado sobre a população, cassações, sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes daquelas pessoas que ousavam desafiar o regime autoritário⁴⁴.

No entanto, mesmo sob o contexto do autoritarismo, a sociedade brasileira sempre manifestou insatisfação contra a ditadura militar e fez oposição ao sistema. Pode-se dizer que as grandes passeatas de 1968 foram o auge dessas manifestações e também um marco da resistência. Durante esse período de acirramento foi decretado o Ato Institucional N°5, o AI-5 que aboliu todos os limites constitucionais à ação governamental por um período indeterminado atribuindo ao

⁴³ O movimento feminista, sem dúvida, com suas palavras de ordem, deu um novo significado a vários conceitos e rompeu com certa “ordem” estabelecida. Com suas insígnias, fez um questionamento profundo sobre vários parâmetros conceituais: “Diferentes, mas não desiguais” – reafirmando a necessidade de uma sociedade igualitária, “Nosso corpo nos pertence” – em contraposição ao Estado e ao patriarcado e “O pessoal é político” – questionando a natureza da dominação por sexo e as relações sistemáticas de poder.

⁴⁴ Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, os testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime. Ainda hoje são poucas as autobiografias femininas relativas aos anos de chumbo e mesmo as que foram lançadas nas décadas seguintes quando se fortalecia o movimento feminista (RAGO, 2013).

Executivo uma série de poderes excepcionais⁴⁵. No período em que durou o regime militar, pode-se dizer que o AI-5 foi o período mais repressivo com relação às liberdades individuais (GOLDBERG, 1987). Várias narrativas mostram que as mulheres se integraram aos movimentos de luta contra as ditaduras na América Latina e “proclamaram uma revolução cultural e sexual” (TELES; LEITE, 2013):

No Brasil, se ainda era muito restrita a produção teórica feminista, na prática as mulheres trouxeram inovações que nunca haviam sido apresentadas antes de maneira tão mobilizadora. Desafiaram a ditadura militar, o conservadorismo de uma sociedade silenciada pela censura, pela violência do Estado, os preconceitos tão arraigados numa sociedade formada pelo trabalho escravo, e ainda com grande parte da esquerda que não conseguia perceber a importância de incluir o projeto feminista em suas estratégias políticas. O que as feministas propunham era uma diversidade de temas emergentes como educação diferenciada, desigualdades no mercado de trabalho, sexualidade, violência doméstica, aborto, autonomia (TELES; LEITE, 2013)

Acreditamos ser importante destacar aqui que nos primeiros anos do golpe militar de 1964 e, principalmente depois do AI-5, para muitas pessoas – intelectuais de esquerda – restou sair do Brasil e buscar o exílio em certos países. Anette Goldberg (1987) usa a palavra exílio para designar as várias situações de saída do Brasil como consequência direta ou indireta do processo político: por perseguição, pressão política ou detrimento de parentes; por banimento de prisioneiros políticos libertados em troca de diplomatas estrangeiros sequestrados e, os autoexílios muitas vezes disfarçados de cursos de graduação ou pós-graduação e até assumidos como “viagens de desbunde”⁴⁶.

Foi no exílio que muitas mulheres tiveram um primeiro contato com o feminismo e até formaram importantes grupos só de brasileiras ou se integraram nos movimentos de liberação dos países onde se encontravam. Eram grupos de

⁴⁵ Muitas feministas brasileiras viveram no exílio durante a ditadura militar. Não nos cabe aqui aprofundar sobre a importância e contribuição que elas tiveram em relação ao movimento feminista no Brasil pós-abertura. No entanto, não podemos deixar de mencionar grupos e articulações de conotação feminista como o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior (1972), o Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior (PEDRO, 2010, p.126).

⁴⁶ O início de 1972 ficou conhecido como o “verão do desbunde”, termo originado do verbo *desbundar*, que, segundo os dicionários significa ‘perder o autodomínio, enlouquecer, loucura, desvario’. Foi apenas isso? Quem era jovem no Brasil, teria dois bons motivos para desbundar: 1) acompanhar a possibilidade de sonhar com uma nova era, voltada a valores espirituais pouco materialista; 2) esquecer a repressão política e o Estado sem direito inaugurado pela ditadura militar. Para maiores informações consultar o site: http://www.galcosta.com.br/sec_biografia.php?id=11

solidariedade, de vivências e de discussões políticas que repercutiram no Brasil seja durante o exílio ou com a volta dessas mulheres ao país. Quando perguntamos a Maria onde ela estava entre os anos setenta e oitenta, Maria nos respondeu:

Nos anos setenta, estava em Paris, no exílio. Com a ditadura militar, fui embora. Lá acabei me organizando no Círculo de Mulheres Brasileiras até fins de 1979, quando voltei para o Brasil, depois da anistia. De lá eu acompanhava tudo que acontecia no Brasil, através do Jornal Brasil Mulher, onde participava de um dos sub-grupos que era responsável pela articulação com os jornais feministas Brasil Mulher e o Nós Mulheres.

De maneira muito semelhante, Ana nos respondeu:

Estava no exílio, vivia em Paris, em contato com outras feministas brasileiras, fazia parte do Círculo de Mulheres Brasileiras.

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris nasceu em abril de 1976 com cerca de vinte mulheres que defendiam uma mesma posição política e se reconheciam no programa de reivindicações proposto pelo grupo. Durante cerca de um ano, as mulheres do Círculo divididas em subgrupos analisavam a discriminação da mulher na educação, a imagem feminina na arte e na publicidade e também se dedicavam a refletir sobre suas próprias experiências individuais – sexualidade, maternidade, conflitos conjugais, exílio (GOLDBERG, 1987).

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris era formado por feministas de esquerda, integrantes em sua maioria, do Debate, dissidência política que surgiu no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e também, de feministas autônomas. Foi fundado em Paris, entre 1975 e 1976, por iniciativa de algumas mulheres militantes de organização de esquerda, entre elas Regina Carvalho (LEITE, 2003; PINTO, 2003; BASTOS, 2006).

No decorrer da dissertação voltaremos a falar sobre este assunto, mas não faremos um aprofundamento maior considerando que extrapola o nosso objeto de estudo.

Não nos cabe aqui como parte desta dissertação aprofundar sobre os grupos, segmentos e setores organizados da sociedade civil que se rebelaram contra o regime militar no Brasil. No entanto, é preciso registrar a importância que alguns

deles tiveram inclusive pelo rebatimento de suas ações no próprio movimento feminista. E das ações do movimento feminista sobre esses segmentos: cultura, raça, movimento pela saúde pública, orientação sexual, como veremos a seguir.

Uma dessas articulações tem a ver com a cultura da resistência que se expressou no teatro, na música, na literatura e na poesia e na voz de compositores (as) como Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, Marília Medalha, Milton Nascimento, Nara Leão, Gilberto Gil entre outros/as. Inicialmente dirigida ao regime militar, a “revolução cultural” em curso nas décadas de sessenta e setenta, no país, estendeu seus questionamentos à sociedade burguesa mais ampla, encontrando várias correntes do pensamento internacional envolvidas com a crítica à modernidade (RAGO, 2003).

Ainda no contexto da ditadura militar, nos chamados “anos de chumbo”⁴⁷ homossexuais e lésbicas além de manifestar oposição ao regime, lutavam contra a violência e discriminação sofridas e também se organizavam em grupos de ajuda mútua, de denúncias e de ação política. Junto com outras ditas “minorias” sociais se manifestavam em movimentos políticos reivindicando o “direito à diferença” e questionando radicalmente os padrões dominantes de masculinidade e feminilidade (RAGO, 2003).

No ano de 1979 surgiu a associação SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo, inicialmente composta apenas por homens e a partir de 1981 com a participação de mulheres que se organizaram na chamada facção lésbico-feminista. Narrativas apontam que a incorporação da questão lésbica no movimento feminista foi muitas vezes ambígua, mesmo que no discurso estivesse garantido o respeito à diferença e a não discriminação pela orientação sexual (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

O que nos parece importante frisar é que também o movimento negro ressurgiu no Brasil durante a ditadura militar e tendo como eixos básicos a luta pela democracia, a extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania. Porém, em ambos os movimentos, as mulheres negras aparecem como sujeitos implícitos – partiu-se de uma suposta igualdade entre as mulheres, assim como não foi considerado entre os negros as diferenças entre homens e mulheres (RIBEIRO, 1995).

⁴⁷ Esta expressão foi cunhada no filme de Margareth Von Trotta, Baader Meinhoff Group, “Die Bleierne Zeit” (Os anos de chumbo), lançado em 1980 (RAGO, 2013).

Matilde Ribeiro (1995) afirma em seu texto “Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing”, que as mulheres negras participantes desses dois movimentos conscientes da importância de seu papel na história buscaram desmascarar situações de conflito e exclusão. Dessa maneira, as mulheres negras não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos perante esses movimentos e a sociedade, como trilharam um caminho próprio através da construção do movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

A ditadura militar é o tempo em que o Estado promove o ufanismo do “Milagre Brasileiro” e o Brasil do “Ame-o ou Deixe-o!”, apesar de uma inflação galopante, como forma de obter adesão das camadas médias ao regime militar. “Os ministros da ditadura militar tripudiavam sobre os trabalhadores, o que impulsionava de maneira decisiva as mulheres a reagirem num amplo movimento de luta contra a alta do custo de vida”, contra a “carestia” (TELES; LEITE, 2013). Vejamos o que nos diz uma das nossas entrevistadas:

Em São Paulo, além da resistência à ditadura, havia um movimento muito forte pela moradia e contra a carestia, com muitas mulheres de setores populares. Na universidade, lembro que a luta por creches começou com Rachel Moreno articulando junto às estudantes universitárias. Além disso, o movimento pela anistia também era muito forte (PERLA)

As mulheres também estavam presentes nas manifestações de rua daquele período, seja para legitimar o *Status Quo* do sistema, como na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que antecedeu e apoiou o Golpe militar ou na Passeata dos Cem Mil que aconteceu no Rio de Janeiro em 1968, de enfrentamento ao governo, pela Anistia política e por eleições diretas.

Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da ‘panela vazia’ (ou ‘panelaços’), nas reivindicações por anistia (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas) (PEDRO, 2012).

É nesse contexto político de Ditadura Militar, de repressão política, de censura prévia na imprensa, vivendo sob o AI-5, que o feminismo se afirma como “um novo ator político no cenário nacional, como força social que lutava, simultaneamente pelo restabelecimento da democracia política e pela ampliação

desse conceito, de forma a incluir a cidadania plena das mulheres como um pilar dessa nova agenda”, como bem afirma Albertina Costa (2013).

O que é preciso destacar é que a ditadura militar, além de ser antidemocrática e de definir formas de apropriação de riquezas que ampliavam as diferenças de classe, foi também antifeminista, o que se aplica para todos os países que viveram sob o regime militar nos anos setenta e oitenta do século XX (PEDRO, 2010).

Assim, ao mesmo tempo em que lutavam contra o regime político, as feministas brasileiras se insurgiam contra a violência sexual, contra o machismo e pelo direito ao prazer e à liberdade, como observamos na fala de Maria, uma das nossas informantes-chave:

Havia uma grande participação das feministas e do movimento feminista nessa relação entre feminismo e democratização no Brasil. O movimento feminista estava também comprometido nesse processo de democratização. Eram duas coisas indissociáveis (Maria).

Os grupos de reflexão e/ou autoconsciência se multiplicavam nos anos setenta e debatiam coletivamente para discutir sobre temas específicos das mulheres e também sobre o machismo. E o que eram esses grupos de reflexão? Aqui reproduzimos a fala de Betânia Ávila na Roda de Conversa (2014):⁴⁸

Esses grupos eram pequenos espaços de reflexão e militância onde as mulheres discutiam seus processos, suas vivências confrontando isso com as histórias das outras, socializando, pensando também teórica e historicamente isso – inclusive numa relação entre cotidiano e história. Ali era um momento de descoberta também. Muitas mulheres achavam que aquela vida individual de dominada, de reprimida era uma questão dela. A dominação e a exploração inclusive têm essa capacidade, de transferir o problema do social para o sujeito – o déficit é do sujeito. “Então, se você não estava dentro do padrão, era você quem estava errada; se você não era feliz no amor era com você que não estava cumprindo com as suas obrigações; se o seu desejo sexual não correspondia à heteronormativa era você quem estava errada” (ÁVILA, 2014).

Para Goldberg (1987), os grupos de autoconsciência foram criados pelas feministas radicais⁴⁹ com o objetivo de desnaturalizar e de tornar visíveis os efeitos

⁴⁸ Exposição feita na Roda de Conversa: Feminismos e Constituição de sujeitos políticos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPE. Recife, Outubro, 2014.

⁴⁹ O movimento de liberação das mulheres se desdobrou, grosso modo, em duas orientações: o feminismo radical e o feminismo marxista ou socialista, que diferiram fundamentalmente na maneira

do patriarcado imperceptíveis para grande número de mulheres. Dito de outra forma: em grupo, as mulheres constatavam que seus problemas não eram únicos, nem particulares, mas que faziam parte de toda uma vivência social de opressão compartilhada pelas mulheres. Goldberg (1987) acredita que nesses grupos de autoconsciência estão as raízes dos estudos feministas inicialmente chamados *women's studies*⁵⁰

Dentre esses grupos um dos primeiros citados por várias pesquisadoras data de 1972 em São Paulo, sendo formado principalmente por professoras universitárias, algumas inclusive, recém-chegadas dos Estados Unidos e Europa. Esse grupo se chamou Grupo de Conscientização Feminista e atuou até 1975, dele participaram Maria Odila Leite da Silva, Célia Sampaio, Beth Mendes, Walnice Nogueira Galvão, Albertina Costa e Marta Suplicy, entre outras (GOLDBERG, 1987).

Como bem ressalta Cinthia Sarti (2004), embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos setenta, desde questões internacionais até mudanças de paradigma sobre a condição feminina nos anos sessenta:

O feminismo militante no Brasil que começou a aparecer nas ruas, surge naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente esta derrota (SARTI, 2004)

Não podemos esquecer que a situação era de Ditadura Militar e, nesse sentido, é importante registrar que muitas mulheres foram presas, torturadas e mortas nesse período, muitas das quais participavam de organizações políticas clandestinas. Várias narrativas nos mostram que o feminismo brasileiro que se desenvolve nos anos setenta carrega o envolvimento com as organizações políticas de esquerda que enfrentaram a Ditadura Militar. É um feminismo que se constrói dentro de um processo histórico no qual emergem necessidades gerais da sociedade (TELES; LEITE, 2013).

De acordo com Doris Lamus Canavae (2009) o perfil da militante feminista latino-americana nos anos setenta está diretamente relacionado ao ambiente político

de conceber o “patriarcado” e na forma de se organizar para combatê-lo. Ambas defenderam a ideia de que os sexos masculino e feminino constituem, além de realidades biológicas, categorias socialmente construídas, os gêneros (GOLDBERG, 1987). (Grifos da autora)

⁵⁰

Estudo de mulheres (Tradução nossa)

com que se deparam não somente as feministas da Segunda Onda, como também os movimentos “progressistas” e “revolucionários” que representavam o regime militar – como Chile, Uruguai, Brasil, Peru e Argentina. Para a autora, “as feministas não somente desafiavam o patriarcado e seu modelo de dominação militarista, como também denunciavam junto com outros segmentos da oposição, a opressão e a exploração econômicas e política”.

Nos anos setenta, uma palavra de ordem usada pelas chilenas, era “Democracia no país, em casa e na cama”, que denunciava a negação da pessoa, do seu corpo e de sua sexualidade como um assunto político, que identificaria todas as feministas da América Latina (CANAVAE, 2009).

Para Canavae (2009), ainda, as feministas latino-americanas não reproduzem automaticamente as bandeiras vindas do Norte, elas também as redefinem e as ampliam à noção de luta revolucionária, ao dizer que uma transformação social radical deve incluir mudanças também na vida cotidiana, na luta de classes, bem como questionam o poder patriarcal e as formas autoritárias de fazer política da esquerda masculina.

Aqui nos parece importante destacar que existem várias teorias e debates sobre as ondas do movimento feminista. Adotamos os pressupostos teóricos propostos pela filósofa e teórica feminista, Nancy Fraser (2007), que nos parecem extremamente interessante e mais adequados ao nosso objeto de pesquisa. Ela divide essa história em duas ondas e, em sua análise, a Segunda Onda, pode ser dividida em três fases.

A primeira fase do feminismo teria origem com as demandas pelo direito à igualdade de direitos civis, principalmente ao voto e tem como marco a obra de Mary Wolstonecraft, publicada em 1792. A Segunda Onda teria seu início na década de 1960, com o surgimento da categoria gênero e a principal reivindicação de que o pessoal é político e a crítica substancial é o patriarcado (FRASER, 2007).

A primeira fase da segunda onda está relacionada com o surgimento da nova esquerda e a demanda para que o pessoal e o privado se tornassem políticos. Para a autora na primeira fase, o feminismo aparece em íntima relação com os “novos movimentos sociais” que emergiram na efervescência da década de 1960. A segunda fase se inicia com o declínio dos regimes socialistas e a ascensão do

neoliberalismo e é caracterizada pelo culturalismo e pela demanda por reconhecimento (FRASER, 2007).

A terceira fase diz respeito à crescente globalização mundial em que as demandas feministas são mal enquadradas pelas instituições políticas existentes. Dessa forma, passa a ser por representação, não somente no sentido de dar voz política às mulheres, mas de que suas demandas de redistribuição e reconhecimento sejam devidamente tratadas pelas instituições políticas, por meio de uma abordagem transversal, do ponto de vista temático, e transnacional, do ponto de vista territorial (FRASER, 2007).

Fraser (2007) nos ensina que essa segunda onda do feminismo começou quando os movimentos sociais desafiaram as estruturas normatizadoras da social democracia no momento pós-Segunda Guerra Mundial. Depois, as questões culturais vêm para um primeiro plano e o feminismo se reinventa como política de reconhecimento. Posteriormente, no mundo globalizado o feminismo mais uma vez se reinventa explorando novas oportunidades políticas nos espaços políticos transnacionais. O reconhecimento tornou-se a principal gramática das reivindicações feministas nessa segunda fase. Em outras palavras, o projeto de transformação cultural foi parte integrante de todas as fases do feminismo. O que diferencia a fase da política de identidade é a autonomização do projeto cultural e o “apartar-se” do projeto de transformação político-econômica e de justiça distributiva (FRASER, 2007).

Segundo Sonia Alvarez (2003) os anos 1990 são apontados como a década em que os movimentos feministas no Brasil, assim como na América Latina e em outras regiões do mundo, se ‘globalizaram’ ou ‘transnacionalizaram’. As análises acadêmicas tipicamente atribuem esse processo de globalização dos feminismos à crescente participação de setores expressivos dos movimentos feministas nas esferas hegemônicas da política internacional e, em particular, nas conferências e cúpulas mundiais promovidas pelo sistema das Nações Unidas no decorrer desse período (ALVAREZ, 2003).

Também no Brasil, as feministas questionavam radicalmente as relações de poder entre homens e mulheres que se estabeleciam no interior dos grupos políticos de esquerda e lutavam para impedir a dominação machista ali instalada (RAGO, 2003). As feministas questionavam a prática das organizações de esquerda e as

relações de poder que muitas vezes ali predominavam. O movimento feminista contemporâneo nasce dentro de um processo geral de radicalização de esquerda, dos movimentos de contracultura, e com uma forte crítica às formas autoritárias e hierárquicas da política (ÁVILA, 2008).

Vejamos o que nos diz Ana Alice Alcântara Costa (2005):

Ao afirmar que o 'pessoal é político', o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político (COSTA, 2005).

Destacamos também a afirmação de Catharine A. MacKinnon (1989):⁵¹

Ao dizer que o pessoal é político significa que o gênero como divisão do poder pode descobrir-se e verificar-se através da experiência íntima das mulheres da objetificação sexual, que define e é sinônimo da vida da mulher como feminino genérico. Assim, para o feminismo, o pessoal é epistemologicamente o político, e sua epistemologia, sua política (MacKinnon, 1989).

Pesquisadoras como Pedro (2006) têm afirmado que a ditadura militar teve um peso muito grande na forma e no tempo que os feminismos da América Latina tiveram para se desenvolver, especialmente os países do Cone Sul.⁵² A identificação com o feminismo nesses países não foi feita da mesma maneira de como ocorreu nos Estados Unidos e Europa Ocidental (PEDRO, 2006)

O contexto político de ditadura militar impediu e tornou muitas vezes impossível qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicação. Por isso mesmo, é possível observar a emergência do feminismo nos momentos de “abertura” democrática e de silenciamento quando as ditaduras ocorreram.

É importante registrar também que os golpes nesses países ocorreram, em sua maioria, nas décadas de sessenta e setenta, com exceção do Paraguai (1954), que é o período de maior divulgação do Movimento de Libertação das Mulheres e do Feminismo Radical nos Estados Unidos, país que com sua política de Guerra Fria deu sustentação à ditadura militar na América Latina (PEDRO, 2006).

⁵¹

Tradução nossa

⁵²

Países do Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

É, portanto, nessa conjuntura política dos anos setenta do século XX que a segunda onda do feminismo chega ao Brasil, embora nos Estados Unidos e Europa tenha se iniciado desde os anos sessenta:

Entre desejos, sonhos e pesadelos, a década de 1970 foi vivida por uma geração de mulheres como um momento de experimentação de novas possibilidades de existir, antes mesmo que o movimento feminista se afirmasse no Brasil e muito antes que tivessem acesso a conceitos e filosofias como os de Foucault, Deleuze e Guattari, entre outros, que permitiriam interpretar com maior clareza o que estava em jogo (RAGO, 2013).

No Brasil há uma narrativa de 'origem' do ressurgimento do feminismo dos anos setenta que prevalece até os dias atuais:

A narrativa de 'origem' desse feminismo foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985" (PEDRO, 2006).

O ano de 1975 tem sido narrado e analisado por diversas pesquisadoras como um lugar que marca o início da segunda onda feminista no Brasil, porque ali se inaugurou um novo momento para a organização feminista no país. Como afirma Pedro (2006), "O ano de 1975 tem estado na memória de muitas mulheres".

Convém destacar que, embora 1975 seja um marco simbólico desse nascedouro, já havia feminismo no Brasil anterior a essa data⁵³. As mulheres já se reuniam para pensar e discutir sobre a condição feminina, desde o início da década. Havia desde os anos sessenta publicações como "Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade", de Heleieth Saffioti, que foi publicada em 1969. Embora naquele tempo Saffioti ainda não se declarasse feminista, sua obra já era considerada uma referência para várias feministas (GOLDBERG, 1987).

O livro Mulher e Sociedade de Classes: Mito e Realidade foi publicado em 1976 pela Editora Vozes e foi considerado à época um best-seller e é até hoje uma referência para os estudos sobre a mulher, como bem resumiram Teles e Leite:

⁵³ Destacamos também: A mulher na construção do Mundo Futuro, de Rose Marie Muraro (1967) e a vinda de Betty Friedan ao Brasil, para o lançamento do seu livro A Mística Feminina (1971) (GOLDBERG, 1987, p. 52).

No Brasil, o livro de Heleieth Saffioti, escrito de dezembro de 1966 a fevereiro de 1967, que corresponde a sua tese de livre-docência, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Araraquara – hoje vinculada à Unesp (Universidade Estadual Paulista) –, publicado pela primeira vez em 1969 focaliza a posição da mulher na sociedade de classes. Refere-se à condição da mulher no Brasil, analisa a formação histórica e a organização social do país, pano de fundo da condição feminina, focalizando quanto a esta temática, sobretudo o trabalho e educação. Elabora, também, uma reflexão teórica entre a sociedade capitalista e as representações das mulheres. Questiona o conjunto de mitos que situam a mulher num plano inferior àquele em que está colocado o homem e explica essa inferioridade, utilizando as categorias de análise marxistas e o método dialético (TELES; LEITE, 2013)

Esse foi o estudo mais importante e de maior fôlego daquela década e que, de fato, segue sendo uma referência obrigatória para os estudos sobre a mulher no Brasil:

Saffioti teve o mérito de reunir grande quantidade de dados e de informações que até aquele momento estavam dispersos e que dizem respeito à transformação das estruturas familiares, à educação das mulheres, à participação feminina na força de trabalho, às lutas feministas, desenvolvendo uma análise segundo a perspectiva “dialética marxista”, com o objetivo de mostrar e explicar a posição social reservada ao sexo feminino nas sociedades capitalistas (GOLDBERG, 1987).

Foi no ano de 1974 que a Editora Vozes lançou o livro “Mulher, Objeto de Cama e Mesa”, de Heloneida Studart que de maneira divertida e bem-humorada, com textos curtos e em forma de colagem, falava sobre a condição feminina, corpo e trabalho doméstico. Heloneida era jornalista e foi redatora da revista Manchete, além de colaborar com vários periódicos (CUNHA, 2008).

Além disso, Studart foi eleita deputada estadual pelo MDB com mais de 60 mil votos em 1978 e reeleita, pelo PMDB em 1982 e em seu mandato exerceu cargos importantes como vice-presidente da Comissão Parlamentar de Controle de Meio Ambiente (1978-1980), presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1981-1982) e teve uma participação efetiva no *Lobby* do Batom. (CUNHA, 2008).

Nesse momento abrimos um parêntese para apresentar um breve histórico sobre o *Lobby* do Batom, considerando sua importância no processo Constituinte. Com as eleições de 1986 foi instalado o Congresso Constituinte para formular a

nova Constituição Brasileira. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) lançou ainda em 1985, a campanha “Constituinte sem mulher fica pela metade”, com o objetivo de debater a situação jurídica da mulher e incentivar sua participação no processo de formulação da nova Constituição. A campanha resultou num Encontro Nacional (1986) que elaborou a Carta das Mulheres aos Constituintes e lançou a segunda fase da Campanha: “Constituinte prá valer tem que ter direitos da mulher” (SCHUMAHER, 2008).

O CNDM criou então a Comissão Mulher Constituinte para acompanhar os trabalhos no Congresso Nacional e incluir no novo texto constitucional as propostas feministas. Alguns deputados com o intuito de desqualificar o trabalho das mulheres passaram a chamar o grupo de “*Lobby do Batom*”. As mulheres estrategicamente transformaram em força política o que seria um termo pejorativo e, junto com a bancada feminina adotaram o apelido que foi parar nos jornais. Nasce assim, o que veio a ser chamado de *Lobby do Batom*, que contou com ampla mobilização nacional e se transformou no movimento de luta pelos direitos das mulheres na Constituinte (SCHUMAHER, 2008).

No ano de 1975 destacamos três acontecimentos importantes: organizou-se o Movimento Feminino pela Anistia com ampla repercussão em todo o país, que durou até 1979, liderado por Therezinha Zerbini – que dizia com todas as letras que não era feminista; a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu aquele ano, como o Ano Internacional da Mulher durante a I Conferência Mundial sobre a Mulher que aconteceu na cidade do México e, como resultado dessa conferência a ONU declarou os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher no mundo inteiro.

O que é interessante observar é que essa iniciativa da ONU, a Década da Mulher, vinha sendo criticada pelos movimentos de liberação das mulheres como uma tentativa capitalista e imperialista de neutralizar os conteúdos mais globalmente contestatórios do feminismo, transformando-o num mero movimento de emancipação em luta pela integração feminina no desenvolvimento econômico e social dos países “subdesenvolvidos” (GOLDBERG, 1987).

Mas o Brasil vivia sob a ditadura militar há mais de dez anos e aquela iniciativa da ONU causou uma enorme repercussão, num país marcado pela repressão e pelo cerceamento de liberdade democrática. Mesmo assim, é importante registrar que embora o Brasil tenha participado oficialmente da

Conferência do México, o governo não considerou ser necessário a formulação pelo Estado de uma política global para implementar os objetivos fixados para a Década da Mulher seguindo as recomendações aprovadas na Conferência (Idem).

O Movimento Feminino pela Anistia (MFA) começou em São Paulo, em abril de 1975 e provocou o surgimento de núcleos no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, na Bahia, no Ceará e no Paraná; teve atuação até o ano de 1979. O MFA mesmo sem se considerar um grupo feminista, contribuiu para que algumas mulheres que dele participaram se identificassem com o feminismo:

O contato com os presos e as presas políticas e a luta contra as autoridades militares para que prestassem contas do desaparecimento e o contato com o exterior, denunciando as torturas, é narrado por algumas delas como o momento em que perceberam a especificidade de ser mulher, de atuar como mulher no espaço público e, portanto a constatação de sua identificação com o feminismo. (PEDRO, 2010)

Nesse caso, o que nos parece importante frisar é que compartilhando do mesmo sofrimento aquelas mulheres se deram conta das suas especificidades. Como exposto no livro “Luta, substantivo feminino”:

A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde tivessem escondidos. (MERLINO; OJEDA, 2010).

Uma estratégia de compartilhar parte destas histórias de sofrimento, luta e resistencia se deu por meio da elaboração e divulgação do que se nomeou na época de imprensa feminista. Os jornais alternativos feministas⁵⁴ que circularam no país a partir de 1975⁵⁵, produzidos por mulheres e dirigido às mulheres foram de grande importância para a história do feminismo no Brasil. Esses jornais feministas funcionavam como porta-vozes das mulheres feministas, mas também como

⁵⁴ Os jornais eram editados em formato de tabloide, em preto e branco, o que era muito comum na imprensa alternativa, um tipo de imprensa reconhecido como democrático e de oposição ao governo militar. Era também chamada de imprensa nanica, devido ao formato menor de suas publicações, se comparadas às da imprensa tradicional (TELES; LEITE, 2013, p. 59).

⁵⁵ Essa imprensa de esquerda, de oposição não regime militar era representada por jornais de vários tipos e de diferentes tendências políticas, entre os quais podemos citar Pasquim, Opinião, Movimento e Em Tempo, com posições e informações fundamentalmente políticas, e Versus, Ovelha Negra, Lampião e De Fato, com orientação cultural, sexual e ideológica (LEITE, 2003).

organizadores de suas militantes e de sua formulação política (ARAÚJO, 2000). Tais periódicos em geral não tinham patrocínio ou publicidade, muitas vezes dependiam da contribuição mensal das próprias mulheres que integravam a equipe⁵⁶ (LEITE, 2003; TELES; LEITE, 2013):

A imprensa feminista abriu espaços para a construção e consolidação de marcos teóricos. A estrutura de classes sociais, a questão étnico-racial, a discriminação sexual milenar, a sexualidade e os reflexos sociais das diferenças sexuais apresentam uma importância de primeira ordem para enfrentar a opressão/exploração. Traz um apelo constante para que se aprofunde a compreensão do papel das instituições patriarcais, sua ideologia e intervenções, inclusive do Estado, que são fortes obstáculos à liberação das mulheres (TELES; LEITE, 2013).

Destacamos aqui os três principais jornais que marcaram uma época na imprensa feminista no Brasil nas décadas de setenta e oitenta. São eles: o jornal Brasil Mulher, o Nós Mulheres e o Mulherio.

A seguir, falaremos brevemente sobre a história desses jornais alternativos que se tornaram um espaço importante de expressão da luta feminista no país, com a ousadia de falar sobre temas como anistia, creche, sexualidade, violência doméstica, aborto e outras questões ligadas à liberdade individual e coletiva das mulheres e fazer oposição à ditadura militar, além de denunciar o racismo e a necessidade de enfrentar a luta por sua erradicação.

Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013), no livro *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* contam que na década de 1970 não havia apoio financeiro por parte de instituições, fundações ou entidades da sociedade civil, ou mesmo do Estado. Como se sabe era o tenebroso período da ditadura militar e tais jornais faziam oposição ao sistema.

Esses periódicos estavam voltados para motivar as mulheres e inseri-las no contexto da luta política e da resistência à ditadura militar, mas também estavam preocupados com as questões específicas das mulheres. Os jornais Brasil Mulher e o Nós Mulheres:

⁵⁶ Tratava-se de uma imprensa com características de esquerda e de oposição ao regime, artesanal e comercializada, prioritariamente, mão a mão, ou seja, através da venda por militantes dos movimentos populares em eventos nas sedes das próprias organizações. (LEITE, 2003).

Defenderam ideias e princípios relacionados ao contexto político do movimento nacional feminista pós-luta armada, quando a oposição buscava novos espaços de atuação. Ambos estavam comprometidos com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas vinculadas diretamente às condições das mulheres e às novas formas de fazer política (TELES e LEITE, 2013).

É no ano de 1975 que surge o Jornal Brasil Mulher, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, com vinte edições publicadas entre 1975 e 1980. Esse jornal foi de grande contribuição para a constituição da imprensa alternativa feminista e a luta das mulheres pelas causas feministas e contra a ditadura militar. O Brasil Mulher estava ligado à luta pela anistia e era constituído por militantes de partidos políticos de esquerda e por organizações clandestinas. O jornal Brasil Mulher defendia, também, a dupla militância, ou seja, a filiação partidária ou sindical e a feminista. Segundo contam as autoras, o feminismo não deveria se isolar das propostas políticas societárias amplas, evitando o risco de uma prática pontual, isolada e, conseqüentemente, inócua (TELES; LEITE, 2013).

No ano seguinte (1976), surgiu o jornal Nós Mulheres, publicado pela Associação de Mulheres, que circulou em todo o país e que durou daquela data até 1978. O Nós Mulheres era formado por militantes feministas que puderam voltar ao Brasil antes da aprovação da Lei da Anistia e que já participavam do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e que vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição e que veiculasse as lutas sociais das mulheres e também por feministas estudantes (Leite, 2003). Um dos dilemas do jornal era se seria um projeto voltado para a classe média ou para as trabalhadoras, tendo prevalecido a última ideia.

Assim como o Nós Mulheres, o Brasil Mulher era um jornal voltado para as mulheres da classe trabalhadora, em defesa das liberdades democráticas e pelo fim da Ditadura Militar, porém o Brasil Mulher estava mais preocupado em defender a anistia aos presos e perseguidos políticos e lutar contra o regime militar do que abordar as questões feministas. “O Brasil Mulher (BM) surge como porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia, com a proposta de ser um veículo de debate das questões de interesse das mulheres”, segundo Teles e Leite (2013).

Ainda de acordo com as autoras, era um jornal que tratava desde seu início, das questões voltadas para as mulheres e, ao mesmo tempo, trazia em suas páginas a bandeira da Anistia, uma luta que se impunha naquele momento (TELES; LEITE, 2013):

O movimento Feminino pela Anistia realizou atos conjuntos com o Comitê Brasileiro pela Anistia e, mesmo pretendendo manter sua identidade própria, perdeu força e hegemonia, por ser um movimento centrado na figura de uma pessoa, Terezinha Zerbini, e por não ter um caráter massivo, além de ser pouco politizado, em virtude de seu caráter focal, com uma concepção restrita da anistia (TELES; LEITE, 2013).

O jornal Nós Mulheres inova principalmente na linguagem quando utiliza a primeira pessoa do plural – o “Nós” do título que rompe com o tratamento dado às mulheres pela imprensa feminina tradicional, em que um editor impessoal e assexuado, dita regras e ‘aconselha’ uma leitora chamada de “você, mulher” (LEITE, 2003).

Nos anos oitenta (1981) e com o apoio da Fundação Carlos Chagas (FCC) de São Paulo, nasce o jornal Mulherio que durante cinco anos foi uma leitura obrigatória para muitas feministas. De acordo com o Portal da Fundação Carlos Chagas⁵⁷, na década de oitenta, as pesquisadoras da Fundação envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil, preocuparam-se em sistematizar informações sobre o assunto. Inicialmente a proposta era produzir um boletim de notícias e pessoas estudiosas do tema.

Ainda de acordo com o Portal, o jornal Mulherio teve três períodos que marcaram a sua trajetória: de março de 1981 a setembro de 1983, foram publicados 15 números tendo como responsável pelo projeto a pesquisadora Fúlvia Rosenberg e, como editora a jornalista Adélia Borges. No primeiro momento, o jornal recebia apoio da FCC para existir. A partir de 1984, devido a uma discordância no conteúdo da pauta editorial, o jornal sai da Fundação.

O apoio da FCC permanece, mas inicia-se um novo momento do Mulherio que publicou os 24 números seguintes (1984-1988) sob a responsabilidade editorial da jornalista Inês Castilho. Em 1988, nova mudança acontece e o jornal passa a se chamar Nexo, Feminismo, Informação e Cultura e nos meses de junho e julho publica as últimas edições. Sem conseguir diversificar suas fontes de sustento e sem o apoio da Fundação Ford, o jornal encerra as suas atividades (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2014).

⁵⁷ A coleção completa do jornal Mulherio encontra-se digitalizada no site da Fundação Carlos Chagas. Para maiores informações consultar o site: www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html Acesso: 28/12/2014

Segundo a pesquisadora Fúlvia Rosemberg:

Mulherio! O nome veio da Carmen Silva, recuperar palavra desairosa sobre nós mulheres. Dar uma piscadela para a irreverência, enquanto imprensa nanica, mas guardando a seriedade de um projeto da Fundação Carlos Chagas. Muita ousadia daquele grupo de pesquisadoras e jornalistas, produzir um jornal feminista, independente, com recursos escassos, menos nossa vontade de fazê-lo, pontualmente, mantendo, se não a irreverência, pelo menos o bom-humor (ROSEMBERG, In: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/depoimentoflúvia.html>).

De fato, o jornal Mulherio nos primeiros editoriais (mar-abr, 81. Ano I, nº6), tratava logo de explicar “Por que Mulherio?” A palavra tinha um cunho pejorativo, associado quase sempre à histeria, gritaria, fofocagem ou então “gostosura”. Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou uma “grande porção de mulheres”. Parece ter sido a forma encontrada para usar o deboche e, ao mesmo tempo, questionar, usando do bom-humor (ROSEMBERG, 1981). Ou como destaca Adélia Borges⁵⁸: Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou uma grande porção de mulheres. É o que somos, é isso que o jornal será (BORGES, 1981).

Um ponto que nos parece de fundamental importância destacar é que durante os anos de 1981 a 1984, o jornal Mulherio teve na sua composição do conselho editorial a feminista negra Lélia Gonzalez⁵⁹, que é um ícone na luta pelo protagonismo da mulher negra e por um feminismo plural e inclusivo. Naquele tempo, a equipe era composta por feministas e personalidades de destaque da intelectualidade brasileira, como Eva Blay, Fúlvia Rosemberg, Cristina Bruschini, Ruth Cardoso, Heleieth Saffioti, Carmen Barroso, Carmen Silva, Maria Carneiro da Cunha, Elisabeth Lobo, Lúcia Castelo Branco e Lélia González era a única mulher negra a participar do projeto (SANTOS, 2013).

⁵⁸ Para maiores informações consulte o site: http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/I_0_1981menor.pdf Último acesso: 05/05/2014

⁵⁹ Lélia Gonzalez (1935-1994): feminista negra e ativista política que se destacou pela importante participação no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma fundadora nos anos setenta. Militou em diversas organizações como o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga (Schuma; Brazil, 2000). O MNU foi a entidade que denunciou o mito da democracia racial no Brasil, reivindicou o fim da violência e da discriminação sofrida pelo povo negro, além de exigir políticas públicas e igualdade de oportunidade para a população afrodescendente (SANTOS, 2013).

A produção intelectual de Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio* aborda a discriminação racial, o processo de exclusão sofrido pelas mulheres negras na sociedade, o emprego doméstico e suas raízes históricas, temas pouco debatidos pelo movimento feminista (SANTOS, 2013). Vejamos o que nos diz Luíza Bairros (1994) sobre Lélia Gonzalez:

Na época, não havia ninguém com a capacidade dela de pulverizar os argumentos racistas nos debates de que participávamos, de defender a legitimidade e a necessidade do movimento negro, quando todos os setores autointitulados progressistas nos acusavam de divisionistas da luta popular (Bairros, 1994).

A entrada das mulheres negras no movimento feminista que vinham organizadas do movimento negro, com os argumentos anti-racistas, com o discurso do combate ao racismo e com o conteúdo político da questão racial, representou, talvez uma mudança radical no fazer feminismo. Vejamos o que nos diz sobre isso, Xênia, uma de nossas informante-chave:

O texto de Lélia Gonzalez era questionador sobre onde estão as mulheres negras? Ela dizia: “Nós não existimos para o movimento feminista e no movimento negro ficamos na cozinha porque também lá, não tem um lugar para nós”. Conheci Nilza Iraci e Wania Santana no início dos anos oitenta. Elas fizeram uma cirurgia no meu olhar sobre a questão racial (Xênia).

O que se pode observar diante do que até agora foi registrado, é que mesmo antes do restabelecimento completo da democracia no país, o movimento feminista já estava bastante organizado, através de uma imprensa alternativa, centros de estudos e pesquisas, organizações não-governamentais e grupos autônomos, além de encontros realizados, publicações e manifestações de rua (BARSTED, 1994).

A revisão bibliográfica nos mostrou que data também dos anos oitenta a mobilização e organização das mulheres negras. Segundo Ribeiro (1995), constata-se que a presença mais organizada de mulheres negras no movimento feminista em nível nacional e continental a partir de 1985 tem colocado em cena novas questões.

Lélia González (1980) já no início da década de oitenta traz a discussão sobre sexismo aliada ao racismo.

Como já dissemos anteriormente, Lélia foi (e ainda é) uma referência histórica tanto para o movimento negro como para o movimento feminista, pela sua atuação e militância, pela sua produção como teórica e pesquisadora das questões afrodescendentes, em especial das mulheres negras.

A ministra Luíza Bairros⁶⁰ ao falar sobre sua trajetória e militância no movimento negro conta que iniciou a sua militância no Movimento Negro Unificado (MNU) no início dos anos 1980 e que a partir daí começa sua relação com o movimento de mulheres e com o movimento feminista:

Ao longo dos anos 1980 e 1990 a questão das mulheres negras foi ficando cada vez mais evidente, como uma forma de pensar e uma forma de atuação diferenciada no movimento negro (ALVAREZ, 2012).

Também nos anos setenta uma série de encontros e congressos de mulheres começou a acontecer com bastante frequência e contando com um grande público. As comemorações do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – muitas vezes foram o pretexto usado para reunir professoras, sindicalistas, estudantes universitárias, metalúrgicas, trabalhadoras rurais, entre outras mulheres organizadas.

A partir de 1978 o movimento de mulheres se consolidou no quadro das forças políticas emergentes no país. As ideias feministas difundem-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas propiciadas pelo clima receptivo das demandas de uma sociedade modernizada como a brasileira (SARTI, 1988).

No Rio de Janeiro as comemorações do dia 8 de março foram o pretexto para os encontros estaduais que desde 1977 até meados da década de 1980 aconteceram regularmente. Em Pernambuco, em 1980, houve o I Encontro Feminista Regional e os estados do Ceará, Bahia e Santa Catarina também

⁶⁰ Luíza Helena Bairros foi Ministra Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (2011 – 2014). Nasceu em Porto Alegre (RS), onde cursou a graduação em Administração Pública e Administração de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde 1979 passou a atuar no Movimento Negro Unificado (MNU). Tem longa trajetória na luta contra o racismo. Fonte: <http://www.seppir.gov.br/ministra> É uma notória intelectual nas áreas de estudos feministas, relações raciais e sociologia, com longa história de militância tanto nos movimentos negro quanto nos feministas (Alvarez, 2012).

organizaram eventos similares, tendo essa prática se generalizado nos demais estados brasileiros (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

As primeiras reuniões nacionais foram promovidas pelas feministas no espaço dos encontros anuais da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi durante o encontro da SBPC em Belo Horizonte que um grupo de universitárias criou um espaço para realizar discussões sobre feminismo. Durante uma década essas discussões aconteceram na SBPC, inaugurando o feminismo acadêmico (PINTO, 2003).

Foi em Fortaleza no ano de 1979 que aconteceu o que se convencionou chamar o I Encontro Nacional Feminista e, no ano seguinte, no Rio de Janeiro o II Encontro reuniu mais de 1.500 participantes entre professoras, estudantes universitárias e militantes do movimento (SCHUMA; BRAZIL, 2000).

O jornal Mulherio (Ano I, nº 1, 1980) traz uma nota com o seguinte título: “Mulher é tema de debate na SBPC”. Segundo a nota a próxima reunião da SBPC deverá apresentar grande número de trabalhos sobre a questão feminina e sobre assuntos que interessam às mulheres. A nota descreve as propostas que foram encaminhadas à secretaria do evento, com a sugestão de nomes como Lélia González, Carmen Barroso, Cristina Tavares⁶¹, Fanny Tabak, entre outros. O encontro ao que o Mulherio refere-se foi o que aconteceu em Salvador.

No Rio de Janeiro, também em julho de 1975 aconteceu a semana de debates intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), reunindo mais de 400 mulheres com o objetivo de comemorar o Ano Internacional da Mulher. Várias narrativas afirmam que nesse encontro surgiu a primeira organização feminista do Brasil da segunda onda feminista, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro (GOLDBERG, 1987).

No mesmo ano, em São Paulo, foi realizado o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, na Câmara Municipal de São Paulo, que contou com

⁶¹ Maria Cristina de Lima Tavares Correia (1934-1992) foi deputada federal por Pernambuco (1979-1991) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois se elegeu pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Trocou de legenda e se elegeu pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e por fim, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Cristina participou como deputada da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988. Cristina Tavares era jornalista e trabalhou em grandes jornais como Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco e Correio Brasiliense. Para maiores informações consultar o site: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103127&tipo=0
Acesso em: 29/12/2014.

representantes de partidos políticos, sindicalistas, feministas, pesquisadoras e da Igreja. Do encontro surgiu o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), uma organização com o objetivo inicial de aglutinar as lutas feministas.

Reuniões, congressos e encontros nacionais, portanto, passaram a acontecer nos anos setenta, como um lugar para discutir o papel da mulher na sociedade e suas especificidades. O Congresso da Mulher Metalúrgica (1979) em São Bernardo e depois em São Paulo contribuíram para dar visibilidade à luta das mulheres pela jornada de 40 horas semanais, pelo abono de faltas ou atrasos causados pela necessidade de levar os filhos ao médico, assim como também às denúncias de salários mais baixos das mulheres e a falta de creches (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Um ponto que nos parece de fundamental importância destacar é que entre os anos 1970 e 1980 já estava posta a questão e a tensão sobre o que vem a ser “especificidade”. Foram muitas e repetidas vozes buscando desvendar o que se quer dizer com especificidade, quais as diferenças entre mulheres brancas e negras (RIBEIRO, 1995).

O termo especificidade remete a um amplo campo de interpretações. Tem sido usado para designar entre outras: a) a ideia do que é próprio, a pertinência da opressão (o que é próprio da mulher negra, o caráter da opressão da mulher negra), b) a diferença dentro de um mesmo segmento (a diferença entre mulheres brancas e negras ou entre homens negros e mulheres negras), c) a explicitação de um processo organizativo (a organização específica das mulheres negras). No entanto, a utilização do termo especificidade deve ser feita com cuidado, para não estabelecer hierarquias, como por exemplo, o que coloca as lutas por melhores condições de vida (gerais) como mais importante que a luta das mulheres (específicas) (RIBEIRO, 1995).

O artigo Mulher Negra no jornal Mulherio (Ano I n° 3, setembro-outubro. 1981) assinado por Lélia González, faz uma “análise abrangente da situação da negra no trabalho e na família, mostrando a dupla opressão que ela sofre, por ser mulher e por ser negra”. Lélia inicia o artigo falando sobre a repercussão da mesa redonda sobre mulher negra na SBPC de Salvador, realça a importância histórica de o tema ter sido debatido em encontro de prestígio e comenta que à mesa estavam duas brancas e duas negras tentando apresentar um quadro de desigualdade vivida pelas

mulheres negras. De maneira provocativa, Lélia pergunta: “Efeitos de alguma concessão paternalizante ou de uma longa caminhada no sentido de se assumir como sujeito da própria fala?” (GONZALEZ, 1981).

No mesmo artigo González fala sobre movimento de mulheres ser mais organizado do que o movimento negro:

Até que a gente não discorda, já que se trata de uma verdade. No entanto, o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc (GONZALEZ, 1981).

Mais adiante, a autora assevera que se pense nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual (GONZÁLEZ, 1981).

Diante do que foi colocado em relação ao feminismo negro, acreditamos que duas questões nos parecem pertinentes considerar: os conflitos com o movimento negro e os conflitos com o movimento feminista. Segundo Sônia Beatriz dos Santos (2009), um dos entraves da participação das mulheres negras no movimento negro, era a questão do machismo e do sexismo por parte dos companheiros militantes. O fato de muitas mulheres negras organizarem suas atividades no interior do movimento causava reações negativas por parte dos homens negros que muitas vezes as acusavam de estarem criando um movimento separatista. A autora também fala sobre casos de assédio sexual por parte dos homens (SANTOS, 2009).

Por outro lado, em relação ao movimento feminista os conflitos em seu interior revelavam que as mulheres negras e brancas tinham agendas distintas e difíceis de conciliar. O principal desafio para o movimento de mulheres negras na década de 1970 era estabelecer quais as questões eram essenciais para as mulheres negras e qual a melhor forma de aplicabilidade dos conceitos feministas para organizar o feminismo negro (LEMOS, 1997).

No início dos anos oitenta, a socióloga e pioneira nos estudos de gênero no campo do trabalho, Elisabeth Souza-Lobo escreveu e publicou o livro “A Classe Operária tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência” (1991). A publicação, que recentemente foi relançada, está dividida em três partes: a primeira foca as

práticas e discursos das operárias da década de 1970. A segunda lança um olhar sobre as perspectivas teóricas metodológicas ao se estudar a questão de gênero no trabalho. E, a terceira, trata dos movimentos sociais de mulheres⁶².

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se comemorava o ano internacional da mulher e o surgimento de grupos e instituições, havia por parte de algumas feministas uma preocupação de que ali estivesse uma ameaça ao projeto político da luta prioritária de alguns desses grupos.

O Centro da Mulher Brasileira durante um tempo funcionou como um lugar de debates, de discussão e posicionamentos políticos. Questões como aborto, violência, sexualidade e relações de poder entre homens e mulheres, eram reservadas aos grupos de reflexão. Havia também, a preocupação que tais discussões pudessem prejudicar a relação com a Igreja Católica, um potente aliado na luta contra a ditadura militar (SOIHET, 2007).

O CMB aglutinava várias correntes de esquerda, algumas inclusive do Partido Comunista Brasileiro e tais forças eram refratárias às bandeiras de luta feminista, por considerar que esse movimento era divisionista, de caráter burguês e, além disso, o grande inimigo era o capitalismo (SOIHET, 2007).

Além do CMB, na segunda metade da década de setenta e meados dos anos oitenta, surgiram vários grupos feministas no país. Em São Paulo, a Associação de Mulheres de São Paulo – que depois veio a ser o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, o SOS Corpo no Recife; o Maria Mulher em João Pessoa; o Brasília Mulher em Brasília; e o Brasil Mulher, o Grupo “Sexo Finalmente Explícito”, o Centro de Informação da Mulher (CIM), em São Paulo, entre outros:

Todos eles mesclavam ex-militantes partidárias, marxistas e ex-marxistas, com feministas das novas gerações que defendiam prioritariamente as ‘políticas do corpo’ e as questões da sexualidade. Apesar das tendências políticas diferenciadas, estes grupos buscavam total autonomia em relação aos partidos políticos de esquerda, como o PT – Partido dos Trabalhadores, que acabava de ser fundado, embora também muitas ativistas fossem militantes partidárias. (RAGO, 2003).

⁶² CARDOSO, Bia. **A classe operária tem dois sexos**. Brasília. Brasília, 29 de junho de . Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2011/11/a-classe-operaria-tem-dois-sexos/> Acesso em: 25/12/2014.

Entendemos ainda como importante destacar em relação ao CMB, é que com as eleições de 1978 várias integrantes do grupo se ausentaram para fazer campanha e novas mulheres integraram a instituição, continuando na organização dos grupos de reflexão. Um desses grupos propôs a realização de uma jornada sobre saúde e reprodução, tema à época considerado tabu. (GOLDBERG, 1987)

Todavia, após as eleições as mulheres vinculadas aos partidos retornaram e começaram a organizar o I Encontro Nacional de Mulheres para o 8 de março de 1979 e não permitiram que as demais participassem. Estava instalada a discórdia entre os dois grupos e, por isso redigiram um texto assinado por 21 mulheres, exigindo mudança na organização do CMB e uma estrutura mais horizontal (GOLDBERG, 1987).

Nos primeiros anos da década de setenta, muitas feministas estavam vinculadas a partidos políticos de esquerda ou organizações revolucionárias, muitas inclusive foram torturadas, perseguidas, desaparecidas, presas e mortas na resistência à ditadura (SARTI, 1988; GOLDENBERG, 1997; PEDRO, 2010).

Essa relação do feminismo com os partidos de esquerda pode ser exemplificada da seguinte forma:

As feministas que se organizaram no país, vinculadas em sua maioria às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, dando a sua atuação uma coloração própria. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, referidas também a mudanças no comportamento sexual e nos padrões de reprodução e fecundidade (SARTI, 1988).

Vejamos o que Perla nos diz quando perguntamos sobre o movimento feminista nos anos setenta-oitenta no Brasil:

Nos anos setenta era militante de uma organização de esquerda, Ação Popular, fui pro movimento por indicação da própria organização, para atuar no jornal Brasil Mulher. Uma característica do movimento de mulheres em São Paulo era a organização nos dois jornais (Brasil Mulher e Nós Mulheres). Em São Paulo o conjunto do movimento lutava pela Anistia, moradia e resistência à ditadura militar. Em 1978 ajudei na organização do Encontro da Mulher Paulista. Lembro de Rachel Moreno na luta por creche para estudantes na universidade. O movimento tinha uma composição de esquerda, com várias ex-presas políticas. Havia o Centro da Mulher Brasileira, com forte influência do partidão (PCB) (Perla).

Entrar para a militância era inserir-se em um mundo efetivamente masculino, em um momento em que ainda eram predominantes as concepções sobre o

feminino que giravam em torno do casamento e da maternidade. Muitas deixaram a militância partidária por não encontrar ressonância no interior dos partidos, em relação à luta por igualdade de gênero e em relação aos direitos das mulheres (GOLDENBERG, 1997).

No início dos anos oitenta os partidos políticos passaram a discutir com maior interesse as questões das mulheres; isso porque o movimento tinha sido grande colaborador na luta contra o regime militar e para o restabelecimento da democracia. Dessa maneira, partidos políticos lançavam propostas feministas como plataforma de ação e muitas feministas juntavam-se a eles muitas vezes até candidatando-se a cargos políticos, com o objetivo de dar seguimento a essas propostas (ALVAREZ, 2004).

Todavia, o que nos parece interessante observar é que muitas militantes feministas que estavam nos partidos, por sua vez, estavam dedicadas à construção de um projeto feminista no interior dos partidos, como ilustrado no seguinte texto:

É pela mão de parte dessas militantes feministas dedicadas à construção de um projeto partidário que o feminismo entra no PT, trazendo três elementos fundamentais: uma identidade do feminismo com as lutas populares que se desenvolviam no país; uma elaboração feminista que se colocava como integrante e essencial a um projeto socialista; e uma visão crítica da relação histórica da esquerda com as lutas das mulheres". (GODINHO, 2000).

A cizânia ocorrida no CMB nos sugere que o debate sobre autonomia do movimento feminista no Brasil, segundo relatos descritos em ampla bibliografia⁶³ tem origem com a abertura política e as eleições, no final dos anos setenta. É Goldberg quem nos conta sobre as três principais tendências que existiam no Centro da Mulher Brasileira, a saber: o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo marxista ortodoxo (GOLDBERG, 1987).

No feminismo radical a origem das desigualdades e da opressão feminina se encontra no patriarcado, nos diferentes papéis da reprodução. O feminismo liberal acredita na possibilidade de progresso social e da melhoria de existência através de mudanças e inovações no interior de um sistema social. Por fim, o feminismo marxista-ortodoxo, para quem a opressão está no capitalismo e nos meios de

⁶³ GOLDBERG, 1987; SARTI, 1988; SCHUMAHER; VARGAS, 1993; SOIHET, 2007 entre outras

produção e a emancipação feminina dependia de seu acesso ao trabalho assalariado. Para algumas havia um sistema integrado – o capitalismo patriarcal – e para combater ao mesmo tempo os dois tipos de opressão que pesa sobre as mulheres era preciso uma dupla militância, nos partidos e no movimento autônomo de mulheres (GOLDBERG, 1987).

A luta principal do feminismo radical é a liberação – que se daria primeiro para as mulheres, na esfera do cotidiano, depois na sociedade atingindo outras esferas. Para a autora e que nos parece fundamental frisar é que a utopia radical que movia os movimentos de liberação das mulheres do início dos anos setenta sustentava que seria possível mudar as relações entre as mulheres e entre os sexos, de imediato, desde que se assumisse a luta contra as atitudes autoritárias e práticas opressoras em todas as instâncias da vida pública e privada. E era o que se buscava expressar com as palavras de ordem que apontavam para a conquista da autonomia⁶⁴ – em todas as dimensões da existência e da livre disposição do corpo – controle sobre a sexualidade e sobre a reprodução (GOLDBERG, 1987).

Voltaremos mais adiante a falar sobre a questão da autonomia, mas antes vamos ressaltar aqui, a importância que teve o ano de 1979 para a política no país e também para o movimento feminista, uma vez que com a anistia⁶⁵ muitas mulheres que durante o exílio haviam se aproximado do feminismo europeu, voltaram ao país. Esse retorno possibilitou às mulheres se aproximarem de grupos já existentes e até formarem novos grupos com grande contribuição para a história do feminismo no Brasil. Além disso, várias dessas mulheres contribuíram também para a formação de novos partidos, a partir dos anos oitenta (GOLDBERG, 1987).

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres dos anos setenta no país, que sintetizam o próprio movimento:

A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da

⁶⁴ Grifos da autora

⁶⁵ Lei da Anistia: Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, promulgada pelo presidente militar João Batista Figueiredo, após ampla mobilização social durante a ditadura militar.

redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se, sobretudo com o terreno fértil da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudo, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a ideia de que ‘o pessoal é político’.” (SARTI, 2001).

Mesmo quando engajadas na dupla militância, porém, a autonomia virou uma espécie de palavra mágica, lançada discursivamente para distinguir feministas e outras mulheres militantes naquele primeiro momento. Era invocada principalmente em relação aos partidos políticos e organizações revolucionárias de esquerda (ALVAREZ, 2014)⁶⁶

A discussão sobre autonomia também acontecia no interior dos partidos políticos, com a preocupação de ampliação da democracia e do respeito das relações entre partido e movimentos, conforme observamos neste depoimento:

A necessidade de autonomia de movimentos sociais também estava posta nas discussões do partido, com vistas ao empoderamento dos trabalhadores, da mesma forma que o feminismo que ora abraçava, defendia a autonomia do movimento com o intuito do autoempoderamento coletivo das mulheres (MARANHÃO, 2009).

É importante destacar que até enquanto viveram sob o regime militar, as feministas brasileiras encontraram um lugar comum para as diferenças entre elas: o da autonomia frente o Estado. Vejamos o que nos diz Núbia, uma das interlocutoras-chave sobre a questão da autonomia:

Naquele momento teve uma discussão sobre autonomia e a questão principal é que o problema não era o simples fato delas terem ido pro governo, mas a forma como foram pro governo. A forma era ambígua, de apresentar o conselho como o movimento dentro do Estado. Isso criava a possibilidade de cooptação. Não estava demarcado aqui eu sou governo e negocio com o movimento, mas estava dizendo eu sou parte do movimento e estou no governo. Não acho que ir pro governo necessariamente é cooptação do movimento, mas se vai pro governo e não estabelece essa fronteira do que é governo e do que é movimento, corre-se realmente o risco de ferir a autonomia. O conflito aparecia mais nas coisas gerais. O conselho fazia um seminário, organizava o 8 de março e aparecia como movimento. Nos encontros feministas também tinha conflito. No encontro feminista de 85 só se discutiu conselho (Núbia).

⁶⁶ Desafios para a pesquisa no século 21: lugares de Mulher na política, seminário organizado pela Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 14,15 de maio de 2014.

No texto “Lugar no governo: Álibi ou Conquista”, Schuma e Vargas (1993) contam que os encontros setoriais de metalúrgicas, químicas e outras categorias deram lugar aos **Encontros de Mulheres**⁶⁷, na segunda metade dos anos setenta. “Pela primeira vez, despidas de suas diferenças para descobrir as semelhanças”. A palavra mágica que marcou aquele momento era autonomia, entendida por cada grupo, talvez, de uma maneira distinta, da sua própria maneira: “Autonomia com relação aos homens (muitas), autonomia com relação aos partidos políticos (algumas) e autonomia com relação ao Estado (todas)” (SCHUMA; VARGAS, 1993). Com a frase as autoras fazem um breve retrato de como era o movimento feminista naquele momento, meados dos anos setenta em relação à autonomia. Não é demais lembrar que era uma época de ditadura militar no Brasil e que o movimento feminista lutava contra aquele sistema e sofria as consequências da ditadura em suas ações e no cotidiano, portanto, a autonomia frente o Estado era indiscutível.

Entre 1979 e 1982, durante a chamada transição democrática, os (novos) movimentos sociais passam a ter outra forma de relação com o Estado e, de certa forma, com os demais novos atores sociais também, como os partidos políticos. O ideal de autonomia é invocado para evitar a cooptação por atores sociais como partidos políticos, o Estado, as agências de cooperação internacional e até outros movimentos (ADRIÃO, 2008).

A discussão sobre autonomia esteve também presente em vários encontros feministas – latino-americanos e/ou nacionais – e segue sendo um dos desafios do feminismo contemporâneo brasileiro. Consideramos que essa questão da autonomia e o feminismo é uma peça importante para entendermos os caminhos que levaram o movimento feminista brasileiro a institucionalizar-se por dentro do Estado. Buscaremos aprofundar essa questão mais adiante. Nessa perspectiva destacamos o seguinte argumento:

Como ‘autonomia’, para a grande maioria das feministas brasileiras significava *independência* e não um *princípio de alteridade* – única forma, para os autonomistas, de autopreservação na teia de relações de poder em permanente reconstrução no tecido social – tão logo o ‘perigo’ da manipulação do movimento por partidos políticos pareceu afastado, a institucionalização surgiu como uma garantia de seu reconhecimento e de legitimidade⁶⁸ (GOLDBERG, 1989).

⁶⁷ Grifo das autoras

⁶⁸ Grifos da autora.

Como já dissemos, a Ditadura Militar no Brasil vai até 1985, mas o processo de redemocratização do país tem início em 1982⁶⁹, quando são convocadas as eleições diretas, pela primeira vez desde o golpe de 1964. Era uma nova conjuntura política: o Brasil vivia um processo de eleições livres, mas o país ainda estava sob o comando militar tendo como presidente da República à época o general João Baptista Figueiredo, o último da ditadura militar. As eleições tiveram propaganda eleitoral, porém bastante limitada: na televisão apenas a foto e o currículo dos (as) candidatos(as). Foram eleições para Governador de Estado, Senado, Câmara federal e Assembleia Legislativa.

Um fato importante que precisamos destacar é que a grande novidade nas eleições de 1982 foi o fim do bipartidarismo. Como já mencionado anteriormente, até então desde a ditadura militar, o Brasil tinha apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁷⁰. Nesse ano, a oposição teria então, quatro partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que influenciou o resultado do Colégio eleitoral em 1985 (SARTI, 1988).

Apesar das limitações porque o Brasil ainda vivia naquele ano o processo de abertura política, as eleições de 1982 revestem-se de grande importância. Tivemos um forte apoio da população aos partidos de oposição que conseguiu vencer em vários estados importantes, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro⁷¹.

Havia uma forte desconfiança das feministas em relação aos espaços políticos, mais especialmente frente o Estado, agravada pela existência de governos ditatoriais em numerosos países da região latino-americana. Por outro lado, havia pouca sensibilidade ou até mesmo resistência dos partidos políticos em assumir a

⁶⁹ Importante também registrar que a partir de 1982 realizam-se a cada ano, os encontros nacionais feministas; depois de 1992, bianualmente. Os conflitos se repetem e se assemelham aos dos Encontros Latino-americanos: o que é o feminismo, relação com os partidos, a não hierarquização das organizações de mulheres, a questão da 'representação' etc (SOARES, 1994).

⁷⁰ A eleição presidencial em 1985 foi a última que ocorreu ainda de forma indireta, via Colégio Eleitoral.

⁷¹ Aqui não nos cabe fazer uma análise profunda das eleições de 1982 e nem descrever todos os governadores eleitos nas eleições de 1982. Destacamos apenas os governadores eleitos nos estados onde foram criados os primeiros Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres (CEDIM) foram eleitos: em Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), em São Paulo Franco Montoro (PMDB), em Goiás, Íris Rezende (PMDB) e no Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT). Na mesma direção, destacamos os senadores eleitos: em Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), no Rio de Janeiro, Saturnino Braga (PDT), em São Paulo, Severo Gomes (PMDB) e em Goiás, Mauro Borges (PMDB)

pauta feminista. Participar ou não da política para o movimento feminista foi um dilema que então se constituiu e, de certa forma, se tornou uma fonte de conflitos.

Todavia, após a derrubada da ditadura militar e com o complexo cenário que se formou no país com os novos partidos políticos então recém-criados, as eleições de 1982 disputadas com um novo quadro partidário, os governos eleitos, principalmente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (PTB, PDT e PMDB, respectivamente), o movimento foi levado a se posicionar, pressionado pela nova realidade (GODINHO, 2007). As feministas históricas separaram-se a partir de suas militâncias respectivas, engrossando o Partido dos Trabalhadores – PT ou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, mantendo uma política de ação conjunta em algumas frentes (MORAES, 1996).

O jornal *Mulherio* (1983, Ano III, nº 13) lança uma edição especial com chamada de capa intitulada: “Nós e o poder” falando sobre os novos governos e os órgãos de direitos das mulheres recém-criados. O jornal faz uma análise do processo de criação desses órgãos em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Na parte de política a matéria traz como subtítulo a seguinte pergunta: “Como os novos governos estaduais conquistados pela oposição nas últimas eleições estão tratando a questão da mulher?”

Segundo a referida matéria, a campanha eleitoral em Minas silenciou em relação ao “problema das mulheres”, mas as mineiras, após longa discussão, elaboraram um documento apresentando suas reivindicações em relação à violência, planejamento familiar, educação, trabalho etc. Com a vitória de Tancredo Neves⁷², a discussão foi retomada, mas o departamento feminino do PMDB, tentando influenciar na composição política geral do secretariado, acabou por reduzir a questão da mulher à obtenção de cargo no primeiro escalão.

O Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM), sindicatos e setores femininos do PMDB apresentaram suas reivindicações à equipe de transição. As mulheres fizeram uma exigência: queriam que os movimentos de mulheres fossem ouvidos quando o governo fosse tomar alguma decisão que as atingisse. Para o jornal *Mulherio*, ali começava a amadurecer dentro do setor feminino do PMDB a possibilidade de criação de uma assessoria feminina ao governo (MULHERIO, 1983, Ano III, nº 13).

⁷² Tancredo de Almeida Neves (1910 – 1985) foi eleito governador de Minas Gerais (1983-1984). No ano de 1985 foi eleito presidente do Brasil pelo voto indireto de um Colégio Eleitoral.

Na preparação do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – mais uma tentativa de retomar a discussão sobre a criação de uma assessoria feminina junto ao governo. No entanto, já ali não havia um consenso entre elas e o CDM e as mulheres do Partido dos Trabalhadores⁷³ eram resistentes – ou não concordavam totalmente com a proposta. Segundo o jornal *Mulherio* (*Idem*) para elas, “o papel do movimento de mulheres é reivindicar e lutar pelos seus objetivos e que a forma pela qual o novo governo irá tratar da questão da mulher é de sua competência e de seu partido”. Por isso, somente o setor feminino do PMDB levou a proposta de criação de uma assessoria feminina para ser entregue ao governador.

O jornal finaliza a matéria sobre Minas, contando que Tancredo se comprometeu a criar um conselho estadual da condição feminina nos moldes do conselho de São Paulo, do governador Franco Montoro. No entanto, as mulheres se mostram apreensivas pela complexidade do PMDB mineiro, cujo Partido Progressista (PP) seria à época dominante dentro do partido. A matéria é assinada pelo Centro de Defesa dos Direitos da Mulher.

Na mesma edição do jornal *Mulherio*, o artigo sobre Goiás, que é assinado por Maria Lúcia Moreira, do Centro de Valorização da Mulher (CEVAM), conta que as mulheres da entidade junto com a organização feminista Eva de Novo, às vésperas da eleição elaboraram um documento com as suas reivindicações básicas, tais como creches, Novo Estatuto Civil, salários iguais, modificação dos livros didáticos e inclusão das mulheres nos cargos de primeiro escalão do governo eleito, que foram entregues aos candidatos a governador. Foi assim que após as eleições, as mulheres foram cobrar do governador Íris Rezende Machado (PMDB), os compromissos assumidos durante a campanha. Puderam indicar algumas mulheres para compor o governo. Mas o conselho na ocasião não foi criado.

Com o sugestivo título: “Conselho da condição feminina: nossa parcela no poder”, o jornal *Mulherio* analisa os prós e os contras da criação do órgão e as implicações da participação das feministas no governo. O artigo descreve a dificuldade do movimento de mulheres em emplacar a proposta de criação do conselho e que “conseguir espaço para as mulheres dentro da máquina do Estado não foi tarefa fácil”.

⁷³ Em fevereiro de 1980 no Colégio Sion, em São Paulo ocorreu o ato de lançamento do Partido dos Trabalhadores.

Em São Paulo, o processo parece ter sido mais complexo. Segundo Inês Castilho que assina o artigo do jornal Mulherio (1983, Ano III, nº 13), ali estava Um Parto Trabalhoso, subtítulo dado ao texto. Foi criado um Grupo de Estudos da Mulher dentro da Assessoria que montava o plano de governo e, segundo a autora, “a única forma de nossas reivindicações serem consideradas”.

O provocante artigo de Castilho (1983) começa por dizer que o movimento feminista entra numa nova fase no Brasil. A autora afirma que graças ao crescimento do feminismo e do trabalho das mulheres organizadas em torno da assessoria que montou o Plano de Governo do PMDB, pela primeira vez havia a possibilidade concreta de viabilizar as reivindicações do movimento de mulheres.

O Conselho da Condição Feminina foi criado por decreto em 04 de abril de 1983 e o mesmo decreto criou um Grupo Executivo de Trabalho composto por Benedita Savi, Eva Blay, Heleieth Saffioti, Iara Prado e Maria Malta Campo, com o objetivo de apresentar em noventa dias, um Plano de Ação e os critérios para indicação dos 15 membros efetivos. A proposta para a composição, segundo o jornal era: 08 mulheres representativas das diversas tendências do movimento e 07 designadas pelas Secretarias da Justiça, Educação, Saúde, Promoção Social, Trabalho, Cultura e Fundo de Assistência Social do Palácio.

O que nos parece interessante observar é que, ainda segundo Castilho (1983), “ligado ao Gabinete Civil do Governo, o Conselho não é uma secretaria e como tal não tem verba própria. Mas esta foi a forma mais viável pelas mulheres que o conceberam, depois de muitas consultas e reflexão”.

A pergunta que a autora faz e, ao mesmo tempo, tenta responder é: por que as mulheres reivindicaram ao futuro governador, um conselho e não uma secretaria? Ainda segundo a autora, a ideia inicial era uma Secretaria da Mulher, mas que elas optaram pela forma de conselho por várias razões, mas a principal é que o movimento de mulheres não tinha força para reivindicar uma Secretaria. Elas entenderam que deveriam começar com um órgão menos ambicioso e crescer no decorrer do processo (Jornal Mulherio, 1983, Ano III, nº 13).

Ainda segundo o texto de Inês Castilho (1983) no jornal Mulherio, também partiu do movimento a ideia de vincular o conselho ao gabinete civil, pela proximidade com o governador e com ascendência sobre as demais secretarias. Os critérios para a composição do conselho também foram elencados pelo movimento

de mulheres e a proposta era que, da parte do governo, fossem mulheres dos programas vinculados à condição feminina.

E quem eram aquelas mulheres que lutavam pela criação e implementação dos conselhos de direitos das mulheres no final da década de setenta e início dos anos oitenta? Mulheres vinculadas a partidos políticos, militantes do movimento feminista que combateu a ditadura militar, mulheres que voltaram do exílio, principalmente. Vejamos o que nos diz Núbia sobre isso:

É nessa disputa por respostas frente a um projeto político que o feminismo tem diferentes posturas. No setor do PMDB que foi pro conselhos tinha autônomas (que não eram vinculadas a partidos) e no setor que ficou de fora tinha gente do PT e tinha autônomas. O que orientou a visão de uma parte das feministas que foram pro governo – e isso apareceu muito no conselho de São Paulo e também depois no CNDM – era uma ideia que foi alvo de muitas críticas pelo outro setor mais vinculado ao PT, era a ideia de não assumir que estava sendo governo e chamava de feminismo dentro do Estado ou de feminismo dentro dos governos, como se fosse uma frente do movimento feminista. Esse debate durou anos. Tanto que tinha essa ideia que as feministas estavam lá, tentando levar a luta feminista, então precisavam do apoio das feministas que estavam fora do Estado. Isso está bem expresso na visão que se tinha dos conselhos: eram órgãos de assessoramento ao governo e não como órgão executivo, por isso eles tinham uma estrutura das conselheiras da sociedade civil. Tinha quem dirigia o conselho e tinha o corpo técnico. Durante muitos anos teve um setor que tudo que construiu foi por dentro dos conselhos, enquanto o setor que ficou fora dos conselhos usou de outra estratégia.

Não nos cabe aqui detalhar e historiar a criação dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina formados no ano de 1983, após os governos eleitos em 1982. No entanto, especialmente os conselhos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais são parte da história e da leitura que fazemos sobre a trajetória do movimento feminista na sua relação com o Estado. A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) em São Paulo, por exemplo, serviu como modelo para estruturas semelhantes que foram sendo criadas em outros estados (PRÁ, 1992; DELGADO, 2007).

A criação de organismos de gênero no Estado, propostos pelos movimentos feministas, para algumas autoras é decorrência da democracia ou do processo de redemocratização e das novas conjunturas políticas da região, como se pode ver em Guzmán e Jannotti (2008):

A necessidade de criar mecanismos de gênero no Estado foi ativada pelos movimentos feministas nos países da região e em contextos caracterizados pela recuperação da democracia, a modernização dos países – ou como ocorreu na América Central – a recuperação da paz em lugares de conflitos armados; vale dizer, em conjunturas extraordinárias onde as demandas da sociedade civil e, particularmente dos distintos movimentos feministas, tiveram uma maior receptividade por parte dos atores políticos e das autoridades públicas”. (GUZMÁN; JANNOTTI, 2008)⁷⁴.

Assim como nas observações feitas por Cisne e Gurgel (2008), que apontam o surgimento desses organismos como uma tendência dos anos oitenta na América Latina, período em que ocorre a redemocratização em muitos países:

A partir de meados da década de 1980 houve uma forte iniciativa dos governos, em âmbito continental e no Brasil em particular, quanto à incorporação das relações sociais de gênero como base ou como “tema transversal” em suas ações ou políticas públicas. (CISNE; GURGEL, 2008).

Vale a pena destacar que mais uma vez a questão da autonomia reaparece quando em seu artigo no jornal *Mulherio* já citado, Inês Castilho descreve a fala das integrantes do Conselho:

A autonomia dos vários grupos feministas não deve, em hipótese alguma, ficar comprometida pela existência do Conselho. Eles devem continuar exercendo seu papel crítico, fazendo exigências e propostas cuja viabilização será tarefa do Conselho. O próprio mecanismo de Conselho, com representatividade dos movimentos em vários níveis, é garantia dessa autonomia. (CASTILHO, 1983).

Um ponto que nos parece de fundamental importância enfatizar é que essa discussão vinha sendo feita por ocasião da mobilização das mulheres para criação do Conselho Estadual da Condição Feminina no Estado de São Paulo. Para muitas mulheres do Partido dos Trabalhadores – PT, os conselhos representavam uma resposta do Estado diante do avanço dos movimentos populares, com o objetivo de cooptação de lideranças e manipulação das reivindicações.

As petistas já tinham manifestado sua divergência com relação ao organismo recém-criado:

A posição se baseava principalmente em dois argumentos: tratava-se de uma estrutura frágil, que mais parecia cumprir uma função de

74

Tradução nossa.

propaganda, das pretensões democráticas do novo governo; discordava-se do modelo e da nova forma de composição, sendo forte o temor que o novo organismo absorvesse a vitalidade do movimento. (GODINHO, 2007).

Além disso, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo nascia de um governo em que o PT já manifestava oposição⁷⁵.

No final da década de 1980 com as eleições municipais o Partido dos Trabalhadores junto com outros partidos políticos por meio das coligações, passa a administrar várias prefeituras, onde foram criados órgãos relacionados às mulheres/políticas de gênero. A proposta das petistas era que tais organismos – à época, coordenadorias da mulher – nos governos petistas tivessem autonomia administrativa e dotação orçamentária, interagindo com as demais secretarias e incorporando as questões de gênero nas diretrizes do planejamento⁷⁶.

Esse debate vai ficando ainda mais acirrado, quando a criação de conselhos vai se disseminando pelos Estados. Uma parte do movimento, de fato, não queria participar de qualquer organização governamental naquele momento.

A partir da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, abriu-se um campo de atuação dentro do aparelho de Estado. Delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento à vítima de violência e programas de saúde das mulheres foram sendo criados em várias cidades do país. Por outro lado, a preocupação com a falta de autonomia desses órgãos aparece assim:

Ao mesmo tempo os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgãos diretamente

⁷⁵ “As feministas petistas fizeram as críticas mais áduas, mais assíduas, mais contundentes ao desenho, concepção e funcionamento desses primeiros conselhos do PMDB. As petistas, entre outras feministas apontaram cinco tipos de problemas com a concepção peemedebista/tucana desses organismos institucionais para/das mulheres: 1) o caráter “híbrido” dos conselhos que incluíam Estado e movimento social. Esse caráter gerou uma certa confusão sobre qual seria o papel apropriado de um organismo propriamente estatal *versus* qual seria o papel de pressão e controle social dos movimentos feministas e de mulheres; 2) a falta de representatividade desses conselhos, já que em sua grande maioria eram compostos por mulheres filiadas aos partidos nos governos; 3) a falta de poder deliberativo desses conselhos; 4) a falta de poder executivo, de capacidade de implementação desses conselhos e, 5) Falta de recursos humanos e financeiros” (ALVAREZ, 2003, pp.).

⁷⁶ Após as eleições de 1988, são criados órgãos relacionados às mulheres em cinco dos 36 municípios com administrações petistas. Nas gestões 1997-2000 (eleitas em 1996), que marcam a quarta geração de administrações petistas, conta-se atualmente com o governo do Distrito Federal, 258 prefeituras (116 prefeitos petistas e a participação de forma coligada em outras 142 administrações) e a criação de diferentes órgãos relacionados às mulheres, o que possibilita a criação de novas referências de análise (GARCIA, 1998).

subordinados às políticas do governador em exercício o que, via de regra, significou sua despolitização e perda de eficácia (MORAES, 2012).

Entre 1982 e 1985 foram sendo criados os programas de saúde, com o surgimento do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (LYRA, 2008) e serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, como Casa Abrigo e Centros de Referência. A experiência de São Paulo, que através do Conselho Estadual da Condição Feminina e da Secretaria de Segurança Pública do Estado, criou a Delegacia de Defesa da Mulher, serviu de exemplo e de reivindicação do movimento feminista para que o equipamento fosse criado em outros Estados (MORAES, 2012).

Também um marco importante nessa confluência de implementação de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado, foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Várias narrativas creditam à experiência acumulada pelo movimento feminista com a criação dos conselhos estaduais da mulher, a conquista do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Assim, o presidente José Sarney⁷⁷, encaminhou ao Congresso Nacional, projeto de lei, criando o CNDM. Em agosto de 1985 do então aprovado o PL nº 7.335/85, vinculando a estrutura do Conselho ao Ministério da Justiça com recurso para dotação orçamentária e pagamento de pessoal (SARTI, 1988; SCHUMA e BRAZIL, 2000).

A história de criação do CNDM também tem sido contada como uma reivindicação do movimento de mulheres que finalmente estava sendo atendida. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado após mais de uma década de mobilização do movimento feminista brasileiro e latinoamericano. Acreditamos ser prudente lembrar que o período que antecedeu a criação do CNDM foi também marcado por divergências e dissensos como já dissemos anteriormente (MONTAÑO, 2003).

Além disso, é importante observar que aquele era também um momento em que estes movimentos se confrontavam com o desafio da construção de uma institucionalidade que se reformava com o final da ditadura: reformulação partidária,

⁷⁷ Tancredo Neves foi o primeiro presidente civil eleito pelo Congresso Nacional, ainda pelo voto indireto, mas veio a falecer e, por isso, assumiu a presidência da chamada Nova República, o seu vice, José Sarney.

alterações nas dinâmicas e nas políticas do Estado, construção de novos parâmetros legais, retomada de mecanismos tradicionais da institucionalidade democrática (DELGADO, 2007). Vejamos o que Maria nos diz sobre isso:

A discussão sobre institucionalização do movimento se transforma, mas permanece. A criação – ou não – dos conselhos acabou sendo a grande polêmica do movimento. Dentro do movimento havia muita divergência sobretudo porque começava ali a relação do movimento com o Estado. Mas não havia um confronto entre as feministas sobre as correntes teóricas políticas que alimentavam aquelas discussões. Foram os primeiros governos do PMDB ainda considerados uma alternativa, que começaram as primeiras experiências de conselho. A esquerda estava num processo gradual de reforma, de democratização pelas vias institucionalizadas (Maria).

Importante dizermos que essa relação do feminismo com o Estado não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos e, ainda mais, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi uma polêmica que se estendeu aos jornais feministas da época, aos encontros feministas e em diversos seminários e mesas redondas.

6.2.2. “Nosso corpo nos pertence” – em contraposição ao Estado e ao patriarcado ou Dilemas da institucionalização versus autonomia: entre a atuação no movimento e a participação nos governos

Caminhante, são seus passos. O caminho é nada mais; Caminhante, não há caminho, Faz-se caminho, ao andar.⁷⁸

A questão da autonomia vinha sendo debatida e motivo de discussão no movimento feminista desde a primeira eleição no processo de abertura democrática, mais exatamente em 1982 conforme relatado anteriormente. Vejamos o que Xênia tem a nos dizer sobre isso:

Em São Paulo, as feministas enfrentaram um grande debate. Uma parte do movimento apoiou Montoro desde a campanha, com várias mulheres engajadas e já apresentando a proposta de criação do conselho. Os argumentos contra eram horrorosos, do tipo “o Estado está copiando nossas lutas, roubando o nosso discurso”. Fiz parte do grupo que redigiu propôs e discutiu a criação do governo de Montoro, mas não fui pro CEDIM. Ainda acho que a grande polêmica mesmo

⁷⁸

Antonio Machado (Caminhante).

foi em 1984, quando o CNDM foi criado. A sensação que eu tenho é que não sobrou gente pra fazer a militância (Xênia).

Para discutir questões como autonomia, relação entre movimento feminista e o Estado, formas de organização dentro do governo e de que maneira as reivindicações do movimento feminista seriam atendidas pelo Estado, o jornal *Mulherio* (Ano II, nº 10. Novembro-Dezembro. 1982) promoveu a mesa redonda “Um lugar no Governo”, com a participação de Eva Alterman Blay e Carmen Barroso (PMDB), Elizabeth Souza Lobo e Bárbara Hartz (PT) e Ana Luíza Viana (PDT)⁷⁹, todas de São Paulo.

Naquele momento algumas questões já estavam postas, como a autonomia e relação entre os movimentos feministas e o Estado, formas de organização dentro do governo e de que maneira as questões das feministas seriam atendidas – e essas foram o tema central da discussão. À guisa de ilustração, destacamos aqui algumas das falas dessa mesa-redonda que exemplificam o conflito em relação aos partidos, à autonomia frente o Estado e o patriarcado:

Não adianta o movimento de mulheres ir galgando postos dentro do Estado, ir conseguindo a máquina do Estado, porque considerando o machismo que existe, teríamos que ter uma maioria dentro do governo para garantir que as reivindicações feministas levantadas sejam de fato atendidas (HARTZ, 1982).

É muito perigoso pensar numa representação de entidades de mulheres dentro do Estado. Isso seria de certa forma, a ruptura de nossa autonomia. (LOBO, 1982).

Concordo inteiramente que esse perigo existe e nós estamos quebrando a cabeça pra encontrar os caminhos de fazer com que a sociedade civil se represente através dos grupos organizados. E é nessa hora que as feministas têm que se unir, independentemente dos partidos, porque quando se pensou dentro do PMDB um programa relacionado com as mulheres, nunca se cogitou das diferenças, do ponto de vista ideológico, dos partidos. (BLAY, 1982).

Como já dissemos anteriormente, até os anos setenta e início dos anos oitenta, a questão da autonomia feminista é ponto de discussão, pauta de encontros feministas e “pedra fundamental da identidade feminista da América Latina e do Caribe”. (Alvarez et al, 2003).

⁷⁹

Partido Democrático Trabalhista.

Cabe aqui observar que a questão feminismo e autonomia têm sido estudadas por várias autoras (ALVAREZ, 1998, GOLDBERG 1989, ADRIÃO, 2008). Nessa perspectiva, Goldberg argumenta que:

Como ‘autonomia’, para a grande maioria das feministas brasileiras significava *independência* e não um *princípio de alteridade* – única forma para os autonomistas, de autopreservação na teia das relações de poder em permanente reconstrução no tecido social – tão logo o ‘perigo’ da manipulação do movimento por partidos políticos pareceu afastado, a institucionalização surgiu como uma garantia de seu reconhecimento e de legitimidade⁸⁰ (GOLDBERG, 1989).

Segundo o Aurélio⁸¹, autonomia tem três significados básicos. Quer dizer faculdade que conserva um país conquistado de se administrar por suas próprias leis; liberdade moral ou intelectual e, independência administrativa.

A autonomia, em termos gerais é a capacidade de agir, independentemente. É uma “palavra mágica” para o movimento feminista da América Latina e do Caribe, mas ao mesmo tempo tem sido uma palavra espinhosa: do que e de quem exatamente as feministas devem manter autonomia? (ALVAREZ et al, 2003).

Era também parte das discussões sobre autonomia, a preocupação de uma possível cooptação do movimento pelo Estado, esvaziando o poder de interlocução e a agenda das mulheres. (PITANGUY, 2003).⁸²

A criação dos conselhos de direitos das mulheres e de organismos especializados de atendimento às mulheres em situação de violência – como as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, por exemplo – demandaram a presença de ativistas do movimento feminista na institucionalidade governamental (MILA; GURGEL, 2008). Isso mostra a complexidade do contexto em que o feminismo brasileiro começou a se deparar a partir da década de oitenta.

Como se pode verificar, a questão da autonomia esteve presente ao longo da história do movimento feminista no Brasil, especialmente a partir dos anos oitenta, com a abertura política, os novos partidos e a inclusão dos que saíram da

⁸⁰ Grifos da autora.

⁸¹ <http://www.dicionariodoaurelio.com/autonomia>

⁸² “Este é um debate estratégico e necessário que ainda hoje está em curso em alguns países da América Central, onde após anos de guerra civil, começam a reconstruir-se as relações entre Estado e sociedade civil através de negociações de paz” (PITANGUY, 2003).

clandestinidade e as eleições. Desde então, tem sido motivo de acirrados e profícuos debates, assim como objeto de estudos e pesquisas.

Com a abertura política,

O movimento feminista ao mesmo tempo em que alcançou um nível de institucionalização sem precedentes na História (com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo e, em seguida, do Conselho Nacional, além das delegacias de mulher, programas de saúde materno-infantil, entre outros), vai perdendo gradativamente seu caráter de movimento popular, com o desaparecimento dos grupos feministas mais expressivos e atuantes entre 1976 e 1982 (MORAES, 1996).

A autonomia diz respeito à capacidade de controlar o destino de outros, além é claro, da capacidade socialmente dada de realizar seus próprios desejos. Enquanto a dependência/ independência pertence à ordem do individual, a autonomia/ heteronomia prende-se à ordem coletiva. Ainda que haja uma inegavelmente íntima interação entre o singular e o coletivo, a presente ordem de gênero só se alterará quando as categorias de sexo forem verdadeiramente autônomas (SAFIOTTI, 2002).

Um ponto dissonante sobre a questão da autonomia político-organizativa do movimento feminista se expressa na necessidade histórica de se estabelecer canais de interlocução com o Estado. Setores do movimento apostam na necessidade de integrar-se à burocracia do Estado – em cargos comissionados ou de confiança – e colaborar na elaboração e execução das políticas públicas (CISNE; GURGEL, 2008). Para muitas feministas, estar nesse lugar significa entrar na disputa por um projeto de ação governamental que tenha como objetivo fortalecer as mulheres e a cidadania e a democracia, incidindo sobre questões centrais da subordinação das mulheres, contribuindo desta forma para a construção da igualdade (GODINHO, 2008):

Sem perder a dimensão crítica quanto aos limites de uma intervenção constrangida pelo modelo econômico hegemônico e, em particular por uma estrutura de Estado cujo fundamento não é a uma construção da igualdade, mas a manutenção de relações sociais estabelecidas e contenção dos conflitos gerados por um tecido social discriminatório, consideramos que é possível incidir sobre essa lógica, ainda que de maneira limitada (GODINHO, 2008).

Como podemos observar, para muitas feministas o lugar no governo é uma oportunidade para influenciar o Estado com propostas e políticas que alterem as relações desiguais entre mulheres e homens:

A reivindicação de que a ação do Estado vá além do combate à discriminação, de que seu papel seja mais do que proporcionar acesso igualitário (por mais que a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação sejam importantes), e intervenha de forma ativa para a superação da desigualdade entre mulheres e homens em todos os âmbitos da vida social se alicerça na compreensão de que as relações sociais de sexo têm um papel estrutural no sistema de dominação hegemônico (GODINHO, 2008).

No entanto, para outros segmentos essa contribuição coloca o movimento em uma perspectiva de subordinação, fragilizando sua autonomia e, conseqüentemente, seu poder de enfrentamento a um Estado burguês-patriarcal. Interesses antagônicos entre as classes sociais e a complexidade de ter ativistas feministas na institucionalidade do Estado, são questões apontadas como motivo de tensionamento para o movimento feminista (CISNE; GURGEL, 2008):

Para alguns grupos feministas, isso equivale a integrar-se em postos da burocracia do Estado e a colaborar com ele na reflexão, proposição e avaliação de ações e teorias acerca da condição da mulher na sociedade. Outros acreditam que essa “contribuição burocrática” coloca o movimento em uma perspectiva de subordinação, fragilizando sua autonomia e, por conseguinte, seu potencial de resistência e contestação perante o Estado burguês e patriarcal (CISNE; GURGEL, 2008)

6.2.3. Feminismo de Estado. Feminismo de governo: utopias possíveis?

No último ano da década da mulher (1985), o editorial do jornal *Mulherio*⁸³ assinado por Eva Alterman Blay, apresenta o seguinte título: “Dos anos de perigo à institucionalização”. Trata-se de um balanço da década, pontuando as conquistas e, nesse sentido, destacando a criação dos conselhos da condição feminina, como uma das formas de transferir a luta para dentro da estrutura do executivo e para o interior dos partidos. Destacamos a afirmação: “Estar dentro do aparelho de Estado

⁸³

Mulherio. Ano V, 21 São Paulo Abril/Maio/Junho, 1985.

não significa ter poder, significa apenas entrar numa ou noutra esfera do debate político”.

Nancy Fraser (2002) aponta dois tipos de escolhas feministas no que se refere às políticas públicas de redistribuição e reconhecimento: as políticas de redistribuição estão centradas no trabalho, na violência e na saúde da mulher e as políticas de reconhecimento, localizadas na identidade e na representação – que é a causa da subordinação das lutas sociais às lutas culturais.

Há uma predominância das políticas de reconhecimento e um esforço para desenvolver um novo paradigma de justiça que coloque o reconhecimento em seu centro. Existem dois problemas no paradigma do reconhecimento: a reificação das identidades – o que reforçaria o separatismo e o comunitarismo repressivo e a oposição entre reconhecimento e redistribuição, ao que ela considera a integração como fundamental (FRASER, 2002).

Para Guzmán (1998) a noção de institucionalidade se refere a expressões empíricas e materiais de relações políticas, práticas sociais e visões de mundo que se legitimam, cristalizam e institucionalizam como coisas públicas e/ou oficiais mediante processos históricos que envolvem lutas políticas. Neste marco conceitual são consideradas institucionalidades as leis, as normas, os organismos estaduais, os mecanismos institucionais de mediação política, os programas de políticas públicas, os serviços, as organizações sociais, as áreas conhecimento legitimadas etc. (GUZMÁN, 1998).⁸⁴

Em sua tese de mestrado, Goldberg (1987) apresenta uma rica e interessante sistematização dos fatos que ocorreram a partir de 1983 que traduzem a permanência de marcas do processo de gestação e institucionalização do movimento feminista que ganhou visibilidade pública em 1975 no Brasil:

- O primeiro deles seria uma grande desmobilização de associação, grupos e coletivos militantes feministas e outros, defensores de uma política alternativa, cujo discurso foi sendo apropriado por alguns partidos (Partido Verde e setores do Partido dos Trabalhadores);
- A proliferação de grupos de mulheres desenvolvendo atividades mais ou menos assistencialistas e/ou ‘conscientizadoras’;

- A ocupação de espaços no aparelho do Estado e nos órgãos públicos por feministas (a título individual ou coletivo).
- “É nesse conjunto diverso e heterogêneo de áreas onde as feministas têm encontrado oportunidades de diálogo e influência” (VARGAS, 2008).

As feministas estavam cada vez mais não apenas entrando em peso no aparato governamental e em partidos, como também começaram a desenvolver lutas por políticas de gênero baseadas na sociedade civil, fundando ONG (ALVAREZ et ali, 2003).

Importante situarmos que, no caso brasileiro, esta passa a se constituir no início dos anos 80, quando “uma significativa parcela do movimento de mulheres se propôs não só a buscar, desde seu espaço na sociedade civil, uma interlocução com o governo, mas também a penetrar nos aparelhos de Estado” (PITANGUY, 2003).

Acreditamos ser importante destacar o pensamento de algumas feministas sobre aquele momento político, mais exatamente na relação do feminismo com o Estado e/ou governo:

O movimento de mulheres soube detectar as brechas democráticas de um Estado que ainda não declarara o fim da ditadura. É a partir dessa percepção que, de forma conflituada e desconfiada, esse movimento inicia seu diálogo com o Estado na busca de políticas públicas capazes de reverter o quadro de discriminação contra as mulheres (BARSTED, 1994).

No interior do feminismo, neste contexto, ressurgiu o debate sobre sua relação com o Estado, focalizando em algumas questões centrais como: o papel do movimento na reivindicação por políticas públicas, a participação de lideranças nas estruturas governamentais, a sua representatividade na negociação diretamente com os organismos de Estado (GURGEL, 2007).

Uma característica que marca, desde o início, este movimento no Brasil, é seu investimento em influenciar o governo buscando interlocução com o legislativo (um projeto de mudança do Código Civil é apresentado por feministas em 1976, ao Congresso Nacional), apresentando demandas e propostas aos partidos nas eleições de 1979 (o Alerta Feminista para as eleições) e, a partir da vitória em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em 1982, reivindicando espaços institucionais no nível estadual como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e Conselhos da Condição Feminina (SP) ou dos Direitos da Mulher (MG e RJ) (PITANGUY, 2003).

Depois das eleições de 1982, acentuou-se a tendência a uma atuação mais especializada, menos genérica. Várias mulheres ingressaram na administração pública. A mudança na composição do

poder alimentou as esperanças de maior espaço para atender suas reivindicações (SARTI, 1988).

Nesse debate sobre a relação do feminismo com o Estado, algumas questões vêm sendo pontuadas por estudiosas no assunto, como Cisne e Gurgel (2008):

- Qual é o papel do movimento nas reivindicações por políticas públicas?;
- Quais as possibilidades e limites da participação de lideranças nas estruturas governamentais;
- Qual é a representatividade e a legitimidade do movimento feminista na negociação direta com os órgãos de Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente seria uma tarefa muito difícil, resumir todas as análises, diálogos e reflexões produzidas ao longo de dois anos de investimento para a elaboração desta dissertação de mestrado. No entanto, fizemos um esforço de elaborar uma síntese, com vistas a resgatar os objetivos da pesquisa e identificar possíveis contribuições ao campo investigado e formular sugestões, questionamentos e até outras possibilidades de ampliação futura deste estudo. Compreendemos esse estudo como um processo inacabado que suscita novas interrogações e possibilidades futuras, como nos ensina Minayo acerca das pesquisas:

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constroi com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um processo de trabalho que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (MINAYO, 1992, pp).

Com a intenção de analisar a conformação do feminismo no âmbito do Estado e/ou governo, como um campo que constitui o feminismo brasileiro, percorremos a trajetória do movimento feminista no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Na medida do possível, procuramos pensar e refletir sobre a nossa pesquisa de campo, a partir das categorias criadas tendo como base as nossas interlocutoras. Certamente outras categorias poderiam ser suscitadas a partir das seis entrevistas e da revisão bibliográfica. No entanto, foi preciso focar no nosso objeto de estudo e otimizar o tempo determinado para a pesquisa.

O que observamos é a tentativa de incorporação das reivindicações feministas nas políticas sociais de Estado, cujas concepções e mecanismos – em especial nas políticas formuladas para as mulheres – são gestados no âmbito do feminismo sem significar, no entanto, que as demandas feministas tenham sido incorporadas quanto ao volume de políticas tampouco quanto ao tipo e metodologia de implementação e no próprio processo de formulação. Ao mesmo tempo, as ações do Estado e as políticas públicas passam a integrar a agenda desses movimentos (SOARES, 1998, p. 42).

Foi um longo caminho para compreender, refletir e aprofundar sobre a esfera do feminismo de governo, marcada pelo debate e negociação de políticas públicas

como meio de acesso à cidadania das mulheres, seguida da entrada das lideranças feministas para cargos de gestão, como algo que complexifica esta esfera internamente e, sobretudo, a sua relação com o movimento feminista.

Procuramos refletir aprofundar as fontes de tensões e conflitos dentro do movimento feminista nos anos 1970-1980, porque entendemos que isso integra a trama que compõe a conformação do feminismo no âmbito do governo e/ou Estado: a oposição entre feministas marxistas e não-marxistas, a disputa de discursos e narrativas entre lutas gerais e lutas específicas, a chegada do feminismo negro ao interior de um movimento até então dominado por mulheres brancas e de classe média, além da entrada de lésbicas, a discussão sobre autonomia frente o Estado, os partidos e as instituições.

Lançamos perguntas com as quais nos deparamos durante o estudo e que seguem uma incógnita, um desafio para encontrar as respostas e a necessidade de novos estudos e pesquisas para respondê-las:

- Que caminhos o movimento feminista seguiu entre a negação do Estado como espaço legítimo de participação e a busca de representação feminina no Estado?
- São muitos anos de políticas públicas para as mulheres, então, como os governos vêm incorporando as reivindicações feministas?
- As políticas públicas, até então executadas pelos governos, são políticas feministas ou de inspiração feminista?
- Os governos produzem feminismos?
- Como fazer parte desse espaço institucional – poder executivo – sem ser cooptado e mantendo uma autonomia?
- Segue sendo um desafio transformar as políticas de governo em políticas de Estado, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?
- Existe um feminismo de governo e/ou Estado no Brasil?

8 REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia**. Florianópolis, UFSC, março de 2008. Tese de doutoramento, 300 p.

ALVAREZ, Sonia E. **Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luíza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Revista Estudos Feministas. vol.20 n°3, Florianópolis Sept./Dec.2012. Acesso: 29/12/2014

_____. **Em que estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas como “perspectiva de gênero”**. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Orgs.). *Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25 (Coleção Caderno Sempre-Viva).

_____. et alli. **Encontrando os feminismos latino-americanos**. Revista Estudos Feministas. 11 (2), Florianópolis, jul/dez. 2003

_____. **Falas do Estado ou estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático populares**. In: *Políticas públicas e Igualdade de Gênero*. GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). *Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*, 8. São Paulo, 2004.

_____. **Feminismos Latinoamericanos**. Revista Estudos Feministas. IFSC/UFRJ-PPCIS/UERJ, n°2, p.265-284, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)** 2ª edição Editora Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. **Ciência e Crítica Feminista**. In: *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Coleção Baianas*, 8. Salvador: Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

ÁVILA, Maria Betânia. **A participação das mulheres e a reforma política**. IN: *Mulheres, Participação e Democracia*. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano II, n.1, edições SOS Corpo, 2008.

_____. **Os sentidos da ação transformadora feminista**. Palestra proferida na abertura do I Encontro Nacional da AMB, realizada em Goiânia/GO, dia 07/12/06.

_____. **Feminismo e sujeito político**. IN: *Mulher e Trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo*. SILVA, Carmen; ÁVILA, Betânia; FERREIRA, Verônica (orgs.). Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

BAIRROS, Luiza. **"Lembrando Lelia Gonzalez"**. IN: *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. (orgs.). Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (1), 288, Janeiro-abril, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições 70, Lisboa, 1977.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Em busca do tempo perdido: Mulher e Políticas Públicas no Brasil – 1983-1993**. In: Revistas Estudos Feministas, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

BASTOS, Natália de Souza. **O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio**. In: Usos do passado. XII Encontro Regional de História. ANPUH. Rio de Janeiro, 2006.

BLAY, E. **O Visível e o Limite dos Movimentos Sociais na Construção da Prática Democrática**. In: OLIVEIRA, E. M (org.), *Mulheres: da domesticidade à cidadania, estudos sobre movimentos sociais e democratização* ANPOCS/CNDM, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUSCHINI, Cristina e OLIVEIRA Costa, Albertina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/SP: Carlos Chagas, 1992.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.11-42

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev Bras Enferm, Brasília/DF, 2004.

CANAVAE, Doris Lamus. **Localización Geohistórica de los feminismos latinoamericanos**. Universidad Autónoma de Bucaramanga, Bucaramanga, Colombia. Mimeo. 2009.

CISNE, Mila e GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: Desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres**. SER Social, Brasília, v.10, nº 22, p.69-96, jan-jun, 2008.

COLLIN, Françoise. **Textualidade da Liberação. Liberdade do texto**. IN: Estudos Feministas, Ano II, 2º semestre, Florianópolis, Santa Catarina, 1994.

COSTA, Ana Alice. **Trajetórias e perspectivas do feminismo para o próximo milênio**. In: Elizete Passos; Márcia Macêdo; Ivía Alves. (Org.). *Metamorfoses. Gênero na perspectiva interdisciplinar*. 1 ed. Salvador: NEIM/UFBa, v. 1, p. 25-35, 1998.

_____. **A construção do pensamento feminista sobre o “não-poder” das mulheres**. IN: As donas do poder. Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

_____. **O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política**. Labrys. Estudos feministas. Janeiro/julio. 2005
<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>

COSTA, Albertina de Oliveira. **Política governamental e a Mulher**. Nobel/CECF, p.57-142, São Paulo, 1985

_____. et alli. **Memórias das Mulheres do Exílio. Volume II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Memórias do exílio. Uma visão dos bastidores**. In Cadernos de Crítica Feminista. Ano III, nº 2, SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Recife, 2009.

_____. **Movimento feminista e Estado: Demandas, conquistas e desafios**. Mimeo, Florianópolis: Xº Fazendo Gênero, 2013

_____. e BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CUNHA, Cecília. **Homenagem à Heloneida Studart. Uma escritora feminista: Fragmentos de uma vida**. Revista Estudos Feministas. Vol.16, nº1, Florianópolis. Jan./Apr. 2008 In: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100028> Acesso em: 30/10/2014.

DE BARBIERI, Teresita. **Movimientos feministas**. 1986

_____. **Sobre la categoría de género. Una introducción teórico-metodológica**. Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM in: Debates em Sociología, nº 18, 1993.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DELPHY, Christine. **Teorias do Patriarcado**. IN: Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, Helena (et al.) (Orgs.). São Paulo, Editora UNESP, 2009.

_____. **Para redescobrir o feminismo**. Vozes da Resistência. Mimeo.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Coleção Perspectivas do Homem, volume 99, Série Ciências Sociais. Tradução de Leandro Konder. Civilização Brasileira, 9ª Edição. Rio de Janeiro, 1984.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça”, na globalização neoliberal**. Mediações. Volume 13, n. 1-2, p. 121-142, jan/jun e jul/dez. 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Revista Estudos Feministas, jan-abr, año/vol.12, número, 001, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

FERNANDES, M. T. S. **Women and the Wage Labor System: A Theoretical Approach to the Sexual Division of Labor**. Dissertação de doutoramento, Brandeis University, 1981.

FERREIRA, Mariana Azevedo de Andrade. **Homens Feministas: A emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes**. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcello, RICAS, Janete, TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições**

teóricas. Cadernos de Saúde Pública, v. 24, n. 1, p.17-27, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Org. e Trad. Roberto Machado. 10^a. ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1992.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **O que é análise de conteúdo.** São Paulo: PUC, 1986.

FRASER, Nancy. **A luta pelas necessidades: esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio.** *Debate Feminista* especial, 1999.

_____. **Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem multidimensional da justiça de gênero.** BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (orgs). São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Editora 34, 2002

_____. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação.** In: Revista Estudos Feministas, v.15, n.2, Florianópolis, maio/ago, 2007.

GARCIA, Ivete. **Gênero e Políticas Públicas Municipais.** In: Mulher e Política. Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. Angela Borba, Nalu Faria e Tatau Godinho (orgs). São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários.** Interam. j. psychol. [online]. 2007, vol.41, n.3, pp. 359-370. ISSN 0034-9690.

GODINHO, Tatau. **A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas.** In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia e NORBE, Miriam (Orgs.). Gênero nas políticas públicas. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2000.

GODINHO, Tatau. **Política feminista como ação de governo.** In: ALVES, Maria Elaene Rodrigues e VIANA, Raquel (Orgs.). Políticas para as mulheres em Fortaleza: Desafios para a igualdade. Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, Fortaleza: 2008.

GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyla, 2009.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante.** Dissertação de mestrado em ciências sociais (sociologia). UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Feminismo no Brasil Contemporâneo: O percurso intelectual de um ideário político.** BIB 28, 1989, p.42-70.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revistas Sociais hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GURGEL, Telma. **Feminismo e Luta de Classes: História, Movimentos, Desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade.** Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Mimeo. 2010.

GUZMÁN, Virginia. **La Institucionalidad de gênero em El Estado: Nuevas perspectivas de análisis**. In: Série Mujer y Desarrollo. Unidad Mujer y Desarrollo. CEPAL/ECLAC. Santiago de Chile, marzo, 2001.

_____. **Nas relações de gênero em um mundo global**. Unidad Mujer y Desarrollo. CEPAL. ECLAC, nº 38, Santiago de Chile, Abril, 2002

_____. **Governabilidad democrática y Género, Una articulación posible**. In: Série Mujer y Desarrollo. CEPAL. ECLAC. Santiago do Chile, octubre, 2003

GUZMÁN, Virginia y JANNOTTI, Claudia Bonan. **La institucionalizaíón del tema de la equidad de gênero y la Modernización del Estado em América Latina**. In: APORTES para el Estado y la administración gubernamental, Año 14 – Nº 25. Bs.As. Pp.103-114, 2008

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Editora Revista do Tribunal LTDA. São Paulo, 1990.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5), 1995, p. 07-42.

HARDING, Sandra. **A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista**. Revista Estudos Feministas, Ano 1, p. 7-31, 1993.

_____. **¿Existe un método feminista? En: Debates en torno a una metodología feminista**. Trad. de Gloria Elena Bernal. Universidad Autónoma Metropolitana: México, 1999.

HEILBORN, Maria Luíza e ARRUDA, Angela. **Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares**. In: Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas. Gênero e Desenvolvimento institucional em ONGs. Rio de Janeiro, IBAM, 1995.

HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas**. IN: Estudos Feministas, Florianópolis, 17 (1): 296, janeiro-abril, 2009.

HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LAMAS, Marta. **De la autoexclusión as radicalismo participativo: escenas de um processo feminista**. 1999, mimeo.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. Revista de Estudos Feministas. Volume 11, nº1, Florianópolis, 2003.

LYRA, Jorge. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: Uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)**. Recife, UFPE, 2008. Tese de doutoramento.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 16, p. 809-840, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/05>

LOBO, Thereza; MONTAÑO, Sônia; PINTANGUY, Jacqueline. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil.** Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>.

MacKINNON, Catharine A. **Hacia una teoria feminista del Estado.** Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de La Mujer, 1989.

MANINI, Daniela. **A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80.** IN: Cadernos AEL, n°3/4, 1995/1996.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Feminismo e Estado: Desafiando a democracia liberal.** In: Revista Mediações, Londrina, v.6, n° 2, p.1-26. Jul-Dez, 2001.

MATOS, Marlise e PARADIS, Clarisse Goulart. **Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro.** IN: Dossiê O gênero da política: Feminismos, Estado e eleições. Cadernos Pagu (43), julho-dezembro, 2014.

MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. Orgs: **Direito à Memória e à verdade: Luta, substantivo feminino.** São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIGUEL, Ana de. **10 palabras claves sobre mujer.** IN: Amorós, Espanha. Editora: Verbo Divino, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2013.

_____. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (Coleção temas Sociais).

MONTAÑO, Sonia. **As políticas públicas de gênero: Um modelo para armar. O caso do Brasil.** IN: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline; MONTAÑO, Sonia (Orgs.). Série: Mujer y Desarrollo, Santiago do Chile, junho 2003. CEPAL/ECLAC. Disponível em: www.eclac.cl

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo.** IFCH/Unicamp, Campinas, 1996. Tese de livre docência.

_____. **Feminismo e Marxismo no Brasil.** Campinas: Unicamp, Coleção Primeira Versão, 1996.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (2): 440, maio-agosto, 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Tradução de Paulo Rouanet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PEDRO, Joana Maria. **O feminismo da “Segunda Onda”. Corpo Prazer e Trabalho.** Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro (Orgs.). IN: Nova História das Mulheres do Brasil, São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978).** Revista Brasileira de História. Volume 26, n°52, São Paulo, Dec. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>

_____ e WOLFF, Cristina Scheibe. Orgs. **Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul (1960-1989)**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Comentário**. Cad.Pagu n°21, Campinas, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200009>

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana. Orgs. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PULEO, Alicia H. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro**. In: Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. São Paulo, 2004.

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil dos “anos de chumbo” à era global**. Labrys, Estudos feministas, número 3, janeiro/julho, 2003. Disponível em: <http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/marga1.htm> > Acesso em: 18/10/2014.

_____. **A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REIS, Elisa Pereira. **Política e políticas públicas na transição democrática**. IN: MOURA, Alexandrina de Moura (org.). O Estado e as políticas públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing**. In: Revistas Estudos Feministas, Ano 3 sem.2, UFSC, Florianópolis, 1995.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Gayle Rubin. Tradução Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Edição SOS Corpo, Recife, 1993.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras**. Perspectivas: São Paulo, 1985.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2004.

_____. **Rearticulando gênero e classe social**. IN: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Gênero e Patriarcado**. IN: Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher: Uma visão multidisciplinar. CASTILHO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely (Orgs.). Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2005.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos Santos. **Identidade e Diferença. A trajetória das Mulheres no Partido dos Trabalhadores**. N°4, Ano 3, 2009.

SANTOS, Luana Diana. **Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia González no Jornal Mulherio**. In: Gênero na Amazônia, Belém, n°4, jul-dez, 2013.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **A implantação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho**

estadual da Condição Feminina de São Paulo. In: Cadernos Pagu (27), Campinas, julho-dezembro de 2006: PP. 401-426.

SARDENBERG, Cecília Maria. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** IN: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília M. B. Feminismo, Ciência e Tecnologia, Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, p. 89-120, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARTI, Cynthia. **Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1988, (64), ps. 38-47.

_____. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido.** IN: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. Anais... Chicago: Illinois, set, 1998.

_____. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro.** Cadernos Pagu (16) p.31-46, 2001.

_____. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Revista Estudos Feministas. v. 12, n. 2. Florianópolis, 2004.

SCAVONE, Lucila. **Dar a Vida e Cuidar da Vida. Feminismo e Ciências Sociais.** Unesp: S. Paulo, 2004.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. **CNDM: Uma visão histórica.** Mimeo. Novembro, 2007.

SCHUMAHER, Maria Aparecida & VARGAS, Elisabeth. **Lugar de Governo: Álibi ou conquista?** Estudos Feministas, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Erico Vital (Orgs). **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade.** Jorge Zahar editor: Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Carmen; Camurça, Silvia. **Feminismo e Movimentos Sociais.** IN: Feminismo e movimentos de mulheres. Série Mulheres em Movimento, nº1. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Telma Gurgel da. **Feminismo e políticas públicas na América Latina: relação com o Estado e dilemas estratégicos do século XXI.** In; Terceira Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz, Maranhão, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 20, v.2, p. 71-100, jul./dez. 1995 [1986].

SCOTT, Joan. 1998. **A invisibilidade da experiência.** Projeto História (16). S. Paulo, fev. 297-325.

SCOTT, Joan. **O Enigma da Igualdade.** In: Revistas Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.1, 2005, p.11-30.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** In: Mulher e Política de Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. Org. Angela Borba, Nalu Faria e Tatau Godinho. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes.** In: Políticas públicas e Igualdade de Gênero. GODINHO, Tatau

e SILVEIRA, Maria Lúcia. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. São Paulo, 2004, p. 113-126.

SOIHET, Rachel. **Encontros e Desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB). Anos 1970-1980.** Niteroi, v.7. N° 2, p. 237-254, 1 sem, 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1991.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. **Produção de sentido no cotidiano: Uma abordagem teórica, metodológica para análise das práticas discursivas.** In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

VARGAS, Virginia Valente. **La subversión de los feminismos latinoamericanos.** IN: Memoria del Seminario Internacional Reestructura Política y Transformación Social. Montevideu: REPEM/DAWN, 1999. pp.31-42.

_____. **Institucionalidad democrática y estrategias feministas em los años 90.** IN: Memória del II Seminário Regional. De poderes y saberes. Debates sobre Reestruturación política e transformación Social, Montevideo: REPEM/DAWN, 2000. pp 33-72

_____. **Una reflexion feminista de la ciudadanía.** Estudos Feministas, Florianópolis, v.8, n°2, p. 170, jan.2000. ISSN0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11934/11200>>. Acesso em: 01 Mai.2015.

YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la política de la diferencia.** Ediciones Cátedra, Universidad de Valencia. Instituto de la mujer. Valencia, 1990.

_____. **Representação política, identidades e minorias.** IN: Lua Nova, 67: p. 139-190, São Paulo, 2006.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy.** Oxford: Blackwell Publishers, 1990.

_____. Gender Transformations. London: Routledge, 1997.

_____. Cidadania e transformações de gênero. IN: Políticas Públicas e Igualdade de gênero. GODINHO, Tatau (Org.). São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004, p.169-182. Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um debate.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007).

SITES VISITADOS:

<http://blogueirasfeministas.com/>

<http://www2.camara.leg.br/deputados>

www.capes.gov.br

<http://www.cepal.org/publicaciones>

www.cnpq.br

<http://www.dicionariodoaurelio.com>

<http://www.fcc.org.br/institucional/>

<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/>

<http://www.gema-ufpe.blogspot.com.br/>

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>

www.scielo.org

<https://scholar.google.com.br/>

<http://www.seppir.gov.br>

<http://www.sof.org.br/artigos>